



UNIVERSIDADE FEDERAL DE UBERLÂNDIA



INSTITUTO DE PSICOLOGIA

Programa de Pós-Graduação em Psicologia - Mestrado

Área de Concentração: Psicologia Aplicada

Rejane Botelho Teodoro Xavier

A FUNÇÃO MATERNA NA TRANSMISSÃO DO *NOME-DO-PAI* E

O ADOLESCENTE EM CONFLITO COM A LEI.

**UBERLÂNDIA
2010**

Livros Grátis

<http://www.livrosgratis.com.br>

Milhares de livros grátis para download.

Rejane Botelho Teodoro Xavier

**A FUNÇÃO MATERNA NA TRANSMISSÃO DO *NOME-DO-PAI* E O
ADOLESCENTE EM CONFLITO COM A LEI.**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Psicologia – Mestrado, do Instituto de Psicologia da Universidade Federal de Uberlândia, como requisito parcial à obtenção do Título de Mestre em Psicologia.

Orientador: Prof. Dr. Cláudio Vital de Lima Ferreira.

Co-Orientador: Prof. Dr. João Luiz L. Paravidini

**UBERLÂNDIA
2010**

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)

Sistema de Bibliotecas da UFU, MG, Brasil.

X3f Xavier, Rejane Botelho Teodoro, 1966-
A função materna na transmissão do nome-do-pai e o adolescente
em conflito com a lei [manuscrito] / Rejane Botelho Teodoro Xavier. -
2010.
152 f.

Orientador: Cláudio Vital de Lima Ferreira.
Co-orientador: João Luiz L. Paravidini.
Dissertação (mestrado) - Universidade Federal de Uberlândia,
Programa de Pós-Graduação em Psicologia.
Inclui bibliografia.

1. Psicanálise - Teses. I. Ferreira, Cláudio Vital de Lima. II. Paravidini, João Luiz Leitão. III. Universidade Federal de Uberlândia. Programa de Pós-Graduação em Psicologia. IV. Título.

CDU: 159.964.2

Rejane Botelho Teodoro Xavier

A FUNÇÃO MATERNA NA TRANSMISSÃO DO *NOME-DO-PAI* E O ADOLESCENTE EM CONFLITO COM A LEI.

Dissertação apresentada ao Programa de Pós Graduação em Psicologia - Mestrado, do Instituto de Psicologia, da Universidade Federal de Uberlândia, como requisito parcial à obtenção do título de mestre em Psicologia Aplicada.

Área de Concentração: Psicologia Aplicada

BANCA EXAMINADORA:

Prof. Dr. Cláudio Vital de Lima Ferreira (orientador)

Prof.^a Dr.^a Jacqueline de Oliveira Moreira (PUC-MG)

Prof. Dr. Luís Carlos Avelino Silva (UFU-MG)

Marta Franco Diniz Hueb (Suplente - FTM-MG)

AGRADECIMENTOS

À Universidade Federal de Uberlândia e ao Programa de Pós Graduação do Instituto de Psicologia pela possibilidade de viabilizarem a realização deste curso.

Ao meu orientador Prof. Dr. Cláudio Vital de Lima Ferreira pela confiança em mim depositada.

A Marineide D. S. Cabral pela sua dedicação e constante acolhimento.

Às mulheres que forneceram os depoimentos de suas vidas e que colaboraram para o aprofundamento do conhecimento sobre o feminino.

As minhas amigas: Walquíria que teve um papel tão importante para o início deste trabalho. Eliza, com quem tantas vezes pude compartilhar as angústias inerentes a este percurso e Ana Paula Soares, que de uma forma serena sempre me apoiou.

Ao meu co-orientador Prof. Dr. João Luiz L. Paravidini com quem aprendi o que é um verdadeiro Mestre.

Ao meu marido que me incentivou e acompanhou meu trabalho de perto, deixando seus afazeres para me ensinar como trilhar este caminho tão novo para mim.

RESUMO

O presente trabalho tem como finalidade uma reflexão sobre a função materna, especificamente, no que tange à questão da forma como o discurso da mãe, em casos de adolescentes em conflito com a lei, tem possibilitado ou não a transmissão do Nome do Pai. Também será considerado que as configurações familiares contemporâneas possuem dimensões distintas daquelas que deram origem às teorizações do Complexo de Édipo. A partir deste escopo analisou-se como isso repercute na adolescência, quando a mãe, na qualidade de Outro Primordial, será novamente interrogada e o momento também de o adolescente separar-se de seus objetos primordiais. Tendo como referência uma leitura psicanalítica, analisou-se a configuração de quatro famílias em que os filhos adolescentes estavam cumprindo medidas sócio-educativas de Liberdade Assistida, permitindo a coleta de informações qualitativas como as diversas dimensões da feminilidade, a partir de onde foi possível compreender a construção do Outro Primordial e do sujeito desejante que operou a transmissão do Nome do Pai. Os resultados encontrados demonstraram um funcionamento familiar pautado pela horizontalização das relações entre pais e filhos na contemporaneidade e na fragilidade da nomeação paterna nos casos de adolescentes em conflito com a lei, levando o adolescente ao ato transgressor, como forma de fazer suplência a esta precária nomeação.

PALAVRAS-CHAVE: Função Materna, Nome do Pai e Adolescente.

ABSTRACT

This work aims to reflect on the maternal role, specifically in regard to the question of how the discourse of the mother, in cases of adolescents in conflict with the law, has allowed or not the transmission of the Name of the Father. Also is considered that the contemporary family configurations, have dimensions different from those that led to theories of the Oedipus Complex. At this scope we analyzed how this affects the teens when his mother, acting as Another Primordial will be questioned again and when the teenager also separate themselves from their primordial objects. Taking as reference a psychoanalytic reading, we analyzed the configuration of four families in which teens were fulfilling socio-educational measures for Assisted Freedom, allowing the collection of qualitative information such as the various dimensions of femininity, from where it was possible to understand the construction of the Another Primordial and the desiring subject who operated the transmission of the Name of the Father. The results showed a family operation guided by flattening of the relationship between parents and children in contemporary society and the fragility of the appointment father in cases of adolescents in conflict with the law, leading to the adolescent offender act, as a way to do this poor substitutive appointment.

KEY WORDS: Maternal Role, Name of the Father and Adolescents

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO	8
1.1. Função Materna, Feminilidade e Biopoder	10
1.1.1. Breves Considerações Sobre o Conceito de Função Materna	11
1.1.2. Feminilidade e Maternidade	19
1.1.3. Maternidade e Biopoder	31
1.2. Função Materna e Paterna e o Adolescente em Conflito a Lei	39
1.2.1. Função Materna e Metáfora Paterna	39
1.2.2. Novas Configurações Familiares na Contemporaneidade.....	44
1.2.3. O Declínio da Função Paterna.....	49
1.2.4. O Adolescente, o Nome do Pai e o Ato Infracional	52
2. OBJETIVOS	61
2.1. Objetivo Geral	61
2.2. Objetivos Específicos.....	61
3. METODOLOGIA	62
4. DESCRIÇÃO DOS RESULTADOS	65
4.1. Família 1: Em Busca de Uma Identidade Feminina	65
4.1.1. Dimensões do Feminino da Família1: Filha, Esposa, Mãe e Mulher.....	74
4.2. Família 2: A Armadilha da Dimensão de Filha.....	77
4.2.1. Dimensões do Feminino da Família2: Filha, Esposa, Mãe e Mulher.....	92
4.3. Família 3: Uma Disputa Conjugal.....	95
4.3.1. Dimensões do Feminino da Família 3: Filha, Esposa, Mãe e Mulher.....	105
4.4. Família 4: O Filhinho da Mamãe e da Vovó.....	107
4.4.1. Dimensões do Feminino da Família 4: Filha, Esposa, Mãe e Mulher.....	121
5. DISCUSSÃO DOS RESULTADOS	125
5.1. As dimensões do feminino na construção do Outro Primordial.....	127
5.2. Função Materna e o Nome do Pai	134
5.2.1. Família 1: Uma ordem de filiação instável	136
5.2.2. Família 2: Uma filha inacabada.....	138
5.2.3. Família 3: A Condição de Vitória	141
5.2.4. Família 4: Um filho sem Pai	143
CONSIDERAÇÕES FINAIS	146
BIBLIOGRAFIA	149

1. INTRODUÇÃO

Ao longo de minha experiência profissional como Psicóloga do Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo, mais especificamente, na Vara da Infância e da Juventude de Campinas-SP, no período compreendido entre 1991-2002, realizei diversos atendimentos a crianças e adolescentes em conflito com a legislação jurídica, com o objetivo de proceder a avaliação psicológica, para subsidiar a sentença judicial.

Concomitante a esse trabalho, fiz parte da Sociedade Campinense de Psicanálise, e lá participava dos seminários ministrados, obtinha supervisões e fazia minha análise. Portanto, foi a partir desse referencial teórico que me pautei para realizar a “escuta” da sintomatologia presente naqueles casos. Nas entrevistas, o adolescente e sua família tinham a única oportunidade de serem ouvidos em sua singularidade e subjetividade, pois nas audiências judiciais, eles tinham que se submeterem aos procedimentos processuais massificantes.

No atendimento a adolescentes infratores e a crianças com comportamento agressivo, seja no âmbito do poder judiciário, seja nos programas de medidas sócio-educativas sentenciadas pelo juiz, observa-se permanentemente um conflito do sujeito com a *lei do interdito*, resultando na transgressão aos *códigos*. Vale dizer, que a relação de tal sujeito com a *lei* apenas explicitaria um sintoma.

A relevância dessa pesquisa situa-se, em primeiro lugar, na aplicação desse tipo de abordagem psicanalítica aos casos de psicopatologia infanto-juvenil presentes nas varas especializadas de infância e juventude, nos conselhos tutelares e nos Programas de Aplicação Medidas Sócio Educativas, que são recentes no Brasil, na medida em que

foram criados apenas na Constituição de 1988.

Outra característica observada nesses casos está relacionada à volatilidade da figura paterna e por mais que hoje se constate a fragilização da função paterna, o posicionamento das mães desses adolescentes também deve ser ressaltado, pois nele, ocorrem demonstram ambiguidades, e às vezes, indiferença diante da situação do filho. Por essa razão, normalmente, juízes e promotores tendem a responsabilizar apenas as mães pelos problemas que esses adolescentes causam à sociedade.

Nessa perspectiva, a presente dissertação está estruturada em cinco capítulos: o primeiro denominado Introdução, apresenta-se um histórico da pesquisadora, com objetivo de demonstrar a partir de qual vivência surgiu o tema aqui proposto. Como primeiro item desse capítulo, será realizada uma discussão teórica sobre a função materna enquanto o Outro Primordial, ou seja, apesar dessa função estar no registro do simbólico é uma função que supõe um sujeito real que a opere. Neste sentido, o modo como a mãe irá investir libidinalmente sua cria estará diretamente relacionado a sua historicidade, a maneira com que introjetou a Lei do Interdito e sua inserção no campo social. Em outros termos, o lugar que foi reservado às mães na sociedade, bem como a relação disso com sua feminilidade, questões que condicionam o exercício da função materna. No segundo item da Introdução, os aspectos discutidos anteriormente serão relacionados à transmissão do Nome do Pai, enquanto o significante da falta que permite que o sujeito seja representado por outro significante: a metáfora paterna, que produz o significante da falta, evidenciando de que maneira a função paterna é estruturante, na medida em que limita o gozo da mãe, propiciando a separação desta com o bebê, o que permite assim a entrada da lei, inserindo o sujeito na cultura, no

mundo simbólico, retirando-o da relação dual. Também será discutida como o adolescente, no momento de autonomizar-se, de separar-se de seus objetos primordiais, explicita com seu sintoma, a transgressão, o modo como esses objetos foram introjetados, fornecendo-nos pistas de como se operou a função materna e paterna.

No segundo capítulo, terá foco o objetivo da pesquisa e, no terceiro, o percurso metodológico que foi feito para a realização da dissertação.

No quarto, serão apresentadas as entrevistas realizadas com as mães, momento em que elas expressaram os significados vivenciados na infância, seus relacionamentos conjugais, a maternidade e, ainda, a forma como estavam experimentando o cumprimento da medida sócio-educativa sentenciada aos filhos. Simultaneamente, procedeu-se a uma breve análise das dimensões do feminino presente em cada caso.

Finalmente, no quinto capítulo, será apresentada a discussão dos resultados das entrevistas, tomando por referência a literatura psicanalítica problematizada no primeiro e segundo capítulos, delimitando-a em dois temas: as dimensões do feminino na construção do Outro Primordial e Função Materna e o Nome do Pai.

1.1. Função Materna, Feminilidade e Biopoder

Esse capítulo discutirá o conceito de função materna, enquanto Outro Primordial, que se diferencia do Outro, visto em que pressupõe um ser encarnado, nomeável. Por conseguinte, por se tratar de uma pessoa, apesar de cumprir também uma função simbólica, ela está inscrita no real, sendo determinada por sua historicidade e inserção no campo social. Além disso, pelo fato desse Outro Primordial ser comumente uma mulher, faz-se necessário refletir sobre os caminhos trilhados por Freud e Lacan

sobre o tema feminilidade e sobre o tema que está contido nele, o Complexo de Castração.

1.1.1. Breves Considerações Sobre o Conceito de Função Materna

De forma a compreender o enunciado, “a função materna na transmissão do *Nome do Pai* e inscrição na ordem simbólica” faz-se necessário, em princípio, discutir o conceito *função materna*.

Quando se fala de função materna, na verdade o que se está querendo indicar é uma “posição” assumida por uma pessoa que deseja a criança, que pode não ser necessariamente aquela que deu à luz a ela. Essa é uma função de limite entre o somático e o erógeno, que não pode ser confundida com a pessoa da mãe, por se, trata-se da operação que realiza a mediação da Lei, mais especificamente, da lei do interdito, que constitui a identificação primária.

A Lei da Interdição do Incesto é a montagem institucional que regula e ordena os termos de parentesco, a partir da elaboração de “ficções”, ou seja, a partir da construção de regras jurídicas e tácitas, que fabricam, por sua vez, a noção de parentesco. Em outros termos, a Lei da Interdição do Incesto possibilita a instituição do ser vivo.

Legendre (p. 64, 1995 *apud* Hurstel, 1999) demonstrou o “Princípio Genealógico” que organiza a instituição do ser vivo. Para este autor “... a genealogia escorada pelo sistema de nomeações funciona como terceiros elementos para os “vivos falantes”; é nesse lugar das nomeações que eles encontram as ancoragens de suas identidades”.

Lacan utilizou, ao longo de sua obra, o termo Outro com letra maiúscula para designar um lugar simbólico ocupado pelo homem em sua relação com o meio, na perspectiva de um lugar inconsciente e terceiro que escapa à consciência. Além disso, o Outro se opõe ao outro, com letra minúscula, pertencente ao campo da dualidade, do imaginário. Para ele, o sujeito é determinado por uma ordem simbólica. Vale esclarecer que, para desenvolver esse conceito o referido teórico utilizou os conhecimentos do antropólogo e linguista Claude Lévi-Strauss.

Esta noção de ordem simbólica, criada por Lacan em 1936, constitui-se num sistema de representações baseado na linguagem e foi construída a partir da conceituação do estágio do espelho, “momento em que a criança antecipa o domínio sobre sua imagem corporal através de uma identificação com a imagem do semelhante” (Roudinesco, 1998, p.558). Por conseguinte, é, por meios da linguagem, que o sujeito se constitui e é, nesse sentido, que se falará da função materna e da paterna, algo que transcende à relação entre duas pessoas.

O primeiro Outro/outro que acolhe o *infans* em seu desamparo original e cuida das necessidades básicas da criança, nomeando-as e, assim, inserindo-a no mundo simbólico da linguagem é o agente materno, um ser desejante, chamado Outro Primordial, o qual supõe uma pessoa que o opere.

O exercício da função materna supõe também a mãe como sujeito dividido, barrado pela própria castração, pela Lei da Interdição do Incesto. É o significante da falta que permite o sujeito ser representado por outro significante: a metáfora paterna e é ela que produz o significante da falta. Essa função é estruturante, pois limitando o gozo da mãe, propicia a separação dela do bebê, dessa forma, permite a entrada da lei,

inserindo o sujeito na cultura, no mundo simbólico, retirando-o da relação dual.

Se a mãe assume todo o espaço no Outro, não há falta do significante, logo ela não vai ocupar a função materna. Ela ocupa o lugar do pai, sem, no entanto, conter o significante da falta do Outro, conseqüentemente, impede a entrada do *infans* na ordem simbólica. A introdução do espelho estabelece o heterogêneo, quando a criança fica capturada no desejo materno, ela ocupa o lugar de um substituto fálico para a mãe, perpetuando a relação dual. Sendo assim, uma das conseqüências possíveis, caso a mãe siga seus desejos inconscientes, é o de provocar no bebê uma relação aditiva a sua presença e a seus cuidados. A criança não desenvolve suas próprias capacidades psíquicas, diante de situações perigosas ou “corre” em direção a ela como ocorre com os adolescentes em conflito com a lei.

Apesar de não discutir o lugar da mãe sob a perspectiva da função, Winnicott (1982) também ressalta a importância da mãe encarnada na constituição do sujeito ao afirmar que, quando ela tem um bebê se sente desprotegida, confusa e abandonada e, por isso, necessita de um médico, um enfermeiro que lhe forneça proteção e esclarecimentos. Ela precisa também de um marido dedicado que a satisfaça também sexualmente, mas, quando algo interfere no caminho natural, ocorre o **fracasso da função materna** redundando no impedimento de um desenvolvimento natural da criança.

De acordo com a teoria winnicottiana, nem todos avançam em seu desenvolvimento emocional até o complexo de Édipo, portanto o mais importante é compreender a relação mãe-bebê, pois a questão da repressão da figura erotizada do pai nem sempre se coloca, na análise dessa relação. Winnicott enfatiza que, para o eu se

constituir, a mãe deve fornecer o *holding* - capacidade de compreender as necessidades da criança -, o *handling* maneira de cuidar. A capacidade de satisfazer essas exigências definirá a forma como se dará a relação de objeto, estabelecendo entre mãe-bebê uma unidade dada por este *setting*,

Para que ocorra essa sintonia, a mãe deverá desenvolver o que Winnicott chama de “doença normal” (preocupação materna primária) que poderia ser definido como uma hipersensibilidade às necessidades do bebê, sendo assim, se a mãe fracassa, o bebê também fracassa, ele se sente invadido pelo meio ambiente trazendo como consequência uma depressão da criança ou comportamentos anti-sociais como roubar ou dizer mentiras

Portanto, para que o desenvolvimento siga seu curso há que se ter uma mãe suficientemente boa, tal condição proporcionará a criação da díade mãe-bebê. Se esse processo ocorre naturalmente, o bebê separa-se da mãe, tornando-se uma pessoa total que já pode ser apresentado a outra pessoa total: o pai. No caso, caberá à mãe convidar seu marido para participar de algumas rotinas diárias com o bebê de modo a propiciar a construção da tríade

Apesar de Winnicott ser mais enfático quanto ao papel da mãe na constituição do sujeito, em Lacan (1936), também se observa a importância da função materna descrita no estágio do espelho. Em ambos os autores, pode-se notar a necessidade de um investimento libidinal da mãe em relação ao seu bebê, para que ele seja alçado à condição de sujeito. Eles deixam claro como o nascimento está permeado pelo desamparo, na medida em que, nesse momento, o ser humano é dependente do outro de maneira integral e a mãe ocuparia lugar do primeiro outro e também do primeiro Outro.

Diante do exposto acima, Lang (2004) ressalta que, em Lacan, tem-se como

ponto de partida que o bebê depende da mãe inscrita na **linguagem** (mãe simbólica). Em Winnicott, o ponto de partida está na dependência física do bebê em relação ao ambiente. Apesar de possuírem pontos de partida diferentes o que se pode concluir é que a função materna contém o *holding* descrito por Winnicott, mas não se limita a esse aspecto sendo apenas uma parte dessa operação .

Mas uma questão se coloca e merece reflexão, a função materna não se confunde com a pessoa da mãe, mas supõe uma mãe dividida, ela própria, barrada pela castração, inscrita na lei do interdito. Portanto, é importante esclarecer que a função materna estaria na ordem do Outro primordial, mas para que esta operação ocorra, há que se ter um sujeito encarnado e nomeável. Esse sujeito é determinado pela sua própria história com seus pais, atravessado pela sua resolução edípica. Portanto, será determinante para o exercício da função materna, a forma como aquele que o encarna se inscreveu na ordem de filiação e posiciona-se como um ser desejante.

Em seu artigo “Do Infanticídio à Função Materna”, Iaconelli (2008), apoiada em reflexões de Aulagnier, pontua que, diante do embrião, a mãe poderá adotar dois posicionamentos: vê-lo no registro do real, ou seja, em sua condição natural, ou projetar sobre ele algo do seu psiquismo e tal projeção é condição não só para a constituição do sujeito, como também para suas posteriores patologias.

Ao falar sobre a estrutura bipartite da linguagem e ressaltando os aspectos não codificáveis no processo de simbolização, Mariotto (2005) formula uma questão que segue a mesma direção da que se propõe aqui:

“... seria este outro encarnado um intérprete hegemônico do Outro? Dito de outra forma, do que depende esta vocação e como ela se efetua na materialidade da relação mãe-bebê? Se o sujeito é constituído na e pela linguagem é preciso que ele encontre material significante

suficiente para se fazer representar simbolicamente. Tarefa que será inicialmente dividida entre o pequeno ser e o Outro Primordial”.

Seguindo ainda as formulações da autora, para que o sujeito possa se constituir, faz-se necessário que ele obtenha material significativo para que possa ser representado simbolicamente, operação que ocorrerá entre o bebê e o Outro Primordial. Sendo assim, é o agente materno que veste o outro de significantes, dando a ele consistência em seu enunciado e em sua enunciação.

Há que se ter *um outro* encarnado “que vem ocupar o lugar do código de linguagem, operando um trabalho de ciframento e desciframento das experiências, em que a montagem subjetiva fica subordinada a estas tarefas” (Mariotto, 2005, p.1). Portanto, esse escriba de um novo sujeito, como é nomeado pela autora esse Outro, possui duas funções: a de inscrição e a de interpretação dessa escrita.

Portanto, em função da fragilidade do filhote humano, o bebê é totalmente dependente de quem o toma para cuidar e esse suporte simbólico deverá atendê-lo em nível das necessidades biológicas e do desejo, pois cada necessidade satisfeita será nomeada e interpretada, de acordo com o código simbólico desse cuidador. Sendo assim, o *infans* cada vez mais, passará a reagir, menos instintivamente e Mariotto (2005) cita Vorcaro (1997) que explicita esta relação:

“... grito deve ser tomado pelo agente materno enquanto signo de uma falta de apaziguamento, que será respondida pela mãe com sua presença confortadora, onde as manifestações vitais do rompimento da homeostase orgânica sejam marcas a serem lidas como mensagem. É assim que, ao entrar nos primeiros moldes da série significativa, a criança passa a responder menos por automatismos reflexos do que a partir das marcas introduzidas pelo Outro encarnado, que operam inconscientemente”.

A lógica do código sobre o qual se baseia essa tradução das necessidades da criança

pelo Outro encontra-se no desejo inconsciente, sendo que o bebê se posiciona para a mãe como seu signo:

“Logo, é possível supor que a vocação interpretativa da mãe se sustenta na idéia de uma inconsistência do intérprete como possibilidade de produção de sentido. Isso é, a tradução supõe uma negatividade na leitura, um ponto cego que acompanha este trabalho de humanização, impondo tanto a parcialidade quanto a incerteza como bases sobre as quais a mãe sustenta sua função, pois a existência do inconsciente impossibilita radicalmente uma codificação generalizável.” (Mariotto, 2005, p.1)

A interpretação da mãe realiza-se como uma “leitura às cegas” e o texto subjetivo da criança vai sendo confeccionado desse lugar, o do desconhecimento do intérprete, lugar de onde atua sua enunciação. Mas, a autora lembra Kupfer para assinalar que “se à mãe cabe a tarefa de ler à medida que escreve o texto significante, ao *infans*, trata-se de ler um escrito naquilo que está sendo dito” (Kupfer, 2004, p. 74 *apud* Mariotto, 2005).

Na visão lacaniana, o estágio do espelho é o momento de identificação em que o sujeito assume sua imagem, interiorizando-a, mas, para isso, tem que haver um lugar no Outro, no caso encarnado pela mãe ou um cuidador. É o olhar dela, ou dele, bem como essa voz que irá nomear o bebê dando-lhe um lugar na família, na sociedade no campo simbólico. Portanto, diante do espelho, quando a criança olha para a mãe e se volta para o espelho é uma confirmação de descoberta do que ele espera dela, ou seja, que ela lhe diga: “sim, você é José, meu filho”. Esta é a nomeação materna.

As operações supracitadas constituem os diversos níveis da função materna como bem explica Levin (2001) *apud* Carneiro e Pontes (2008), evidenciando que a história desta pessoa que exerce essa função determina essa operação simbólica:

“A mãe imaginária será quem se reconhecer no corpo de seu filho e no

seu funcionamento maternal (cuidados, ajuda, apoio decodificações, etc (...)). Na mãe simbólica, o que está em jogo em princípio não é o “desejo do filho”, mas o desejo de ser mãe que funda a posição terceira dando acesso ao dizer paterno. Entre ela e o filho se localiza o pai, intercedendo e mediando nesse relacionamento. A mãe real é aquela que, aquém ou além de seu posicionamento materno, situa-se como mulher causada pelo desejo do homem, do qual o filho não participa, apenas assinala o limite e o testemunho do encontro falho”

Na adolescência, a mãe, na qualidade de Outro Primordial, aquela que deu lugar a outras encarnações possíveis do Outro no estádio do Espelho, será novamente interrogada e se houve algo nesse percurso que tornou essa nomeação precária, as conseqüências poderão aparecer neste momento, na reedição das primeiras relações infantis.

Para se situar o significante do *Nome-do-pai*, é preciso averiguar de que maneira essa mãe, na condição de mulher desejante, posiciona-se em relação à lei simbólica da proibição do incesto, e como um filho integrou em si tal proibição e tornou-se capaz de instituir seu próprio limite. Nessa perspectiva, o exercício da função materna, além de depender da história do ser nomeável e encarnado, dependerá também de como essa pessoa internalizou a Lei do Interdito. Nesse sentido, faz-se necessário conhecer a mulher que determina essa mãe, fazendo um caminho inverso ao habitual em que a mulher é definida e analisada por meio a sua atuação como mãe.

Para que seja analisado o exercício da função materna, nos casos de adolescentes em conflito com a lei, é importante compreender as possíveis relações entre a elaboração do Complexo de Castração e do Édipo da mulher e a evolução de tais conceitos ao longo da trajetória das formulações de Freud. Além disso, a referida função se liga diretamente à questão do materno, portanto, há que se analisar o lugar simbólico reservado às mães no campo social, bem como o lugar que esse conceito ocupa nas

teorizações freudianas sobre a sexualidade feminina. Nesse estudo, não há a intenção de tratá-los de forma exaustiva, mas apenas ao que se refere o exercício da função materna.

1.1.2. Feminilidade e Maternidade

No texto “Três ensaios sobre a teoria da sexualidade” de 1905, Freud ressaltou a importância das primeiras relações mãe-bebê e de como ela se origina dos sentimentos dessa mãe com a sua própria sexualidade. De acordo com essa relação, é que ela vai ensinar seu filho a amar. Em 1931 em “Sexualidade Feminina”, ele acrescentou que essa vinculação primeira dará o formato para os relacionamentos e vinculações posteriores do bebê, suas trocas sexuais, inclusive a relação com o pai, que terá a mesma intensidade da vivida com a mãe.

No início, Freud considerou a maternidade como responsável pela obra civilizatória, posteriormente o desejo e o erotismo daquela são responsáveis por seu caráter anticivilizatório. Quer dizer, maternidade e desejo se opõem, estando o primeiro a serviço da civilidade e o segundo, da não civilidade. A resultante desses eixos estaria ligada a inveja do falo, marcada pelo sentimento de inferioridade de não possuí-lo. Para compensar essa falta a mulher inscreveria o falo em todo seu corpo, em sua imagem e em sua beleza estaria a via de sedução do homem. Dessa forma, Freud naturalizou uma hierarquia de gêneros, sob a égide do masculino, aquele que possui o pênis.

Do ponto de vista libidinal, para Freud, a única forma saudável de tornar-se mulher seria graças à maternidade. Apesar de reconhecer outros destinos do feminino como a inibição sexual, a histeria e a virilização que fariam parte do campo da anomalia, eles se afastam da conquista da feminilidade plena.

Em seu texto *Lições Introdutórias* (1932) essas questões ficam bem evidentes e Freud traça suas considerações ressaltando que a mulher teria uma tendência aos fins passivos, mas isso não a coloca como passiva, visto que, por vezes, para conseguir fins passivos há que se empregar uma grande atividade. Freud não relaciona diretamente os costumes sociais para justificar esta preferência, mas admite que eles levem as mulheres a orientarem suas tendências destrutivas para o interior, tornando-se masoquistas e, quando o masoquismo ocorre em homens, pode-se dizer que estes possuem traços femininos.

As fases mais primitivas do desenvolvimento psicosssexual demonstram um predomínio da atividade, comuns ao menino e à menina, ambos possuem o mesmo nível de agressividade, e sabem também obter prazer erótico de seus órgãos sexuais (meninas-clitóris e meninos- pênis). Mas, posteriormente cada um trilha um caminho diferente, levando a consequências diferentes.

A transformação da menina em mulher é mais complexa, na medida em que necessita transpor duas fases a mais que os meninos. Nessa passagem, deverá renunciar a atividade em direção à passividade. Para uma menina tornar-se mulher, o clitóris deve ceder total ou parcialmente sua sensibilidade e significação para a vagina. A menina, assim como o menino, elege a mãe como primeiro objeto de amor, mas, posteriormente, ela deverá renunciar a este objeto e eleger o pai. Sendo assim, enquanto a menina precisa realizar essa mudança de zona erógena e de objeto, no menino tudo ocorre de forma direta. Para analisar a vinculação da menina com o pai, há que se compreender o tipo de vinculação que ela teve com a mãe, pois a segunda decorre inteiramente da intensidade e duração ocorrida na primeira, momento em que o pai era visto, ainda, como um rival.

Os traumas sexuais relatados pelas pacientes falam de uma sedução exercida pelo pai. Em princípio, Freud descobriu que não se tratava de uma sedução de fato, mas de uma fantasia de sedução. Posteriormente, acrescentou a esta descoberta que tal fantasia era oriunda da fase pré - edípica, eles estariam vinculados a mãe que, a partir de seus cuidados com a criança, despertaram-lhe sensações prazerosas, sendo, portanto, a mãe a iniciar a criança na vida sexual, a seduzi-la.

Os primeiros investimentos libidinais do bebê são dirigidos à mãe. Na primeira fase, estes investimentos são de natureza oral, depois de natureza anal e por fim fálico. Eles se posicionam em relação a ela de forma ativa e passiva, além disso, desenvolvem sentimentos ambivalentes de amor e ódio por ela e é dessa ambivalência que decorre posteriormente as representações de angústia, por exemplo, o medo de ser assassinado, presente na paranóia. Essa patologia remonta à fase pré - edípica e está ligada à figura materna.

O afastamento da menina em relação à mãe ocorre sob o signo da hostilidade. Em primeiro lugar, esse sentimento se dirige ao seio materno, que não a alimentou suficientemente. Em segundo, a um novo bebê, por vezes, pode estar associado à privação ao seio materno, já que, agora a mãe, alimentará apenas esse bebê. Além disso, a criança não quer compartilhar o amor materno e, ter que fazê-lo, gera ódio.

A insatisfação dos desejos sexuais inerentes a cada fase do desenvolvimento da libido converte-se em sentimentos hostis, direcionado à figura materna, e o maior deles ocorre quando a mãe não permite que a criança manipule seus órgãos sexuais, ela que, um dia, a iniciou nesse jogo prazeroso.

Mas, nem a raiva de ter que dividir a mãe com outras pessoas, nem a raiva de ela proibir algo que ela mesma cultivou ainda é suficiente para afastar a menina ou o

menino dela. Essa disposição de separar-se só se manifesta relacionada ao complexo de castração, quando ambos, meninas ou meninos percebem as diferenças anatômicas entre os sexos. Quando a menina descobre a falta no real do seu corpo, responsabiliza a mãe por ser desprovida de pênis, sente-se inferiorizada e passa a querer ter um, manifesta inveja do pênis, sentimento determinante na construção da sexualidade feminina.

É, na diferença sexual, que se erige o Complexo de Castração que atinge tanto o menino quanto a menina e, para ela, três soluções diferentes podem ocorrer: a) inibição sexual ou neurose, b) transformação do caráter no sentido de um complexo de masculinidade, c) feminilidade normal.

Até descobrir que não possui pênis, a menina que vivia ativamente procurando prazer em seu clitóris, e cujo desejo sexual estava direcionado à mãe renuncia ao prazer clitoridiano, não só recusa o amor materno, mas ainda boa parte dos impulsos sexuais. Porém, o afastamento da mãe se efetiva, à medida que a criança percebe que, não ter o órgão genital, não é exclusividade dela, inclusive sua mãe também não o possui. Neste sentido, a menina atua como o menino, afasta-se da mãe desvalorizando-a, pois o seu investimento libidinal era numa mãe fálica. Renuncia a sua atividade em direção a passividade, abrindo caminho para a feminilidade.

Ainda na tentativa de conseguir um pênis, a menina dirige-se ao pai para conseguir dele o órgão negado por sua mãe. Mas a feminilidade só se efetiva quando ela substitui esse desejo pelo desejo de ter um bebê, numa equivalência simbólica. Com a transferência do desejo pênis-bebê ao pai, a menina entra no Complexo de Édipo. Os sentimentos hostis em relação à mãe aumentam, transformando-a em sua rival.

O significado da figura paterna também se torna mais claro com a demonstração de que o Complexo de Édipo, na menina começa onde termina o do menino, já que o

referido complexo estaria determinado pela angústia de castração, presente no complexo de castração. O medo de ser castrado arrancaria o menino da volúpia materna enviando-o ao mundo paterno. Quanto à menina, como essa *falta* existe no real, ela sairia em busca da eleição de objetos que pudessem complementá-la: primeiro o pai, depois um homem e, finalmente, o bebê, sendo que esse caminho constituiria na busca do tornar-se mulher. Portanto, nessa passagem, fica evidente a relação entre tornar-se mulher e a maternidade. Razão pela qual, a feminilidade saudável está inteiramente ligada a ser mãe.

O resultado do Complexo de Édipo para o menino é a formação do superego e consequente inserção na cultura, já, na menina, a entrada no Complexo de Édipo é, em si, uma solução e sua resolução ocorreria de forma incompleta, sendo assim a formação do superego feminino seria precária.

Sob essa perspectiva, Freud formula que, em função da inexistência da angústia de castração, as mulheres não teriam a mesma relação com a lei moral que os homens, em função da parcialidade de seu ponto de vista faltante, a visão delas seria mais particular. Ao contrário do homem que pode acessar o universalismo da lei, configurando-se o homem como representante da civilidade, e a mulher, da natureza.

Devido a essa condição, a mulher teria propensão ao pensamento concreto, pouca aderência à lei, maior pré-disposição ao rompimento dos laços sociais, seria mais impulsiva e parcial, possuiria uma tendência maior para passagem ao ato, além de uma menor capacidade de sublimação, diminuindo a possibilidade de acessar o mundo civilizatório.

A maternidade funcionaria como a única forma de domínio dessa periculosidade, momento em que a mulher poderia adquirir a plenitude fálica, pela possibilidade de

possuir o pênis/falo. Assim, Freud articula o paradigma das diferenças sexuais, presente no séc. XIX, à sua concepção libidinal do sujeito: a maternidade é a finalidade natural da mulher. Mas antes, procura eleger um marido que se assemelhe a seu pai, porém, na convivência, tenderá a reproduzir com ele a relação que tinha com a mãe, ou seja, de hostilidade.

No nascimento de um filho, a mulher revive a identificação com sua própria mãe e tenta viver nessa relação com o bebê tudo que ficou recalcado, ou seja, a angústia da falta do pênis e o filho passa a representar a possibilidade de realização de todas as fantasias inerentes a esta fase. De acordo com as formulações de Freud, o casamento só estará garantido quando a mulher conseguir fazer de seu marido também um filho, atuando com ele como se fosse mãe.

A identificação da mulher com a mãe tem dois momentos: um com a mãe fálica, da fase pré-edípica, em que existe um vínculo amoroso entre elas, nele, a mãe é tomada como modelo. Nesse primeiro momento de identificação, ocorrerá a definição da forma como exercerá suas funções sexuais e sociais e serão, por sua vez, essas características que atrairão o homem, visto que, a partir delas vislumbrará a vinculação com sua própria mãe a qual teve que renunciar um dia.

Em um segundo momento, na fase edípica ocorrerá a identificação com a mãe castrada, nele a mãe torna-se rival, visto que o pai é o seu objeto de amor. Ambos os momentos nunca serão totalmente superadas.

A partir do que foi dito anteriormente, é possível perceber que a construção do conceito de Complexo de Édipo realizou-se inicialmente tendo na sexualidade masculina o seu paradigma e a sua referência. Posteriormente, esse discurso fica mais complexo com a entrada da ambivalência presente na relação dos sujeitos com os

objetos (amor e ódio dirigidos para o mesmo objeto). As marcas do parricídio originário seriam traços constitutivos da subjetividade, a dimensão da interdição do incesto perpassaria todo o psiquismo. Mas, alguns enigmas vão se delineando nesse conceito, quando se tenta pensar o Complexo de Édipo da menina apenas sendo o contrário do que ocorria com o menino.

Foi apenas nos textos que vão de 1924 a 1932, que Freud começou a desenvolver um conceito mais preciso sobre as relações da menina com a mãe primordial, dita pré edípica, que, apesar de existir também com o menino, essa relação deixava para as meninas marcas indelével. “A trama constituída pela inexistência do pênis e a inveja do pênis na mulher passou a ser polarizada a partir da experiência do continente negro” (Birman 2001, p. 180), ou seja, da relação primeira entre a menina e a mãe. Esse rigor na caracterização do Complexo de Édipo feminino levou também a uma diferenciação entre a mãe arcaica e a mãe edípica.

Descrever o feminino a partir do masculino traz em si alguns pressupostos teóricos e éticos, já que o primeiro derivaria do segundo. “Seria por comparação e até mesmo por subtração que o ser da mulher poderia ser elucidado a partir da condição masculina” (Birman, 2001, p. 181), criando assim o enigma da mulher tendo em vista que a representação do masculino é clara e o da mulher, obscura.

Rocha (2001), em seu artigo intitulado *Feminilidade e Castração, impasses no discurso freudiano sobre a sexualidade feminina* evidencia três formulações sobre a teoria da castração presente na obra de Freud, denominando-as: biológica, simbólica e ontológica. Elas, por sua vez, levam a formulações diferentes sobre o feminino e a feminilidade. A primeira fase, a biológica, tem o masculino como referência, a segunda, adquire um caráter simbólico, tendo como referência o falo e a última, tratada mais no

final de sua obra, a antológica, fala sobre o desamparo frente ao “rochedo da castração”.

Na primeira fase, denominada biológica, Rocha (2001) concorda com Birman (2001) quando a descreve como a fase das formulações freudianas, em que a mulher é caracterizada por um *a-menos*, tendo a sexualidade masculina como paradigma, ressaltando a superioridade do homem em relação às mulheres. Sob o prisma de Freud, a universalidade do pênis e a condição de tê-lo ou não tê-lo acarretariam conseqüências psíquicas que definiriam as características do sujeito. A principal delas seria a inveja do pênis, em que a mulher se perceberia como inferior ao homem e este a desvalorizaria. Haveria uma fase pré-edípica pautada na atividade e o tornar-se mulher dependeria do recalque da sexualidade clitoridiana, órgão análogo ao pênis do menino, para a menina. Nesse momento, há o predomínio do par atividade (masculino) – passividade (feminino).

A segunda fase, nomeada simbólica, chamada para Freud, fálica foi descrita em seu artigo *A Organização Genital* (1923), em que ressalta que, nessa fase, apenas um órgão é importante para os dois sexos; o pênis. Esta conceituação se mostra ambígua, pois ele não chega a fazer uma delimitação precisa entre pênis e falo e, por mais que se tente dar ao órgão anatômico um caráter simbólico, o que predomina é a visão biologizante, demonstrando que ele nunca deixou claro a dimensão imaginária e simbólica presente nessa diferenciação.

Para melhor compreender a diferenciação entre pênis e *phallus*, e ressaltar a dimensão simbólica, para além da dimensão imaginária deste conceito, Rocha (2001, p. 136) explica que:

“A identidade sexual do homem e da mulher, além das diferenças orgânicas dos sexos, supõe um complexo processo de identificações no

qual estão em jogo a s instâncias ideais do ego; ego-ideal, ideal do ego e superego. É na encruzilhada destas identificações, e no trabalho estruturante da Lei do Pai, que se constituem a subjetividade humana e a identidade sexual dos seres humanos”.

A dimensão simbólica do pênis se esboça quando Freud abandona o par atividade-passividade para definir homem e mulher, já que a libido é única e sempre ativa, passando a priorizar o par fálico-castrado. Para ele, castrado é aquele que percebe uma ausência e fálico a presença, mas já não atribui a nenhum desses pólos a algum gênero específico. O que existe é uma valorização do *phallus* em ambos os sexos e, apesar de ter o pênis como referência imaginária, o que se erige a partir dele é um mito de algo ideal que se quer conquistar ou ter, é um símbolo, ou uma insígnia. Em outros termos, nessa abordagem o que será enfatizado é que tanto os homens, quanto as mulheres passarão pela castração, que, na verdade significa: renunciar ao gozo materno.

Rocha (2001, p.139) nos lembra que essa percepção do imaginário e do simbólico, presente nas formulações freudianas, só se torna perceptível na análise da relação originária da criança com a mãe, destacando como ”mãe e filho fusionam-se numa mônada sem abertura para a alteridade”, mas, é onde se percebe a intensa ambivalência dessa união e a avidez da libido infantil que quer exclusividade.

Ao dar ênfase a essa relação, foi que Lacan destacou que o ideal narcísico da mãe é possuir um objeto fálico que a complete e o filho identificado com esse objeto ocupa este lugar. Como objeto de desejo da mãe, torna-se uma presa nessa armadilha, incapacitado de se transformar em sujeito, assujeitado ao desejo do Outro Primordial. Essa relação encobre a falta de ambos numa relação de total onipotência, vivendo assim uma situação ilusoriamente fálica.

Apenas a Lei do Pai e a Castração poderão funcionar como interdição, levando por sua vez, a estruturação e a ordenação, ou seja, apenas por essa via, ao deixar de ser objeto do gozo materno, o *infans* se tornará sujeito. É a partir da falta primordial que se inscreve a cadeia de significantes que irá introduzir o sujeito no mundo da linguagem. Enfim, para poder tornar-se um sujeito de desejo deverá renunciar ao desejo incestuoso com a mãe, para se inscrever no campo simbólico, da linguagem.

Não há dúvidas quanto ao papel central do complexo de Édipo na dialética de subjetivação, mas vale lembrar que o complexo de castração é decisivo para a resolução do complexo de Édipo. Além disso, não se pode esquecer o que diz Ceccarelli (2002) “esta ameaça de castração, presente nesse complexo, é geralmente proferida por mulheres que, para reforçarem sua autoridade e aumentar a eficácia da ameaça, referem-se ao pai, ou a uma figura de peso na vida da criança”.

Não se nasce homem ou mulher, existe um processo de sexuação, no qual tornamos homem ou mulher, a partir de “um devir”, pelo desejo do Outro. O homem funda a sua masculinidade na ilusão infantil de que seu pênis é o *phallus*, condição para que um dia ele possa seduzir uma mulher. Mas a mulher não possui nada no real de seu corpo para representar a feminilidade

“O feminino, através do sofrimento psíquico, revela-nos o quanto é difícil para a mulheres estruturar – se e sustentar a sua feminilidade marcada pela falta, por um eterno “devir”...por esta feminilidade estar situada como algo da ordem do inapreensível, indizível, mas idealizado pela mulher...”(Valença, 2003, p.65).

Neste sentido Cecarelli (2002), nos lembra que:

“Ainda que os primeiros significantes que nos designam sejam “homem” ou “mulher”, tal designação não implica a questão da erogenização

do corpo - que passa pelo afeto. Ou seja, não basta o significante para que, na ordem simbólica, o sujeito se posicione como homem, ou mulher. Este posicionamento não é indiferente ao lugar que a criança - que tem chances de tornar-se sujeito - ocupa no inconsciente dos pais bem antes mesmo do seu nascimento e da dimensão narcísica destes últimos, enfim, da dinâmica da economia libidinal da família. O essencial para que o sujeito se constitua é que ele seja simbolicamente reconhecido pela palavra do Outro, encarnado, na maioria das vezes, pelos pais. É este reconhecimento, responsável pela inscrição do sujeito na função fálica, que transformará a criança - a partir do real de sua anatomia (sexo) - em ser falante, homem ou mulher.”

Valença (2003) lembra que coube a Lacan, em suas teorizações sobre a feminilidade propor de um novo caminho na construção da feminilidade da mulher, ao afirmar que ela funda a sua sexualidade por meio da falta, estando não-toda inscrita na ordem simbólica, em algo irrepresentável, que se encontra fora do representante fálico, dando a ela outra saída possível por intermédio da subjetivação do lugar vazio, uma nova possibilidade que não seja a realização da maternidade, mediante o preenchimento do seu desejo ou a insatisfação da histeria, proposta por Freud.

Visto que, na sociedade contemporânea não há lugar para a falta, a feminilidade torna-se ameaçadora, talvez por isso o feminino contemporâneo tenha o perfil que se percebe nos dias atuais, melhor dizendo: as mulheres (únicas) que suportam a tripla jornada de trabalho, que sustentam seus filhos, dispensando à colaboração de qualquer pessoa (do Outro), mudando de companheiros de forma rápida e frequente, ou ainda as “mães salvadoras” de filhos drogaditos, as “mulheres salvadoras” de maridos alcoólatras, entre outros.

A terceira fase, as das formulações de Freud, sobre a feminilidade se articulam com a noção do desamparo originário constitutivo do ser humano e foram discutidas no artigo de 1937, sobre o fim da análise. Por isso, Rocha (2001) denominou essa fase de ontológico- existencial.

O rochedo da castração seria a feminilidade negada tanto pela mulher quanto pelo homem e a impossibilidade de se fazer algo sobre isso. No primeiro caso, a mulher nunca abriria mão de preencher a falta do pênis, procurando sempre um substituto e, no segundo, o homem não admitiria ocupar uma posição passiva diante de outro homem. Rocha (2001) questiona atrelar a noção de desamparo originário à feminilidade, visto que, no desamparo, o que está em questão é a angústia originária (conceito desenvolvido por Freud em 1926) frente à finitude e incompletude do ser e que essa angústia será o protótipo de todas as outras angústias no decorrer da vida. Sendo assim, a angústia presente nessa situação ocorreria com ambos os sexos

Rocha (2001, p.148 e 149) analisa bem este conceito quando diz:

“Nascimento, amor e morte. Nada mais sugestivo para simbolizar o enigma da feminilidade, se não nos esquecermos de que, segundo esta tríade marca o percurso do homem do começo ao fim. Primeiramente a figura da Mãe que dá a vida (die Mutter selbst): depois, a figura da mulher amada (die Geliebt), escolhida segundo o modelo daquela que foi nosso primeiro objeto de amor, e, finalmente, a Mãe-Terra (die Mutter Erde), que nos recebe, em seus braços depois da morte. Cada uma dessas figuras de mulher revela um aspecto do enigma e do mistério da feminilidade.”

Birman (1999), também reflete sobre a questão do desamparo originário, proposto por Freud, mas não pela proposta da angústia originária, mas sim, pelo descentramento do sujeito em relação ao significante fálico, em que a confrontação com a finitude e a incompletude do ser levam a uma situação-limite, sem referencial fálico, para ambos os sexos, causando essa resistência, esse horror: a feminilidade. Vale esclarecer ainda que o termo feminilidade, a partir desta construção teórica, contrapõe-se ao referencial fálico em suas insígnias de onipotência, completude e auto-suficiência.

Ao pensar a função materna, pelo viés dessa formulação, os sintomas advindos da relação fusional entre mãe e filho trariam como conseqüências não apenas manter a ilusão da completude e da onipotência do ser humano, mas também uma negação da sua finitude e da angústia do desamparo primordial.

Ao que tudo indica, a partir disso, vale refletir sobre o lugar que foi fornecido às mães no campo social, portanto no imaginário das pessoas de maneira geral, e de que maneira isso se reflete na identidade feminina, ou ainda na expressão de seus desejos, como este gozo faz laço com o social.

1.1.3. Maternidade e Biopoder

Birman (2001) traça o histórico, desde a antiguidade sobre a forma em que as diferenças sexuais foram tratadas e de que maneira Freud se utilizou desse imaginário na construção da teoria da feminilidade.

Inicialmente, acreditava-se na teoria do sexo único. Posteriormente, os filósofos Galeno e Aristóteles formularam a teoria das quatro causas (material, forma, eficiente e final), segundo a qual, a mulher seria a responsável pela causa material da geração e o homem pelo poder da causa formal, considerada como superior à primeira, justificando então a hierarquia do masculino sobre o feminino. A mulher de forma passiva fornece a matéria sem forma, onde o macho como um artesão, produziria uma forma. Portanto, apenas o homem tem capacidade para criar efetivamente um outro.

Para Galeno, com sua teoria dos humores, haveria no homem a presença do quente e na mulher ausência do quente, uma homologia entre as genitálias do macho e as da fêmea, que resulta em uma equivalência precisa entre eles. A projeção da genitália masculina para o exterior estava ligada à presença do humor quente. Ademais, essa oposição leva a outras implicações como: a verdade, atividade/ação, a perfeição, está no pólo masculino e a não-verdade, passividade/recepção, imperfeição, posiciona-se no pólo feminino. A homologia entre as genitálias e a presença do humor quente no corpo da mulher permitiria a transformação do feminino em masculino, mas o inverso não

seria possível.

Apenas no início do séc. XVII, com o avanço dos estudos de anatomia, a crença, na homologia das genitálias e possível transmutação do feminino em masculino deixou de existir, abrindo caminho para a criação da teoria natural da diferença dos sexos. A partir de então a diferença sexual estava inscrita na estrutura do organismo, no nível da essência, gerando um abismo intransponível entre os sexos, passando para o imaginário a possibilidade da transformação da mulher em homem, portanto para a ordem do impensável do impraticável.

A marca sexual passa para a ontologia da diferença sexual, nível das essências, as quais estão ligadas aos aspectos estritamente biológicos. Num primeiro momento, tais diferenças são descritas pelas diferenças anatômicas, com o avanço da ciência, por meio das cromossômicas e também pelas hormonais, num determinismo da natureza.

A inscrição das faculdades morais de homem e mulher vão sendo explicados, a partir do conceito de que o somático e moral são coincidentes, seguindo o caminho das diferenças cromossômicas, somáticas e hormonais e as anomalias teriam como causa um desequilíbrio entre o somático e o moral, advindo daí o conceito de degeneração.

Esse paradigma, da relação entre o somático e o mental, está presente na teorização de Freud sobre as diferenças sexuais, como pano de fundo, mesmo que, para ele, essa relação não se dê de forma mecânica, constituindo-se em um dos paradoxos e uma das contradições no discurso freudiano sobre a sexualidade.

Os ideais da Revolução Francesa tornaram a existência dessa hierarquia de gênero impraticável, dado o imperativo legal de que todos são iguais. Porém, a efetivação dessa igualdade exigiu uma longa trajetória histórica, secular, e foram necessários vários avanços e retrocessos, para que a mulher ganhasse espaço no campo

social.

Com o advento da Revolução Industrial, as mulheres começaram a trabalhar nas fábricas, recebendo salários inferiores aos homens. Os anos 60 foi o momento crucial para uma ruptura, mas essa realidade continua até os dias de hoje. Ainda é comum, na atualidade, algumas mulheres receberem remuneração inferior à do homem, mesmo no exercício das mesmas funções.

A democracia ateniense construída com base no patriarcado, a democracia da Revolução Francesa tenta romper com esse paradigma explicando, na natureza biológica, as possibilidades de inserção social de homens e mulheres, calcado no discurso das finalidades e inserções sociais. O estudo das perversões também segue esse caminho em que a natureza biológica define a moral dos sexos e é também essa lógica que pauta a construção da relação estreita da mulher com a maternidade, sendo essa uma saída oposta à perversão, portanto saudável.

É a partir da estreita relação do somático com a moral, das diferenças anatômicas naturais definindo a inserção social que a figura da mulher será atrelada à maternidade, sendo vista como algo instintivo. Por outro lado, dessa forma limitava-se também a sua inserção em outros campos (sociais e políticos).

As diferenças que sustentam essa teorização seriam o fato de a moral feminina estar marcada pelo afeto, o que lhe daria condições de cuidar do outro de maneira instintiva, à do homem estaria ligada a razão que o impede de exercer esse papel, ligando-o ao social. Em suma, a partir de tal discurso, a mulher fica ligada à natureza e o homem à civilidade.

A designação do espaço privado e da reprodução para as mulheres e do espaço público e da produção para os homens é uma consequência advinda do novo discurso

que liga as diferenças anatômicas às formas de inserção social. O exercício do poder pelas mulheres só seria legítimo quando circunscrito à família, sua única possibilidade de exercer a governabilidade, colocando-as no registro dos costumes, já que sua função é a da reprodução biológica e social. Quanto aos homens, eles ocupam o espaço extra-familiar, onde exercem o poder ligando-o ao registro dos direitos.

Todas essas divisões tinham como fundamento uma divisão igualitária de funções entre os sexos, de acordo com suas características naturais e não a usurpação de direitos. Vários teóricos como Rousseau, Hegel e Kant corroboraram esse pensamento. O próprio Freud inscreve no registro dos **direitos** e **costumes** suas formulações inaugurais sobre a importância da mulher na construção da civilização, quando diz: “... apesar dos efeitos mórbidos do processo modernizador sobre as mulheres, pela repressão sexual promovido por este, estas seriam agentes fundamentais desse processo” (Freud *apud* Birman, 2001, p. 59).

Nesse sentido, tudo na mulher que estivesse ligado a maternidade estaria na ordem da civilidade e tudo que estivesse ligado à demanda sexual, ao erotismo, seria um agente anticivilizatório, perverso.

Para melhor compreender este poder da governabilidade da família pela mulher, há que se compreender a construção do biopoder, nova modalidade de poder intitulada assim por Foucault, dando origem a bio-história.

De acordo com essa construção teórica, os recursos naturais e o número de indústrias não representavam a riqueza das nações, mas sim, a qualidade da sua população era o “elemento que definiria as potencialidades virtuais e concretas dos demais recursos das nações” (Birman 2001, p.61), portanto, a produção e a reprodução do capital econômico dependeriam desse capital humano.

A expansão da medicina obedecia também a essa estratégia de poder, quando entra em cena a medicalização do social, sendo a família o espaço mais importante, pois, nela, é possível moldar a pessoa idealizada pelo biopoder. Esse trabalho com as famílias, na área da saúde, era um objetivo da biopolítica, tendo a mulher um importante papel para se atingir este fim.

“... Oferecer para a figura da mulher o poder de governabilidade no espaço privado - administração da família e dos costumes-, implicava então inseri-la de maneira precisa nos processos de medicalização configurados pelo biopoder. Com isso tudo, o corpo da mulher foi devidamente medicalizado junto com o da criança, assim como a totalidade da existência familiar foi catalisada pelo recente discurso da medicina social, da higiene e da saúde pública” (p. 63).

Nessa medicalização do corpo feminino cabe o controle da reprodução, e nesse sentido, reprodução e sexualidade feminina passam a ter uma íntima relação, ou seja, a função da sexualidade seria a reprodução, de acordo com as exigências do biopoder. O prazer e o desejo da mulher, podendo intervir nesse objetivo, seriam uma ameaça à sociedade, à civilidade. As teorizações freudianas, também vão nesse sentido.

Na antiguidade, Galeno e Aristóteles postulavam que, se uma mulher não atingisse o orgasmo numa relação sexual, não haveria a possibilidade de gerar. Portanto, não havia uma cisão entre o erótico e a reprodução. É a partir do cristianismo que é criado uma polarização entre maternidade e desejo, uma mulher que deseja está identificada a figura do mal.

A sexologia do séc. XIX teve por finalidade tornar o discurso cristão em um discurso científico, nomeando como perversão qualquer sexualidade que não visasse à reprodução. As mulheres desejantes seriam mulheres perigosas que estariam se afastando de seu compromisso maior que é a família e estariam caminhando para a degeneração da espécie, portanto, em nome da higiene social, elas deveriam ser

medicalizadas.

No séc. XX, Freud questionou a sexologia que rotulava como perversão qualquer manifestação de desejo feminino ao afirmar que a sexualidade visa a o prazer e não só ao gozo genital. Esse conceito fica mais evidente em sua descoberta da sexualidade infantil a qual denomina de perversão polimorfa, ou seja, a criança obtém prazer em todos os momentos em que está suprindo suas necessidades básicas.

Dessa forma, ele afirma a positividade da sexualidade feminina, criticando a teoria da degenerescência e torna possível escutar o discurso da histérica, cuja base do sintoma é a repressão sexual. Nesse sentido, as teorizações freudianas tornaram-se um questionamento importante do dispositivo do biopoder.

Ao contrário da mulher, o homem tinha acesso livre tanto no espaço público quanto no privado, sendo-lhe permitido o exercício erótico e reprodutivo. Isso se constituía numa assimetria, numa hierarquia sexual que resistia, a despeito do discurso de igualdade preconizado pela Revolução Francesa, como símbolos do patriarcado. Se antes, essa assimetria se justificava pela teoria do sexo único, agora ela se deslocou para a irredutibilidade das diferenças de essências entre os sexos.

Nesse contexto, a prostituição tinha sua função social como local de exercício do erotismo masculino, mas sem prejudicar a capacidade reprodutiva da família, bem como a qualidade de vida preconizada pelo biopoder. Desta forma, justifica-se o controle dessa atividade pelo Estado que ocorria de duas formas: mediante a circunscrição do espaço de atuação e a obrigatoriedade da submissão das prostitutas a fazer constantes exames médicos para constatar possíveis doenças venéreas, obsessão da higiene social, por atrapalhar o projeto social da biopolítica. A permissão para trabalhar, sob a responsabilidade da polícia, seria fornecida dependendo do resultado dos exames.

A partir dessa constatação, já é possível perceber o local que estaria reservado às mulheres que se rebelassem ao seu destino de ser Mãe. Apesar de serem culpabilizadas e moralmente denegridas, elas incorporam a ambigüidade presente na modernidade, pois, se por um lado são perigosas e representam o mal, alinham-se bem com a ideologia liberal, cumprindo uma função social (exercício do erotismo masculino).

As prostitutas representam uma possibilidade de outras configurações do feminino que recusam a maternidade e assume o erotismo. Tal quadro é tratado pela medicina como desvio moral que devia ser medicado. Outros quadros de desvio moral são agregados a prostituição: o infanticídio (recusa do filho, para exercer livremente a sexualidade), a ninfomania (erotismo excessivo) e a histeria.

Tanto na prostituição, quanto no infanticídio e na ninfomania existe ao lado da recusa da maternidade e assunção do erotismo, uma passagem ao ato, os desejos não ficam apenas na fantasia, podendo assim receber as sanções públicas por intermédio da polícia e do judiciário. Já a histérica transita em outro caminho, ela assim como os outros quadros não se conforma que a maternidade como único destino e sente-se atravessada pelo erotismo, porém não tem coragem de passar suas fantasias para o ato, ficando presa a um conflito moral, adoecendo. Portanto, sua rebelião fica no registro imaginário.

A prostituição, a ninfomania, o infanticídio e a histeria seriam, portanto, formas de subjetivação oriundas do biopoder que fez uma cisão entre maternidade e erotismo, e é, nesse solo, que a psicanálise “se constituiu como um saber fundado na sexualidade, tendo na histeria seu ponto de inauguração e de incansável indagação” (Birman, 2001, p.80).

O biopoder causou uma transformação demográfica no séc. XVIII (estabilidade

populacional, diminuição da mortalidade) a partir da concepção da necessidade de promoção de qualidade de vida, como um valor social, mediante a medicina social, com o objetivo de promover as riquezas das nações. Para que este objetivo se cumprisse, atribuiu-se à mulher, mais especificamente à maternidade, o poder da produção da vida, objetivo primordial das políticas públicas daquela época.

Portanto, também nessa análise sociológica é graças à maternidade que a mulher pode acontecer como sujeito, já que ela se torna a responsável pelo prolongamento da vida. Sendo assim, articulando isso com a terceira fase da teorização freudiana do Complexo de Castração, poder-se-ia dizer que a maternidade passou a representar a possibilidade de uma vivência fálica, na medida em que se contrapõe à finitude do ser.

Por mais que a sociedade contemporânea já tenha se aberto para outras possibilidades de subjetivação da mulher é a mãe que é responsabilizada quando algo vai mal no campo social, como é o caso dos adolescentes em Conflito com a Lei. Ao que tudo indica, juízes e promotores ainda são vítimas desse imaginário.

O histórico da mulher é fortemente marcado pela hierarquia de gênero, e pela exclusão do espaço público, como saída, foi fornecida a ela a possibilidade de ser mãe, enfim esse seria o grande objetivo a ser atingido, onde poderia se realizar pessoalmente e socialmente, conduzindo-a a ter uma relação fusionada com o filho. Qual seria então o fator que possibilitaria a esta mãe ocupar o lugar daquela que admite a alteridade, portanto a Lei e enviar o *infans* ao Outro?

Soller (2003) lembra que Lacan se recusou a interpretar a mulher pela mãe, essa autora acrescenta que só raramente um filho permite fechar a questão do desejo, visto que essa decorre da dialética fálica do ter, que não lhe é própria. Para Soller “não basta dizer que ela se presta ao desejo do Outro”, quando, por exemplo, espera obter de um

homem um substituto fálico, de preferência na forma de um filho, “ resta ainda interrogar o desejo que sustenta este consentimento” (p.35).

Os temas abordados nesse capítulo versaram sobre o agente materno, sujeito que encarna a função materna. A partir dessa breve discussão, foi possível analisar como várias teorias sociológicas e, inclusive a psicanálise, justificaram uma hierarquia de gênero, reservando como única possibilidade de reconhecimento do feminino a maternidade, sem pensar nos outros desejos inerentes a mulher que determina a mãe.

Na medida em que se ampliou o entendimento do universo feminino, que não funcionaria dentro da dialética fálica do ter, no próximo capítulo será abordado a questão da função materna articulada à função paterna e ao adolescente em conflito com a lei.

1.2. Função Materna e Paterna e o Adolescente em Conflito a Lei

No capítulo anterior foram discutidos alguns condicionantes psicológicos e sociológicos que influenciam o exercício da função materna. A partir de tais condicionantes, nesse segundo capítulo, passar-se-á a refletir sobre a relação da função materna e da função paterna na contemporaneidade e será investigada a existência de uma possível interação com o ato delinqüente ou fora da lei/LEI.

1.2.1. Função Materna e Metáfora Paterna

No início o que se tem é o gozo e o desejo da mãe, uma lei singular e louca que congela o *infans* em S1¹. Nesse momento, a maternidade fornece a ilusão de que a

¹ Quando o agente materno supõe um sujeito no grito da necessidade, esta necessidade é transformada em demanda e neste simples ato situa-se a inseminação do simbólico, o S1, Significante Mestre que dará início a cadeia de significantes.

mulher pode ser e ter o falo. Para ter acesso ao Outro e sair dessa condição de assujeitado, a criança tem que se separar da “Lei da Mãe”, apenas assim terá acesso à realidade, mas muitas coisas podem acontecer nessa passagem. Portanto, existe uma identificação primordial que é ser o objeto de completude do outro, e a criança só sairá dessa condição mediante o recalque originário. Desta forma deixa-se de ser o falo, para ir em busca dele, inscrevendo-se, portanto na lógica fálica, na ordem do desejo.

Para que isso ocorra, a mãe deverá reconhecer a palavra do pai, integrando-a ao seu discurso. A entrada de um terceiro viabiliza, por sua vez, a inscrição da criança na ordem simbólica ao remetê-la ao Nome do Pai, que representa para a criança outra filiação que não a da mãe. Como afirma Mannoni (1981, p.70): “... a posição do pai para a criança vai depender do lugar que ela ocupa no discurso materno. E isso tem importância para a maneira como a criança vai poder, desde então, resolver corretamente ou não o seu Édipo.

Vale lembrar que, se a resolução edípica não ocorrer adequadamente, haverá, dentre outras conseqüências, a fragilização de uma das instâncias da personalidade, descritas por Freud no quadro de sua teoria do aparelho psíquico, o superego. Esse último é, por assim dizer, herdeiro direto do Édipo, tendo em vista que, ele expressa a interiorização das exigências e das interdições parentais, internalização dos códigos de civilidade, sua possibilidade de inserção na Cultura.

O ponto central do Complexo de Édipo está no sujeito perceber que está excluído de uma relação e esse momento é o ponto máximo da introjeção dos valores culturais vigentes, resultando na formação do superego. Mas não se pode esquecer que, anterior a ele e o determinando, está o Complexo de Castração. Neste momento, rompe-

se a onipotência e o sentimento de totalidade, com a descoberta da diferença dos sexos. A partir daí, ocorrerá à renúncia ao narcisismo primário, em função dos valores culturais aceitos e outros processos de perdas e de limites marcados por movimentos pulsionais e identificatórios.

A operação descrita anteriormente depende do Outro primordial, encarnada inicialmente pela mãe, a que enviará a criança em direção ao mundo da metáfora paterna, onde os objetos secundários substituem os primordiais, ou seja, para se manter o narcisismo secundário, deve-se renunciar ao narcisismo primário. A resolução do complexo de castração, Násio (2007), denominou-o de *tempo da solidão*, pois nesse momento ocorre a separação mãe-bebê.

Mas para que tudo ocorra adequadamente, é necessário que, outro aspecto da função materna esteja operando, a suposição de um sujeito pela mãe e isso só é possível se ela também estiver sujeitada a lei do interdito, ou seja, é importante nesse processo, a forma como a mulher que opera a função materna se relaciona com a lei do pai.

Vale lembrar que, na sociedade ocidental, a metáfora paterna é comumente representada pelo pai, mas ele não é seu guardião. Birman (2006) nos chama a atenção para o fato de o mal estar na atualidade reside exatamente no desdobramento da *soberania* do pai para *soberanias*, no descentramento da metáfora paterna. Analisando o mito do Totem e Tabu ele diz:

“Vale dizer, o que estaria enunciado na narrativa mítica seria a constituição da modernidade mediante o ato inaugural de morte, pelo qual a soberania absoluta do rei, legitimada pela soberania de Deus, foi colocada em questão. Constituiu-se, então, uma associação fraterna de cidadãos, denominada justamente sociedade, na qual a liberdade, a igualdade e a fraternidade estariam no seu fundamento. O Estado republicano e a democracia representativa seriam as formações políticas modernas que consubstanciariam a comunidade de irmãos”.

(p.67)

A saída proposta ao desamparo, gerada pela morte do pai, é a fraternidade, ninguém se oferece como líder para não correr o risco de “morrer”, todos seguem igualmente as determinações da moda, do consumo, que são formas de controle de massas. Quando o jovem furta um objeto, ele está tentando se adequar a estas regras, mesmo que por vias marginais, já que o que importa é alcançar o objetivo de “salvar-se do desamparo”.

Para analisar de que forma o discurso materno tem viabilizado a transmissão do Nome do Pai objetivando compreender como a criança e o adolescente, são ou *não*, introduzidos na ordem simbólica, especificamente nos casos de adolescentes em conflito com a legislação jurídica, faz-se necessário abordar algumas questões ligadas a este conceito Nome do Pai e uma possível ligação da Lei do Interdito e o conflito com a Lei Jurídica

Freud, quando formulou o conceito de Complexo de Édipo considerou que sua função principal era a inserção do sujeito na cultura, mas esse autor (1930) deixou claro também, em seus estudos que essa inserção não ocorre de forma natural ou fácil. Este processo gera um grande mal estar, proveniente das renúncias instintuais necessárias para fazer parte da civilidade.

Lacan irá avançar nesta conceituação, na medida em que, para este autor, trata-se mais precisamente da inserção do sujeito na linguagem, a partir da nomeação dele por meio da metáfora paterna. Isso possibilita, por sua vez, a articulação do Édipo com a Castração como uma via possível de acesso da criança a uma identidade sexual e a um lugar na cadeia de filiação.

Quanto a esta questão, Rosenberg (2002, p. 62) diz “... A criança está fascinada, capturada por este olhar: identifica-se com a mãe e por ela se aliena”, ou seja, ela é o objeto que satisfaz o desejo da mãe. Apenas a entrada paterna viabilizará a possibilidade de a criança deixar de ser o desejo do desejo da mãe, para se constituir como um sujeito desejante.

Quando a criança fica capturada no desejo materno, ela ocupa o lugar de um substituto fálico para mãe, perpetuando a relação dual, podendo gerar vários quadros psicopatológicos. Conforme assinala Goldemberg (1991, p. 64): “... A falta da entrada da lei paterna no lar é um fator crucial que impulsiona a criança a cometer uma infração”. Essa autora continua explicando que o ato infracional pode ser uma forma inconsciente de criar uma via para a entrada de um terceiro, (*idem*), de acordo com a mesma autora, porque a lei interna não foi estabelecida, o adolescente busca a lei externa personificada na figura do Juiz. Portanto, a infração está endereçada ao Outro, como um sintoma.

Em suma, para a psicanálise, a inserção do sujeito no mundo da linguagem, ou ainda, a passagem do ser não falante para o ser falante, estaria ligada à função paterna, visto que, apenas uma mãe atravessada pela castração conteria, em seu discurso, o Nome do Pai. Desta forma, cabe à função materna ligar o bebê a uma ordem de filiação, ser a mediadora da lei. Portanto, vale salientar o que esclarece Faria (1998, p. 67) quando ressalta que a função paterna é uma *função atribuível*: “... Se a função paterna pode ser pensada como atribuição de um lugar ao pai, e se este lugar diz respeito ao desejo materno, à mãe caberia fazer esta atribuição. Para que um pai “funcione” enquanto tal é preciso que ele tenha um lugar viável no discurso materno”.

Faz-se necessário ressaltar ainda, que não se trata aqui do papel social do pai e nem de um pai biológico, apesar de os dois, geralmente, se posicionarem como seus representantes ou suporte, mas sim, do pai simbólico daquele que representa a lei que interdita o acesso da criança à mãe. Enfim, o pai autoriza e interdita o que não autoriza e ao mesmo tempo, como consequência, faz desejar o que interdita.

Diante do exposto acima, a discussão posterior visará discutir como está ocorrendo essa articulação entre a função materna e a paterna na contemporaneidade, a partir da demonstração das novas formas de configuração da família contemporânea.

1.2.2. Novas Configurações Familiares na Contemporaneidade

Na época das teorizações de Freud sobre o Complexo de Édipo, a composição familiar demarcava lugares e funções, dando consistência ao Outro, sendo os valores universais e incontestáveis. Com a destituição do chefe de família, a lei deixou de possuir a radicalidade de outrora, passando a ser algo negociável e de caráter temporário. Como diz Miller, são tempos em que o “Outro não existe”. Na contemporaneidade, os sujeitos estão em busca de outros ideais identificatórios para se orientarem quanto ao campo do desejo e do gozo.

Diante disso, essa análise levará em consideração as diversas configurações familiares oriundas das mudanças sócio-histórico-culturais da pós-modernidade, que, de maneira geral, apresentam um deslocamento das funções materna e paterna, em que alguns autores acreditam estar levando a horizontalização das relações entre os cuidadores e a criança.

Kamers (2006) é uma das autoras que defende a idéia da horizontalização das relações na família contemporânea, pois, de acordo com ela, os pais estariam presos

imaginariamente pelos diversos discursos científicos e não se autorizam enquanto sujeitos diante dos filhos. Eles têm delegado a terceiros, como escolas, Programas Comunitários, Juiz e Programas de Medidas Sócio-Educativas, suas funções e responsabilidades.

Por outro lado, a mesma autora ressalta a importância de existir, independente das diversas configurações familiares presentes na contemporaneidade, alguém que ocupe a categoria de pai que irá definir direta ou indiretamente a categoria de filho: “É somente a partir da lei do interdito do incesto que uma sociedade pode se instituir, na medida em que designa aqueles com quem a aliança conjugal é possível ou não” (*idem*, p 116). Sobre isso Ceccarelli (2007) esclarece que, em função dos inúmeros modelos familiares existentes, já que o parentesco é um fenômeno histórico e contingente, os antropólogos perceberam que, para analisar a família, há que se ter uma referência invariável: a aliança matrimonial.

Diante das considerações traçadas anteriormente, talvez fosse mais oportuno denominar a dinâmica familiar contemporânea, como sendo constituída por redes, tendo em vista que, ambos os autores falam de uma inegável verticalidade da relação entre um adulto e uma criança. Sendo assim, mesmo que não se autorizem como pais, caberia a eles delegar a alguma instituição a orientação, a educação de seus filhos, dessa forma os pais juntamente com as instituições às quais delegaram os filhos, constituir-se-iam como redes, assim não estaríamos falando de uma simples horizontalização, mas de uma verticalidade em linhas descontínuas.

É no campo da forma como os “lugares” parentais vêm sofrendo alterações culturais que se faz necessário compreender o *adolescente em conflito com a lei/LEI*. . A

violência infanto-juvenil pode ser uma resposta da natureza humana a todos os rearranjos intersubjetivos que foram sendo feitos, em nome das exigências da lógica mercadológica, em que ter coisas, possuir objetos, consumir é o mais importante. Rouba-se para se obter um tênis de marca renomada. Sobre isso, Feffermann (1997, p.49) diz que: “Através da indústria cultural, a ideologia da satisfação dos desejos é introjetada nos jovens e serve como ancoragem para a identidade pessoal. A sociedade industrial massifica os desejos, prometendo a realização de todos eles”. Por conseguinte, a identidade não é construída a partir do ser, mas sim, do ter.

Ao falar sobre as famílias dos adolescentes que cometem atos infracionais, vale esclarecer que, normalmente, esses meninos são provenientes de uma família monoparental, em que a mãe é “chefe da casa”, sendo ela a responsável pelo sustento da família (mesmo que exista um companheiro convivente) ou, às vezes, o próprio adolescente é arrimo de família, e como não tem estudo, nem experiência de trabalho, vive de pequenos bicos ou se envolve no tráfico de drogas, como constatou Kodato, (2000) em sua pesquisa com os adolescentes institucionalizados. Esse autor também observou que o tráfico de entorpecentes era a principal atividade econômica, desenvolvida por eles: “Em muitos casos, com os proventos advindos dessa atividade, os adolescentes contribuíam para o orçamento familiar e alguns chegavam a sustentar suas famílias” (p. 510).

Outra característica presente nesse tipo de família diz respeito à volatilidade da figura paterna, quando o adolescente consegue conhecer seu pai biológico, e, devido à da separação do casal, o pai desaparece deixando de dar assistência material e exercer sua função de maneira geral, ou seja, abandona a família. Com o passar do tempo, a mãe arruma um novo companheiro, o menino desenvolve uma relação paterno filial com ele,

mas logo esse casal se separa e lá está, de novo, configurada a família monoparental. Geralmente o motivo da separação está relacionado ao uso de bebida alcoólica, à violência física os familiares, perpetrada pelo companheiro. Em contrapartida, quando não ocorre esse desfecho é porque, os sintomas dessa mãe não possibilitam a ela separar-se dele, compactuando, consciente ou inconscientemente, com a referida forma patológica do cônjuge.

Em seu trabalho com meninas da periferia de São Paulo, Feffermann (1997, p. 124) constatou que: “A desagregação destas famílias torna difícil a identificação com o modelo parental. Mesmo assim notamos que a figura feminina é sempre mais forte que a masculina, em função do papel da mulher na sobrevivência da família”.

Além da configuração citada anteriormente, pode-se também enumerar algumas outras, por exemplo, avós que cuidam dos netos, assumindo, por vezes, a responsabilidade legal sobre eles. Em outras situações, juntamente com a figura das avós residem tios, tias, sobrinhos primos, conformando uma família de grande amplitude onde as figuras de referências ficam totalmente diluídas, resultando em crianças que acabam não tendo um adulto como referência. Trata-se da horizontalização da família, ocorre a fraternalização dos vínculos.

Conforme esclarece Sarti (1994, p.89): “A família pobre não se constitui como um núcleo, mas como uma rede, com ramificações que envolvem a rede de parentesco como um todo, configurando uma trama de obrigações morais que viabiliza a existência dos indivíduos enquanto apoio e sustentação básica”.

Esse quadro evidencia o “berço” constitutivo do *adolescente em conflito com a lei*, revelando a um só tempo ausência do pai, fragilidade da família e desordem social, sendo a violência e a adicção uma forma de relação social vigente em um momento

determinado do processo sócio histórico de uma sociedade.

No entanto, vale esclarecer que as novas configurações familiares não estão presentes apenas em famílias pobres, é possível observar também essas modificações, na atualidade, em todos os níveis econômicos, gerando transformações nos laços sociais. Ainda sobre essa questão, faz-se necessário ressaltar que, raramente jovens de classe mais abastada economicamente, são alcançados pela Justiça, visto que, normalmente, seus conflitos com a lei são resolvidos dentro dos consultórios psicológicos, em clínicas particulares de dependência química, ou ainda com bons advogados.

Diante disso, pode-se pensar o ato do *adolescente em conflito com a lei* como um discurso endereçado ao **Outro**, como um sintoma que simboliza o “lugar” desse adolescente na sociedade, que, na verdade, é o da falta de lugar e, ao contrário do que se pensa, ele não está se comportando de forma rebelde como qualquer outro adolescente, mas está na verdade reificando seu lugar.

Hermann (1997), ao analisar especificamente o atentado contra João Paulo II em 1981, explica que o agir sem a mediação da razão está na ordem do ato, e sendo mais preciso do ato coagulado: “... a coagulação em torno do significado transformado em ação, no caso que tomamos como modelo, não acusa exatamente um sintoma individual e sim um gesto individual, expressão sintomática de certa estrutura patológica que ultrapassa o executante” (p.164). Portanto, a violência presente nesses casos seria a expressão da cultura contemporânea e o que está na base desse ato é o sentimento de impotência que se faz presente numa sociedade que massifica, dilui o sujeito, mas que exige, ao mesmo tempo, uma eficácia individual e é, neste sentido, que se constrói o superego contemporâneo.

Quando são analisados os conceitos citados acima, em relação ao adolescente em conflito com a lei, observa-se que a violência presente nesses casos, está relacionada a uma resistência à diluição como sujeito. Mesmo sabendo que é alto o risco de morte a que estão expostos, existe uma glorificação do crime, no caso dos adolescentes institucionalizados, sendo os mais temidos e respeitados aqueles que cometeram o crime mais bárbaro. Dessa forma, o ato transgressor diferencia o executante dos demais, dando-lhe um *status* superior, alguns se tornam notícia na mídia. Será que agora ele possui um NOME?

Até o presente momento, discutiu-se sobre a importância de a mãe introduzir a criança na metáfora paterna, mas, como foi possível observar, as configurações familiares contemporâneas parecem não oferecer mais aquele arranjo, quando da invenção do Complexo de Édipo. Além disso, falou-se também que, atualmente não seria mais o pai o guardião dessa função, como ocorria em outros tempos. Diante disso, faz-se necessário discutir sobre o declínio da função paterna.

1.2.3. O Declínio da Função Paterna

A função paterna não pressupõe um ser encarnado como ocorre com a função materna, o que está em questão, nesse caso, é um pai simbólico, trata-se de uma função atribuível. Sendo assim faz-se necessário analisar as modificações dos lugares simbólicos ocupado pelo pai, ao longo dos processos históricos.

Na antiguidade, Deus e o pai eram a Referência, mantendo entre eles uma relação especular em que Deus se manifestava para o pai que O mediava diante dos outros. Neste sentido, o lugar do pai não era questionado, ele era o senhor político e

religioso, detentor da potência e da autoridade. Ele possuía seu lugar garantido, a designação dos lugares emanava dele e, assim, permaneceu até o século XIX.

No final do século XIX ocorre a substituição do poder de Deus pai pelo do *pater familias*. A imagem grandiosa e totalitária de pai é colocada na berlinda pela Revolução Francesa. O fim da monarquia atinge diretamente a imagem do rei, talvez o último sustentáculo de figuras patriarcais. A figura de pai é conduzida para o espaço familiar e o Estado se torna o avalista da autoridade paterna, ou seja, ele também passa a se submeter a uma lei. As esposas e os filhos tornam-se dependentes do chefe de família. Ocorre, porém que, no liberalismo econômico, proposto pela Revolução Industrial, a lei de mercado se impõe e o modelo do pai é substituído pelo capital.

A psicanálise surge, nesse contexto, tendo na família burguesa seu referencial, mas Freud transcende esse modelo, ao propor a emancipação da subjetividade familiar, quando supõe que o amor e o desejo, o sexo e a paixão, a rivalidade e a culpa estariam presentes no romance familiar. Apesar de admitir o declínio da soberania do pai, à luz dos grandes mitos tenta revalorizar essa figura simbolicamente, dando ao pai uma função psíquica.

Em 1970 na França e em 2000 no Brasil (reformulação do Código Civil) promulgam-se leis que acabam com a figura do “chefe de família”, eliminando a noção de poder paterno, a partir de então, o que passa a vigorar é a corresponsabilidade na criação dos filhos entre o pai e a mãe, a chamada co-parentalidade.

Alguns autores contemporâneos, como Birman (2003), salientam que a metáfora paterna perdeu foi o seu caráter soberano, tendo sido substituída não mais por um referencial, mas por vários referenciais: “Assim, quando se fala em soberanias, no plural, é justamente essa centralidade que se põe em questão, pois o plural aplicado ao

termo alude ao descentramento do poder. Não existe mais um centro único.” (p. 57).

Miguel (2007) cita a posição de diversos autores os que se propõem a falar sobre o declínio da função paterna. De acordo com eles, na contemporaneidade, haveria diversas modulações edípicas que trariam, de acordo com cada autor, um tipo de consequência. Rassial (*apud* Miguel) pontua que os laços sociais contemporâneos têm se caracterizado pela incerteza de referências, levando a um prolongamento da adolescência. Lebrun (*idem*) ressalta como a passagem do discurso religioso para o discurso da ciência estimulou uma multiplicidade de verdades, horizontalizando a sociedade; Lebrun e Melman (*idem*) também ressaltam a horizontalização das relações sociais, na constituição de grupos e esse último autor explica tais transformações naquilo que ele conceituou como sendo duas mutações culturais: a “forclusão do Outro” e a passagem do gozo fálico para o objeto.

Diante da questão do descentramento da *função paterna*, faz-se necessário conjecturar sobre qual a *função materna* na contemporaneidade, ressaltando o aspecto da *função materna* enquanto mediadora da lei, função que nomeia e coloca a criança numa via acesso a identidade sexual e numa ordem de filiação, entendendo *função materna* como suposição de um sujeito e como advinda de um ser encarnado, uma mulher que, por sua vez, está submetida a uma determinada cultura.

Os diversos autores citados aqui, bem como os citados por Miguel (2007), falam desse declínio da função paterna, como uma falta, evidenciando que na ausência paterna, ausência do “chefe”, não haveria ninguém ou nada para simbolizar a proibição do incesto, levando a um déficit na simbolização ou a uma precariedade na constituição do superego, haveria também um redobramento da mãe e a uma falta de limites ao imaginário.

Essa mesma autora discorda desse posicionamento, visto que, para ela, a ausência do poder paterno, foi substituída por outros poderes que sustentariam as proibições fundantes. Neste sentido cita Foucault, pois, de acordo com e esse autor, há uma fragmentação da autoridade na passagem da Sociedade Disciplinar centrada na figura do soberano, no pai de família e nas instituições, para a Sociedade de Controle, ou seja, a autoridade única é substituída por novas legalidades e conjuntos axiológicos que teriam a mesma função.

Em relação a essas novas legalidades, Prata (2004) ressalta que esse poder é exercido a partir de um novo espaço de circunscrição e possui as características de um *Império*, ele atinge todos os registros do social, não tem fronteiras espaciais e temporais, exercendo um controle dos corpos e das mentes. As instituições foram substituídas pelo sistema de comunicação e as redes de informação: A mídia dispõe da liberdade de expressão constrói modelos de sucesso que se tornam referência de como deveríamos ser para obter a garantia do reconhecimento social.

Todas essas questões levam à reflexão sobre como estaria realizando o exercício da função materna, diante essas novas legalidades e como isso repercute na adolescência, momento em que a mãe, na qualidade de Outro Primordial, aquela que deu lugar a outras encarnações possíveis do Outro no estádio do Espelho, será novamente interrogada.

1.2.4. O Adolescente, o Nome do Pai e o Ato Infracional

De forma a analisar os reflexos das questões discutidas anteriormente na vida do adolescente em conflito com a lei, faz-se necessário compreender a adolescência e o comportamento delinqüente ou fora da Lei.

A fase da adolescência é uma criação recente, Levisky (1998, p. 21) cita Áries (1973) em seu livro *História Social da Família*, para falar que as palavras *puer e adolescens*, oriunda do latim eram empregadas indistintamente. Apenas em meados do séc. XVI, houve uma diferenciação entre os termos infância, juventude e velhice, ainda não havendo lugar para a adolescência. Esse termo surge somente no séc. XX, como forma de demarcar uma transição entre o infantil e o adulto, caracterizada por diversas transformações biopsicosexuais, sendo os impulsos agressivos e sexuais os predominantes dessa fase. Sua forma de se expressar depende da cultura em que está inserido e sobre isso Levisky diz: “A puberdade é um processo decorrente das transformações biológicas, enquanto que a adolescência é fundamentalmente psicossocial”.

Porém, podem ser destacados alguns aspectos universais, entre eles, a aquisição da capacidade reprodutiva que leva o sujeito a procurar fora da família seu objeto de amor, já que as famílias se organizam sob a égide do tabu do incesto e no significado da visão totêmica. Para que aquisição se efetive, o sujeito deverá assumir uma identidade sexual e colocar-se numa ordem de filiação.

Outro aspecto considerado para que o jovem alce a condição de adulto, diz respeito ao fato de poder manter-se financeiramente. As dificuldades atuais de inserção no mercado de trabalho, bem como a diversidade de opções e a ampla gama de oportunidades de realizações de experiências, têm prolongado esta fase de transição, a adolescência.

Essa fase sempre se caracterizará por um período de crise, independente dos aspectos socioculturais presentes no processo. Quanto à intensidade dessa crise, ela será maior ou menor dependendo de como tenha sido os pontos de fixação e as

características regressivas durante a infância. Portanto, é neste sentido que se estará relacionando a inserção da criança no mundo simbólico, por intermédio da mediação materna e o adolescente em conflito com a lei.

Levisky (1998) chama a atenção para o fato de que o jovem é fruto da sociedade que o forjou e é ela que o repele quando ele se comporta de forma irresponsável. Em alguns casos, a violência é o elemento de auto-afirmação entre alguns grupos. Outra contradição presente na nossa sociedade, diz respeito ao processo de emancipação do adolescente. Apesar de estar apto para votar aos 16 anos, tirar carteira de motorista, ainda está longe de poder se manter economicamente para poder, por exemplo, comprar seu carro.

Existem indivíduos que vivenciam a adolescência por um curto período e outros que a prolongam demasiadamente. Os primeiros, geralmente têm que se haver, muito, com as questões de sobrevivência, não tendo tempo para vivenciar situações sem o peso da responsabilidade, sem oportunidade de errar, reformular, questionar, duvidar, restringindo seu campo de experiências intelectuais. No segundo caso, os indivíduos não sentem desejo de assumir as responsabilidades da vida adulta e perder seus privilégios infantis e, geralmente, encontram respaldo na família. De maneira geral, o adolescente está à procura de uma identidade adulta e busca na família e na sociedade modelos identificatórios.

Diante do exposto acima, torna-se claro que, para conquistar uma identidade adulta, há que se renunciar aos objetos infantis, ou como diz Benhaim (2008) nesse momento de passagem, de reorganização psíquica “um sintoma deve sustentar o desejo do sujeito tornado adolescente. O que coloca a questão de saber o que é feito do objeto de amor da infância, a mãe (p.3). Também é importante saber como ele elaborou a

suposta potência do pai, enfim como lidou com a castração, com a renúncia ao objeto. No caso do adolescente em conflito com a lei, parece haver uma dificuldade de renunciar a este objeto, tentando buscá-lo de forma desesperada, de forma repetitiva, para não lidar com o desamparo que essa renúncia traria. Na falta da linguagem, viria o ato.

Também de acordo com Benhaim (2008, p. 5): “A problemática delinqüente repousaria não sobre uma intolerável desilusão, mas sobre uma falta de ilusão”, como se houvesse uma falha na nomeação do lugar que aquele ser ocupa no mundo, visto que, para ele, não haveria a ilusão de ser preenchido por sua mãe e nem de tê-la preenchido. A “mãe simbólica” a que transforma o grito da necessidade em demanda, ausenta-se muito cedo, não preenchendo a criança, de forma que se instale a ilusão e a passagem ao ato é o recurso, no real para lidar com esse vazio e não desaparecer. “O que protege do Outro é o amor e esta dimensão simbólico-imaginária falha. A única solução é não encontrá-lo, e até mesmo abatê-lo. A violência nesse lugar exprime-se no adolescente com frequência, como vindo de um paradoxo no qual é possível inscrever-se”.

É o equilíbrio das figuras maternas, real, simbólica e imaginária que sustentarão a dimensão simbólica do pai, ou seja, a regulação do desejo pela função fálica. A adolescência seria uma fase de validação da operação simbólica para além da metáfora paterna.

Assim como os adolescentes em conflito com a lei, na análise de casos de crianças vítimas de abuso sexual, a carência da função paterna se coloca. Por mais que saibamos que a fragilidade da função paterna pode dificultar o acesso da criança ao mundo simbólico, não podemos nos ater apenas ao aspecto biográfico e da encenação edípica, mas ao significante do Nome do Pai e sua relação com a constituição do sujeito.

Ribeiro (2006) uma psicanalista que trabalhou com crianças vítimas de abuso sexual, reflete sobre este aspecto e afirma:

“...É somente a partir dos efeitos que podemos situar se houve algum tipo de carência. Mesmo que variem os agentes - ou seja, refiro-me tanto às pessoas quanto ao modo como estas encarnam os lugares de referência para a criança – existem duas coisas a serem consideradas como fundamentais nesse momento de constituição: os operadores estruturais e o próprio trabalho do sujeito.”(p. 47).

O conceito de *função paterna* desenvolvido em Teixeira (2008) afirma que “... a função é um escrito. E o que a função escreve: reduz a diversidade de significados presentes nos significantes do enunciado, a um símbolo de relação. Neste símbolo as diferenças não deixam de existir, elas estão potencialmente presentes como ausência () . A função está no encadeamento – desencadeamento das relações” (p. 42).

A expressão Nome do Pai é uma expressão religiosa que foi utilizada por Lacan para demarcar não só o lugar simbólico, que pode ou não ser ocupado pela pessoa do pai, mas trata-se também, de qualquer expressão simbólica produzida pela mãe ou pelo filho, que represente uma instância terceira, paterna, da lei da proibição do incesto.

Para se situar o significante do Nome do Pai, é preciso averiguar de que maneira esta mãe, na condição de mulher desejante, situa-se em relação à lei simbólica da proibição do incesto e como um filho integrou em si essa proibição e tornou-se capaz de instituir seu próprio limite.

Quando o filho desconfia de que a mãe deseja outra coisa que não ele, percebe que o olhar dela se dirige para alguém que a satisfaz de alguma forma, que ele não pode satisfazê-la, rompe-se com a ilusão de completude da relação. Cria-se a condição da falta e a metáfora paterna se institui como o heterogêneo. Igualmente, a mãe poderá nomear o seu objeto de desejo, dando um lugar ao pai em seu discurso. Ele representa

uma instância fálica que organiza o desejo da mãe. “Nesse primeiro tempo, a primazia do falo está instaurada no mundo pela existência do símbolo do discurso da lei” (Ribeiro, 2006, pp.51-52) a metáfora paterna age de forma autônoma e a criança só tem acesso ao resultado e é, nesse momento que pode ficar evidente a sua forma de transmitir a lei, além da mãe; uma referência ao desejo que está direcionada ao seu próprio pai, ou a sua mãe.

Porém, quando esse reconhecimento é feito de forma clandestina, de forma obscura “... a falta será representada enquanto a não representação e a criança não apresentará a psicose, mas sintomas que revelarão enganos, mentiras e outras formas de atuação” (Teixeira, 2008 p.4). Não se fala, aqui, da pessoa do pai, mas de uma instância mediadora do desejo. “... O filho necessita buscar no pai o sentido que preencherá a experiência da falta materna marcada pelo complexo de castração” (idem p.2 e 3). Ele ocupa o lugar daquele que tem ou não tem o objeto. Este momento é importante pois, “dá sentido sexual a uma impossibilidade que é de estrutura, qual seja, a de um objeto que, como tal é inapreensível” (Ribeiro, 2006, p55); assim como abre também a possibilidade de ocupar um lugar na cadeia de filiação, mediante a castração. Portanto, não basta a inscrição do Nome do Pai, é preciso saber servir-se dele.

Dor (1991, p. 26) esclarece bem esse momento quando diz: “... a função fálica supõe quatro protagonistas: a mãe, o pai, a criança e o falo. Constituindo este último termo o elemento central em torno do qual vêm gravitar os desejos respectivos dos três outros”.

Portanto, a pergunta que se faz é: como estará ocorrendo a atribuição do lugar paterno, da Lei, por essas mães ou cuidadores, na contemporaneidade, em que o Outro não existe? As novas legalidades não pressupõem a sexualidade, o desejo da mulher que

está encarnando a função materna, aquele algo mais que satisfaz o desejo materno, onde a criança não a satisfaz, não é necessariamente um homem, mas pode ser um objeto de consumo, um ideal de beleza, um ideal de qualidade de vida, objetivos profissionais, os que devem ser atingidos por todos de forma igualitária. As mulheres atuais têm prescindido do homem e da sexualidade, inclusive, no que tange à maternidade, graças a fertilizações *in vitro*. Na atualidade, o que se constitui como heterogêneo para a criança, não é necessariamente um pai, outras legalidades se apresentam como função paterna.

Nessa mesma perspectiva, a maternidade também não ocupa o centro da vida da mulher, outras formas de realização de seus desejos se apresentam. A antiga noção da mãe de família, que, junto com seu marido, cuidava dos filhos sofreu muitas modificações. Atualmente, não observamos mais essa figura, mas sim, uma mulher que elege com frequência diversos maridos, com os quais, quase que por acidente, tem filhos.

Diante desse quadro, descrito anteriormente, é possível observar não apenas o declínio da função paterna, mas também declínio da função materna, trazendo para o adolescente maiores dificuldades, pois, nesse é o momento em que ele tem que se haver com os objetos primordiais de desejo.

Na chamada Primeira Clínica de Lacan, esse autor ressaltava a primazia do simbólico, o significante do pai era chamado S2 aquele que vem substituir o significante da mãe. Já na Segunda Clínica, ele não prioriza o simbólico e constrói a teoria dos nós borromeanos, que iguala a importância de todos os registros. Sendo assim, o significante do Nome do Pai torna-se S1, tendo a função de nomeação em ato, é o significante Mestre, fazendo o furo simbólico, marcando a castração. O Nome do Pai seria uma quarta estrutura que estabilizaria os três registros Real, Imaginário e

Simbólico, enlaçando-os, assim O Nome do Pai e sintoma se equiparam.

Como ressalta De Paoli (2001, pp. 19-35): “... o Nome do Pai é o complexo de Édipo freudiano, a interdição do incesto enquanto impossibilidade estrutural, o furo do simbólico. O Nome do Pai é então o pai do nome, aquele que como pai, nomeia, faz ato, atravessa o sujeito com a marca da castração”.

Essas teorizações servem para analisar os adolescentes, não só os que estão em conflito com a lei, pois conforme esclarece Ribeiro (2006, p58) “... apenas por seus efeitos que, no momento em que o sujeito é chamado a responder em seu nome pelo que teria sido o desfecho do Édipo ou a entrada nessa dimensão do Nome do Pai, torna-se possível verificar o modo como uma certa *Economia de Castração* se revela”². Conforme demonstra Ribeiro (2006, p.57) “... não é indiferente se a autoridade parental em vigor em uma organização familiar pode ser exercida da mesma forma pela mãe e pelo pai, ou seja, se eles podem dividir o mesmo signo fálico” isso poderia gerar uma economia de castração uma “proximidade do incesto” pelo menos imaginário, dado o caráter passageiro da figura do genitor. A filiação feita pela mãe dá-se pela via da doação e não da castração.

Sobre isso vale lembrar Goldemberg (1991), quando ela ressalta que a falta da entrada da lei paterna no lar é um fator que impulsiona a criança a cometer uma infração, sendo esse ato uma forma inconsciente de criar uma via para a entrada de um terceiro. Em outros termos, o ato infracional seria a tentativa de instituir o Nome do Pai no real, como tentativa de lidar com um conflito ligado à Lei da Castração. Além disso,

² O conceito Economia de Castração foi desenvolvido por Melman em seu estudo com famílias das Antilhas em 1997, as quais possuíam uma organização matrifocal e matrilineares, ou seja, cabia a mãe organizar a linhagem, pois é ela quem ocupa um lugar fixo, o que se assemelharia as configurações familiares discutidas anteriormente.

não ocorreria uma ausência da metáfora paterna, ela se dá de forma frágil, apenas se insinua, mas não se mostra. Por conseguinte, não se trataria de uma estrutura dada *a priori* e fechada como a estrutura psicótica. O ato delinqüente é uma “luta” no sentido da instituição do Nome do Pai, mesmo que para isso seja necessário tornar-se o Pai do Nome.

Essa mesma autora ressalta também que, a infração está endereçada ao Outro, como um sintoma, na medida em que, para esse adolescente, a lei interna se mostra frágil ele vai em busca da lei externa, personificada na figura do juiz. Mas em tempos da pluralidade dos Nomes do Pai, esse *ato* endereçado ao Outro é em si uma tentativa de nomeação e está em busca de qualquer coisa que se apresente como lei, que faça uma interdição, algo que o lance na cultura, que o subjetive, que faça laço.

Conforme demonstra a literatura, em termos gerais, qualquer *ato* ocorre no âmbito do registro do REAL. Nessa perspectiva, *o ato infracional*, especificamente considerado, ocorre como expressão da dificuldade de ter que renunciar ao objeto que não teve e em suplência ao Nome do Pai, como uma forma de tornar-se, de nomear-se sujeito, em complemento a uma fragilidade de nomeação originária, que foi frágil, tanto do ponto de vista da função materna, quanto da paterna.

2. OBJETIVOS

2.1. Objetivo Geral

A presente dissertação tem por finalidade refletir sobre a função materna, no que tange à questão da forma em que o discurso da mãe tem possibilitado ou não a transmissão do Nome do Pai, em casos de adolescentes em conflito com a lei, ou seja, analisar a função paterna enquanto um lugar atribuível pela mãe.

A função materna, apesar de se tratar de uma operação simbólica, supõe um sujeito que a opere e suas questões inconscientes determinam o modo como essa pessoa irá exercer a referida função. Nesse sentido, a partir das entrevistas realizadas, serão analisados os condicionantes psíquicos que determinam o exercício da função materna em cada situação e, como isso, influenciou a instituição do Nome do Pai.

2.2. Objetivos Específicos

- Investigar de que forma essas mães vivenciam o exercício da maternidade;
- Analisar, qual o discurso manifesto e o discurso latente sobre a figura paterna dessas famílias;
- Analisar como ocorreu a internalização da lei pelas mães analisadas.

3. METODOLOGIA

Esta reflexão será feita a partir de um referencial psicanalítico e tem também como proposta fazer uma leitura sócio-histórico-cultural que possibilite ampliar a compreensão das configurações familiares presentes na contemporaneidade, em que as funções maternas e paternas estão em transformação, tomando como referência a família descrita por Freud, quando de sua teorização sobre o Complexo de Édipo.

Para abordar a problemática proposta nesse estudo, será realizada uma pesquisa qualitativa interpretativa e o referencial teórico dessa análise será a Psicanálise. O instrumento utilizado para realizar a coleta de dados será a entrevista reflexiva, semidirigida, pois, conforme pontua Szymansky (2004), esse processo de interação propicia a emergência de significados que vão além do conteúdo da fala, abrangendo tanto a situação da entrevista como um todo, como a relação interpessoal e a história de vida do entrevistado relacionadas ao seu ambiente sócio cultural. Além disso, todos esses elementos interagem entre si de forma reflexiva.

Vale esclarecer que, no que diz respeito aos níveis de interação, será dada uma ênfase aos pressupostos teóricos da Psicanálise, como o conceito de inconsciente e transferência, na busca da verdade como desvelamento e na relação que se dá entre sujeito consciente e sujeito inconsciente (Rezende, 2000). Dessa forma, o sujeito dessa investigação só pode ser compreendido no devir por tratar-se de um processo contínuo de significações e ressignificações.

Rassial (1999) ressalta que a questão da delinquência, patologia bastante específica da adolescência, não é só individual, mas também patologia da sociedade em seu conjunto. Desta forma, na medida em que, o presente trabalho irá tratar da questão

da mediação materna, no contexto do adolescente em conflito com a lei, o problema será analisado à luz da psicanálise extramuros ou em extensão conforme conceito de Rosa (2004), ou seja, trata-se de analisar o sujeito em relação aos fenômenos sócio-culturais e políticos e não diretamente ligado ao tratamento psicanalítico.

O próprio Freud, em seu texto *Psicologia das Massas e Análise do Eu* (1921), enfatiza que a Psicanálise é individual e social, sendo definida sob três aspectos: um método de investigação do inconsciente, uma teoria e técnica de tratamento, mas também um corpo teórico que sistematiza os modos de funcionamento humano tanto normal quanto patológico

A delinquência evoca a questão do laço social e, ao infringir a lei, o adolescente está endereçando ao Outro um sintoma, um sintoma social. A psicanálise nos auxilia a compreender a forma como esse laço social foi forjado e o próprio Freud (1921) afirma que a distinção entre Psicologia individual e de grupo, quando analisadas de perto, perdem sua nitidez. Ele explica que, apesar da Psicologia explorar prioritariamente os caminhos de satisfação dos impulsos instintuais do homem, raramente é possível desprezar a relação do indivíduo com o outro, havendo sempre algo mais, como um modelo, um objeto, um auxiliar, um oponente.

A metodologia do presente trabalho envolveu a realização de entrevistas com quatro mães, cujos filhos estavam cumprindo medida sócio-educativa de liberdade assistida no município de Uberlândia-MG. Ao longo desses contatos com essas mulheres, quatro temas surgiram em seus discursos: a relação delas com seus próprios pais, a relação conjugal com seus companheiros atuais e com outros anteriores, seus

projetos de vida e, principalmente, o exercício da função materna e a instituição da autoridade naquela família.

Quanto à medida Sócio-Educativa de Liberdade Assistida, ela está entre as medidas aplicáveis aos adolescentes autores de ato infracional, previstas pelo Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), o qual está em consonância com a normativa internacional, como a Convenção das Nações Unidas para a Administração da Justiça de Menores (Regras de Beijing) e as Regras Mínimas das Nações Unidas para Proteção dos Jovens Privados de Liberdade.

Alguns princípios básicos norteiam a aplicação das medidas sócio-educativas, previstas no art. 112 do ECA: elas só podem ser aplicadas pela autoridade judiciária, no contexto de um processo legal em que o adolescente tem o direito de defesa; a escolha da medida levará em consideração a natureza do ato infracional, as circunstâncias, a personalidade e a situação familiar e social do adolescente. Sendo assim, o adolescente e seus responsáveis participaram de audiências com juízes e promotores para a formulação da sentença. Vale esclarecer que, nos casos analisados no presente trabalho, o adolescente e seus responsáveis não mantiveram contato com a equipe técnica (psicólogos e assistentes sociais) do Poder Judiciário de Minas Gerais, pois essa participação, mediante requisição de laudos técnicos, depende da vontade do Juiz.

4. DESCRIÇÃO DOS RESULTADOS

Nesse quarto capítulo, serão apresentadas as entrevistas realizadas com as mães, nesse, elas expressaram os significados vivenciados na infância, seus relacionamentos conjugais, a maternidade e, ainda, a forma como estavam experimentando o cumprimento da medida sócio-educativa sentenciada aos filhos. Simultaneamente, procedeu-se a uma breve análise das dimensões do feminino presente em cada caso.

4.1. Família 1: Em Busca de Uma Identidade Feminina

Branca iniciou seu relato informando que, atualmente reside com seu companheiro e com o filho Elci (15 anos) que está em fase final do cumprimento da medida sócio educativa de Liberdade Assistida. Quanto ao seu cônjuge, ele trabalha na escolta armada e como sua função é escoltar as cargas da Souza Cruz, passa a semana toda viajando, estando em casa apenas uns dois ou três dias da semana. É ele quem mantém financeiramente a família e ela, eventualmente, faz faxinas ou trabalha como manicure. Eles estão juntos há, mais ou menos, um ano e, de acordo com ela, seu filho e seu companheiro possuem um bom relacionamento.

Além de Elci, Branca tem também mais uma filha, Maria (13 anos) que mora com a avó paterna e seu companheiro. Ela explicou que, quando o pai de seus dois filhos morreu, eles estavam com cinco e três anos, respectivamente, e que, em função dessa perda, ela passou a beber com frequência, negligenciando os cuidados com os filhos, por esse motivo a menina ficava, a maior parte do tempo, na casa da avó paterna e a própria criança optou por morar lá. Contudo, a Branca esclareceu que, a filha começou a permanecer ora em sua casa, ora na casa dos avós, conforme lhe conviesse,

mas ela impediu que isso continuasse, explicou à filha que ela deveria escolher um local e aceitar as regras do lugar de sua escolha. Assim, Maria mora com a avó, até os dias de hoje, mas quer voltar a morar com a mãe.

Há mais ou menos um ano parou de beber, não fez nenhum tipo de tratamento, apenas decidiu que a bebida não estava lhe fazendo bem não bebeu mais. A morte do marido ocorreu numa festa de aniversário de familiares, ele foi separar uma briga e levou um tiro. Esclareceu ainda que, a família vivia de forma harmônica, em uma condição financeira confortável, já que ele era um homem trabalhador e possuía um bom emprego.

Como é possível perceber, temos muitas informações até o presente momento da história de Branca. Vários fatos: tristes, trágicos, situações que podem mexer com aspectos narcísicos de uma mulher, como por exemplo, dizer que o alcoolismo a impediu de exercer a maternidade. Entretanto, tudo isso foi relatado de forma gentil, sem demonstração de angústia e por mais que a expressão fosse de seriedade, não se percebeu emoção. Em relação à sua aparência, demonstrou não ser uma pessoa vaidosa, veste-se como um menino, tornando seus traços femininos pouco acentuados.

Branca não demonstrou afetação nessa vinculação com a filha, quando a menina ficava ora na casa da avó, ora em sua casa, não conseguiu perceber que talvez sua filha sentisse em dúvida quanto a viver definitivamente com a avó, por desejar, viver com a mãe. Mas, Branca resolveu a questão colocando-a distante de si, como se a própria criança estivesse fazendo sua escolha ou ainda, como se ela fosse uma mãe democrática e que tem respeito pela lei e pelas regras.

Quando da morte do pai, Elci ficou bastante transtornado, ele presenciou a cena e, posteriormente, mudou seu comportamento, batia a cabeça na parede, se mostrava

revoltado e necessitou de acompanhamento psicológico. Com essa assistência, o menino melhorou um pouco, mas sempre foi revoltado com esta perda e brigava com frequência na escola, e o motivo das brigas, geralmente, relacionava-se com algum tipo de comentário ou brincadeira dos colegas sobre o tema pai. Por várias vezes, ela foi chamada na escola por esse motivo. Ela relatou também que evita falar do pai para o filho, pois as lembranças fazem mal a ele, mas, ao falar sobre o assunto ressalta o quanto ele era um pai carinhoso e como a situação financeira da família estaria melhor, se ele estivesse vivo.

Apesar de tudo, ela disse que o filho é um menino obediente, que eles possuem um bom relacionamento. Esclareceu que ele gosta muito de bicicleta, que já trabalhou numa bicicletaria, trabalho que arrumou sozinho. Inclusive, o motivo que o levou a Medida Sócio Educativa, ocorreu porque seu filho foi acusado por um colega de ter roubado uma peça de sua bicicleta e os outros meninos ficaram revoltados com a situação e ameaçaram Elci e ela preocupada com a integridade física do filho, chamou a Patrulha Escolar. Ao longo do cumprimento da medida, Elci voltou a trabalhar na bicicletaria.

Quando Branca fala sobre o sofrimento do filho, com a morte do pai, ela deixa transparecer alguma comoção em relação aos sentimentos do filho, manifesta uma empatia. Apesar de demonstrar ter um vínculo mais estreito com o filho do que com a filha, ocupar-se mais dos afazeres de uma mãe, quando as questões dizem respeito a ele, ainda se nota um distanciamento entre eles. Sobre isso vale esclarecer que, a profissional do Programa de Liberdade Assistida, que passou o endereço dessa mãe, relata que o menino estava fazendo ameaças, via internet, a outros garotos e foi necessário que os profissionais do Programa interviessem junto ao jovem, mas, quando

a mãe fala do filho se demonstra distante desse lado dele.

Ela e o companheiro foram apresentados por uma amiga, ele, divorciado, morava sozinho. Eles possuem um bom relacionamento, não brigam, ele é muito tolerante, pois, às vezes, ela fica muito nervosa e ele a deixa mais quieta, pois sabe que logo passará. Ela esclareceu que, possui crises de ansiedade, tem tomado remédios controlados, porque tem dificuldade para dormir e vai relatando tudo como se estivesse contando a história de outra pessoa, sem demonstrar emoção.

Branca relatou que nunca teve como projeto de vida casar-se e ter filhos, tudo foi acontecendo espontaneamente. Quando ficou grávida, não gostou, mas quando eles nasceram ficou feliz. Disse que os dois filhos eram crianças tranqüilas. Ela demonstrou maior facilidade em lidar com situações concretas, tendo, assim, maior dificuldade para imaginá-las, fantasiá-las, fazer projeções.

Quanto a sua relação com os pais, esclareceu que tem bom relacionamento com a mãe que mora em Araguari por isso a vê pouco, esclareceu, ainda, que não gosta de viajar e ficar longe de sua casa. Quanto ao pai, a relação entre ambos sempre foi distante, pois ele não queria ter uma filha, apenas filhos. Tanto que, quando seu irmão nasceu, ele soltou fogos de artifício para comemorar e, quando ela nasceu, ele nem foi visitar a esposa e o bebê na maternidade. De acordo com ela, sua mãe evita admitir esse fato e tenta dissuadir a filha dessa percepção que tem do pai.

Em contato posterior, ela informou que sua filha voltou a morar com ela e, em função disso, o companheiro de sua ex-sogra (avó paterna de seus filhos) foi até sua casa ameaçou-a de morte, quebrou o vidro da porta, por isso fez um Boletim de Ocorrência. A partir desse fato e do relato da filha, passou a suspeitar das intenções dele em relação à adolescente. Ela disse que um dos motivos porque queria sair de lá era o

fato de ele ficar olhando ela dormir e ele a ameaçava quando ela dizia que iria morar com a mãe, ou seja, a menina estava sendo assediada sexualmente.

De acordo com a genitora, sua filha está bem, sempre foi uma pessoa tranqüila, estudiosa, não costuma sair de casa, apenas vai a *Lan House* e volta rápido. A menina ainda tem medo que a mãe beba demais, mas de acordo com ela, a filha já está percebendo que ela mudou. Uma impressão que evidencia o distanciamento das duas, pois ela não bebe, há mais de um ano.

Quanto ao filho, ele continua trabalhando, voltou a frequentar a escola, mesmo já tendo sido reprovado por faltas. Esses dias ele foi pego pela Polícia, pois estava numa festa no Camaru. Ele ainda era menor de 16 anos e não é permitido permanecer naquele local antes dessa idade. Mas, posteriormente, não houve maiores incidentes e ela esclareceu que sempre aproveita esses momentos para “passar medo” no filho para ele se comportar. Ela conta esses fatos como se agisse burocraticamente, ou seja, o filho foi pego fazendo algo errado, espera-se que o responsável faça algo e ela o faz. Ela não nega a situação, nem o fato de o filho ter infringido a Lei. Mas não deixa de ser uma forma de remetê-lo ao Nome do pai.

Ela relatou que sua mãe iria passar uns dias na casa do irmão que mora em Vinhedo e faria uma passagem por Uberlândia. Ela demonstrou estar feliz. Outro episódio que também suscitou emoção foi o fato de seu filho ter comprado uma mobilete e naquela noite iria levá-la à rodoviária.

Nesse momento, foi possível perceber como a vida dessa mulher é simplória, não parece ter passado e nem futuro, apenas o presente e é com pequenas coisas que ela tem alguma emoção, não há uma ambição, um projeto de vida, nada.

Nesse encontro, ela contou sobre sua infância. Sua família vivia em uma

cidadezinha, próxima à zona rural, seus pais eram trabalhadores rurais. Saíam de manhã e a deixava com o irmão, que também era uma criança, sozinhos em casa. Um vizinho os avisava sobre a hora de tomar banho para ir à escola. Seus pais eram muito rígidos, ela tinha medo do pai e da mãe: a mãe batia e o pai era muito exigente e nervoso, tinha um gênio forte. Quando se lembra de sua infância, lembra-se desse clima de tensão constante. A família demorou em ter uma televisão e, quando tiveram, ela e o irmão assistiam muito pouco, pois os horários eram rigorosamente controlados, tinham que dormir cedo.

Parece importante lembrar que, Branca não foi uma criança desejada pelo pai e a lembrança que tem da sua infância são de momentos de constante tensão, de movimentos e atitudes controladas pelo pai, portanto há um enrijecimento nas relações familiares, algo que não flui de forma espontânea

Em função de ter passado muito tempo em casa, sozinha, com o irmão, sem brinquedos, (ela teve apenas uma boneca ao longo de sua infância) ela foi privada do lúdico, tão necessário ao bom desenvolvimento infantil, sendo assim, não construiu a capacidade de fantasiar, de se valer do faz- de -conta da brincadeira para reproduzir suas vivências, seus sentimentos. Quando ela relatou essa parte de sua história, parecia haver nessa descrição um silêncio externo e interno, silêncio que é abruptamente com o aviso do vizinho, que está na hora de tomar banho, não existe uma rotina doméstica que vai dando sinais de qual é a próxima tarefa de cada um dos membros da família, uma dinâmica que faça elo. Mas, ainda assim, não há nesse relato nenhuma queixa, os pais tinham que trabalhar para sustentar a família e esta era a única forma.

Quando ela possuía, uns 10 anos, seus pais se separaram e ela explicou que nunca soube bem o motivo, mas acredita que seu pai traiu sua mãe. Essa saiu de casa e

os filhos quiseram ficar com o pai, questionada sobre o porquê preferiu ficar com ele, ela explicou que ele não tinha familiares próximos e essa decisão ocorreu para não deixá-lo só. Foi retomamos com ela a história do dia de seu nascimento em que seu pai não soltou fogos de artifício e não foi visitar mãe e filha na maternidade. Ela disse que sua mãe lhe contou essa estória e ela própria escutou seu pai e sua mãe se referirem a este assunto numa conversa entre eles. Ela destacou ainda que a relação de seu pai com ela era fria, eles mal se falavam. Diante disso, pontuamos porque ela teria preferido ficar com seu pai quando da separação e ela disse que não se arrepende, pois fez tudo que ela podia por ele.

Seu pai não permitia que sua mãe os visitasse, mas era a mãe quem dava sapatos, roupas, material escolar para eles. Esboça um sorriso maroto e diz ainda “Acho que meu pai fazia isso para forçar minha mãe voltar a morar conosco”.

Ela não emitiu nenhuma crítica sobre o comportamento do pai trair a esposa, tratou a questão como algo sem importância, além disso, apesar de ter relatado que o pai a rejeitou quando nasceu e que seu relacionamento com ela era de um distanciamento afetivo, ela fala dessa decisão de permanecer com ele, como algo natural.

Pareceu interessante ela querer ficar junto ao pai, sem a mãe, quando ela explica essa decisão, diz uma frase que parecia meio estranha ao contexto “eu fiz tudo que podia por ele”, talvez pudéssemos dizer “eu fiz tudo para conquistar o seu amor” e não havia momento melhor para fazer essa tentativa que não fosse longe de sua mãe.

Essa separação durou uns seis meses, (ela não tem noção precisa desses tempos) e os pais voltaram a conviver, ficaram juntos mais uns quatro anos e separaram-se definitivamente. Ela e o irmão ficaram, novamente, com o pai. Aos 15 anos começou a namorar aquele que seria o pai de seus filhos, mas seu pai e sua mãe, não gostavam da

família do rapaz. Depois, eles acabaram aceitando, pois ela foi morar com ele, mesmo sem o consentimento formal, pois, de acordo com ela, já havia perdido a virgindade e eles se gostavam. Os poucos momentos em que se percebe algum tipo de emoção dizem respeito a fatos relacionados ao pai de seus filhos e com relação ao filho.

Atualmente, ela só conversa com a mãe e com o irmão por telefone, não demonstrou ter raiva, nem amor por eles, assim como ocorre com a filha. Quanto ao companheiro fica até duas semanas seguidas sem vê-lo, e quando ele chega passam uns dois dias juntos e logo ele vai embora. Vale lembrar ainda que, se ela fica nervosa, ansiosa ele tem que se distanciar, para esperar passar. Assim ele parece ocupar apenas o lugar do provedor, mas ela não parece se sentir em dívida com ele.

Ela disse que não gosta de sair de casa. Dessa vez, admitiu que passou por atendimento psicológico e psiquiátrico após a morte do marido, momento em que começou a beber, teve Síndrome do Pânico. Mas ela liga o atendimento a Síndrome e não ao vício da bebida. Até os dias de hoje, faz uso de medicamentos controlados como: Clonazepam (epileptil), em doses pequenas. Questionei se ela já havia tido convulsão alguma vez e ela disse que duas vezes, mas não soube precisar mais o que houve. Ela se diz uma pessoa ansiosa, nervosa, agitada e acredita ter sido esses os motivos que a levaram a ter convulsão.

O tipo de nervosismo e ansiedade que ela descreve é de um tipo silencioso, ela diz “quando meu companheiro percebe sai de perto e me deixa sozinha e logo passa”, disse também que o filho brinca com ela para amenizar as coisas e também logo passa.

Esse quadro descrito por ela de “ansiedade silenciosa”, necessidade de ser deixada sozinha ou mesmo a brincadeira do filho, como forma de amenizar a ansiedade da mãe pode ser associada àqueles momentos em que ela ficava em casa sozinha com o

irmão, momentos de angústia silenciosa, que não pôde ser simbolizada. Além disso, apesar de se dizer curada da Síndrome do Pânico, ao longo do discurso, enfatiza sua preferência em permanecer em casa, não gostando de sair. Ao que tudo indica, esta foi a forma que ela encontrou para controlar a possibilidade de irrupção de algo que abalaria o seu equilíbrio. O contato com as pessoas ou com seus sentimentos são penosos para ela; viver “distante” deles é a única saída possível, para não entrar em colapso (convulsão)

Esclareceu que, depois da morte do marido, antes de viver com o atual companheiro teve outro relacionamento e em função disso ela e os filhos moraram um ano e dois meses em Ibiá, na casa dele. Ele não gostava que ela bebesse, mas, quanto mais ele falava, mais ela bebia (“só para implicar”), ela dizia para ele que o homem que mandava nela já havia morrido. Tanto naquela época, como agora troca, por vezes, o nome dos companheiros pelo do marido que morreu.

Quanto à vivência da Medida Sócio-Educativa, nem parece que ela teve contato com Juízes e Promotores, que viu seu filho algemado. Fala pouco sobre o assunto, pois percebeu esse momento como algo positivo para o menino, um castigo doméstico, cotidiano necessário e não uma punição legal, mas, como orientação, algo que colaboraria com ela na educação do filho e, como ela mesmo disse anteriormente, aproveita estas situações para “passar medo nele”. Essa parece ser a maneira que ela encontra de remetê-lo ao *Nome do Pai*, já que, conforme foi possível perceber até agora, ela parece viver só.

Em sua infância, teve uma família pouco afetiva, enrijecida, um pai que a rejeitou por ser mulher e que só a reconheceu nesse lugar, quando ela começou a namorar. Quando estava podendo se colocar como mulher no mundo, perde o marido de

forma tão trágica, perde o homem que viabilizou a possibilidade de ocupar esse lugar. Parece que ela se “congelou” nessa passagem para tornar-se mulher.

O retrato que temos da história de Branca é de alguém que vive, em silêncio, só, parece não manter uma relação direta com suas emoções, ocupando, portanto, o lugar da mortificação. Trata-se de uma história crua, sem cenas encobridoras. Em algum momento de seu discurso, disse que seu passatempo predileto é assistir a filmes de terror, pois gosta de sentir a emoção causada pelos sustos do filme, diante disso perguntou-se a ela se ela não ficava impressionada e ela disse que depois nem se lembra de nada. Ela gosta também de ouvir música. Parece que, dessa forma, livra-se do silêncio externo e interno.

4.1.1. Dimensões do Feminino da Família 1: Filha, Esposa, Mãe e Mulher

Na dimensão filha, a história desta mulher tem uma forte inscrição em seu nascimento, pois ela nasceu com uma grave falta: o falo, cuja ausência não é percebida, por essa família, apenas do ponto de vista simbólico, mas também imaginária, portanto não se está falando de uma desvalorização dela por ser mulher, mas um não reconhecimento dela enquanto pessoa por seu pai. Nessa família a presença do falo é comemorada com “fogos de artifícios”. Esse lugar de NÃO TER/NÃO SER parece marcar a vida dela.

O valor que o falo tem nesse núcleo familiar fica evidente quando o pai trai a mãe, que se separa dele e os filhos optam por ficar com ele. Por outro lado, aqui uma nova faceta se desconfigura, ficam com o pai por pena, ele é um homem só, ele não possuía familiares morando aqui. Ela justifica essa opção por sentir que assim salvará seu pai da solidão, portanto, nesse momento, ela o descreve como um ser frágil,

dependente dela e do irmão e é desta forma que tenta, primeiramente, ser reconhecida. Aproveita-se da ausência materna e fragiliza a figura paterna para tentar “conquistá-lo.

Na segunda separação de seus pais, após algumas tentativas de se fazer reconhecer, ela arruma um companheiro e engravida. Assim ela consegue algum reconhecimento paterno, pois ele não concorda com o casamento por acreditar que a família do rapaz não é de boa índole

Vale ressaltar que, a relação de Branca com seu pai ocorre, somente, pela via da tentativa do reconhecimento, por essa razão, parece haver apenas um esboço da função paterna para ela, o Nome do Pai não operou totalmente, portanto manter um distanciamento da mãe também pode ser entendido como uma defesa para não ficar entregue a esta relação.

Na perspectiva de esposa, foi apenas, nessa condição, que conseguiu o reconhecimento como sujeito por parte de seu pai, visto que, apenas quando ela quis ir embora de casa, com um homem que a desejou como mulher, seu pai reage e esboça um reconhecimento. Isso quer dizer que, graças ao desejo de um homem, o pai reconhece a filha. Ocorre, porém, uma fatalidade e torna essa mulher novamente despossuída do falo, ela regride, saindo da fase fálica, se fixa numa fase oral, tornando-se alcoólatra. Talvez esse fato a tenha feito sentir que ela não tem direito de ser mulher. Vale dizer que ela faz um investimento muito grande nesse relacionamento e a morte dele revela-se como a morte de parte dela.

Aqui o que parece ter importância não é simplesmente ser desejada por outro homem, mas sim ser desejada sob o olhar do pai, aquele que um dia, ao olhar para ela só a reconheceu como o ser da falta. Mas essa é uma forma de reconhecimento que deixa suas insígnias e quando o pai percebe que essa falta poderia ser preenchida consegue

apreende-la como sujeito. Mas essa subjetividade está atrelada ao outro e não ao Outro

Nos relatos que faz de seus dois relacionamentos posteriores, deixa claro que em um ela rechaça o companheiro, seu falo, seu poder sobre ela. Pode-se perceber isso quando relatou que costumava dizer para ele “O homem que mandava em mim já morreu”.

Quanto ao relacionamento atual, esse parece ser burocrático; eles não brigam, mal se vêem, quando ela fica ansiosa ele se afasta. Enfim, ela mantém do companheiro o mesmo distanciamento que diz ter com a mãe, com o irmão, com a filha e que descreve ter tido com o pai. Na verdade, ela só foi esposa quando estava casada com o pai de seus filhos.

Como mãe, ela repete os desígnios familiares valoriza o filho e é indiferente à filha, permitindo, inclusive, que outras pessoas tomem conta dela. Até mesmo quando fala sobre o exercício da função materna se refere sempre a questões referentes ao filho, por exemplo, quando Elci foi pego pela Polícia no Camaru, por ainda não ter idade para frequentar o local ela disse: “Eu sempre aproveito essas situações para passar medo nele”, poder-se-ia dizer que ela sempre se serve dessa Lei externa, distante, para introduzir o Nome do Pai, assim como ela fez quando ele foi acusado de roubo, ela mesma chama a Polícia, pois vê nessa Lei a proteção para seu filho.

Mas, ainda, não é possível observar uma relação hierárquica entre eles, parece uma relação de irmãos. Impressão que se acentua quando se atém ao fato de ela ter uma postura pouco feminina.

Branca não parece ter como parte de sua identidade a maternidade. Quando estava submersa no vício da bebida negligenciou os cuidados com os filhos e, quando alguém resolveu assumir sua filha ela a entregou sem pestanejar, fazendo uma “opção”

pelo vício, só parando de beber quando a bebida passou a ser nociva a ela própria.

Na condição de enquanto mulher, sua identidade feminina lhe foi negada quando nasceu, ainda na maternidade, quando seu pai se recusa a nomeá-la como um ser. Por outro lado, esta nomeação ocorre pelo negativo e quando o marido morre, aquele que um dia possibilitou algum reconhecimento por parte do pai de forma positiva, este lugar de mortificação é novamente ocupado. Talvez esteja aí o motivo para que ela se reconheça nos filmes de terror.

4.2. Família 2: A Armadilha da Dimensão de Filha

No primeiro contato o relato de Luna teve como ponto de partida o fato de seu filho Dimas ter cumprido medida de Liberdade Assistida por ter sido pego com droga. Esclareceu que, atualmente ele não está fazendo uso, mas não tem certeza, pois os usuários costumam ter recaídas.

Ela não gosta de comentar tais coisas com seus pais, pois eles são velhos e com problemas de saúde: a mãe é cardíaca e o pai, diabético. Ela também é diabética. Disse que tentou levar o filho para internação, mas ele não queria. Quando conseguiu convencê-lo, o acesso ao Programa era difícil, pois era longe e custava R\$50,00, além disso, ela teria que comprar uma lista enorme de materiais para que ele pudesse ser inserido no referido programa. Uma vez que, o desejo do filho não era tão forte ele se desmotivou e não quis ir. Ela também verbalizou ter achado este percurso complicado.

É interessante como já no início de seu discurso demonstrou uma necessidade e um medo de prestar contas ao pai e a mãe, apesar de justificar seu medo na condição física deles.

O outro filho de Luna, Afonso, também fez uso de droga e de acordo com ela,

ele foi até o “fundo do poço”, quase morreu. Mas um budista se aproximou dele e o converteu ao budismo e, atualmente, ele deixou o vício.

Aos 18 anos, Luna ficou grávida e foi morar com o pai de Afonso, chamado Rubens, apenas no final da entrevista fomos saber que, além de Afonso, ela e Rubens tinham uma filha mais velha de nome Natália que hoje é casada. Esclareceu que, em função da pouca idade dela e de Rubens e da imaturidade de ambos, quando Natália tinha dois anos eles se separaram. Rubens era controlador, ela não podia sorrir e nem ser espontânea, havia muito ciúmes e interferência dos familiares no relacionamento do casal. Ficaram cinco anos separados. Nesse meio tempo namorou Elvis que é o pai de Dimas. Atualmente quem se responsabiliza por Dimas é Rubens, já que ela e ele voltaram a conviver, tendo, inclusive, se casado legalmente.

Quanto ao pai de Dimas, esse deu pensão ao filho durante pouco tempo. Ela relatou que, enquanto estava sozinha, precisou da colaboração financeira dele, mas, por diversas vezes, ele a fez passar por humilhações, negando-se a ajudá-la, colocou em questão se era de fato o pai do menino e, num outro momento, disse que não podia dar dinheiro a eles, pois havia se casado e tinha um filho desse relacionamento para sustentar.

Essas situações deixaram-na magoada e sentindo-se humilhada, por isso não fala muito do pai com o filho. Ela acredita também que o próprio filho sabendo o quanto ela sofreu por causa de seu pai não quer saber dele. Nesse momento do discurso, fica evidente como o pai de Dimas se retira de seu lugar, tornando o menino um filho apenas de mãe. Faz-se necessário ressaltar como o menino renuncia ao pai, para agradar à mãe e ela retira de seu discurso qualquer palavra que remeta ao pai de seu filho, ocorrendo certo apagamento da figura paterna.

Essas brigas e situações terminaram depois que passou a conviver novamente com o pai de seus dois primeiros filhos, pois ele pediu para ela não brigar mais pela pensão, visto que se dispunha a assumir a responsabilidade por Dimas e, atualmente, quando ele é detido pela Polícia e é levado à Delegacia é ele quem o busca.

Ela acredita que um dos motivos para Dimas ter esse comportamento é pelo fato de ela “ter passado muito a mão na cabeça dele”. Ela ainda teme que ele esteja usando droga. Ele está trabalhando com o avô materno como servente de pedreiro e, por isso ele deu ao neto, de presente, uma calça e um tênis, mas de acordo com Luna o tênis já desapareceu. Ela está com muito medo de contar isso para seu pai, dado seus problemas de saúde e a idade avançada, teme também que, diante disso, ele deixe de ajudar o neto.

Ela parece utilizar a justificativa da doença do pai para não falar sobre as peripécias do filho, apenas como forma de encobrir o medo de prestar contas ao pai sobre como está cuidando do menino, já que se sente muito culpada pela maneira como ele se comporta, ou seja, precisa da aprovação paterna para seus atos.

Ela esclareceu que, durante a fase de maior crise com Dimas, em que ele estava mais envolvido com as drogas, ela ia para o trabalho preocupada, pois temia chegar em sua casa e não encontrar seus objetos domésticos como: ferro elétrico, batedeira, e outros, ele vendia tudo, inclusive suas próprias roupas, ficou andando mais desarrumado que um mendigo.

Porém certa vez, ele pegou um aparelho de controle do diabetes, que é emprestado pela Prefeitura para pacientes que fazem esse tratamento e sumiu com ele. Por esse ato, ela fez um Boletim de Ocorrência, mas o policial não quis abrir inquérito, mas avisou que em função da idade dele, da próxima vez que ele fosse detido ele já

seria julgado pela lei comum e não mais pelo Estatuto da Criança e do Adolescente.

Neste momento do discurso, ficou evidente como foi necessário o roubo de algo que não pertencesse à família para que algum limite fosse estabelecido para esse menino, um Outro que funcione como um espelho para que essa mãe pudesse **ver** seu filho.

Atualmente, Dimas está aguardando para saber se vai fazer o quartel e ela conta uma história que seu cunhado só criou juízo depois que foi recusado pelo quartel e o adolescente acha que o mesmo irá ocorrer com ele. Portanto, primeiro, ela deposita no Outro quartel o destino do filho, mas, o mais interessante, é que é na RECUSA do Outro que está a saída para o menino.

Ao final da entrevista, começou a dizer que as coisas estão melhores nesse momento, em sua casa, apenas não gosta das brincadeiras de Dimas, porque ela é uma pessoa muito fechada, nunca foi uma mãe que beija e abraça os filhos, nem entre ela e o marido há trocas afetivas, ambos são mais distantes.

Ela acredita que é assim em função da criação que teve, de acordo com ela, sua mãe também é uma pessoa muito seca, ou porque sempre lutou muito na vida. Apenas com a neta troca carinhos, pois ela beija, abraça muito a avó e o avô Rubens. Portanto só neste momento, foi revelado que ela tinha uma filha e uma neta, sendo que esta última modificou seu padrão de relacionamento. Seus filhos sentem, um pouco de ciúmes com relação à forma com que ela se relaciona com a neta. Não disse nada sobre a filha.

Durante toda entrevista Luna demonstrou pouca emoção, mas a partir de seu discurso é possível perceber seu sentimento de solidão e o relato de sua história e feito em tom de queixa.

Em nosso segundo contato, Luna iniciou a conversa falando, novamente, do filho Dimas, mais especificamente das coisas que ele pegou da casa para vender, esclareceu também que ela não tem comprado nada para ele, pois tudo que compra troca por drogas na rua, chegando em casa com outras roupas e maltrapilho. Conta várias histórias sobre ele e diz que, no momento o menino está mais sossegado.

Porém, está muito desgostosa com o marido, pois ele tem abusado da bebida alcoólica, eles têm brigado muito por esse motivo, mas os filhos defendem o pai e dizem que ela é muito chata. Ela acredita que o marido está bebendo por causa de tudo que eles passaram com os filhos, explica que estes tipos de problemas destroem os relacionamentos conjugais. A partir desse comportamento do marido, ela disse que está muito desiludida, pois parece que arrumou mais um filho para cuidar. Em função disso, diz que preferia viver só. Explica ainda que, se preocupa, pois quando as pessoas bebem podem brigar com maior facilidade. Como seu pai era um alcoólatra que ocasionava tantas cenas tensas, quando estava bêbado, é natural ela associar bebida à agressividade.

Esclareceu que, esses comportamentos de Dimas em relação à droga fazem-na sentir como se ela fosse drogada. Ela fica ligada só naquilo, o menino sai, ela já fica preocupada por não saber se ele vai voltar e, se voltar, como será, fica de olho em suas coisas, até as roupas da família têm que ficar trancadas “a gente fica preso, preocupado”.

Neste momento, ela foi orientada quanto a necessidade dela modificar a forma como fala com os filhos, pois sempre coloca as questões em tom de ameaça como, por exemplo, quando ela diz que, “caso morra eles vão ver o que é a vida”. Ela poderia delegar as responsabilidades para eles, verificar qual o projeto de vida deles, pois sabe

que eles já estão grandes. Já que, do modo age, ela está parecendo a fiscal da família. Ao longo da entrevista vai compreendendo que talvez precise mudar seu jeito de falar as coisas.

Na verdade, Luna deixa clara a sua incapacidade de colocar limites quando apela para as chantagens emocionais e sua fala cai em descrédito.

Seu pai era alcoólatra, porém, atualmente, não bebe mais. Ela sempre morou na casa dos pais, e, nos dias de hoje, construiu uma casa para ela, no mesmo terreno. Relatou que seu pai agredia verbalmente a família quando ele estava bêbado, eles tinham que deixá-lo falar sem retrucar, se não era pior “tínhamos que engolir calados as coisas que dizia”

Ela relatou essa situação de forma rápida, não demonstrou emoção, além disso, foi muito difícil coletar essas informações, ela começava a falar desse assunto e se “refugiava” em alguma questão do presente, por exemplo, relatar que Dimas, depois que parou com as drogas voltou a ser criança, pede dinheiro à ela para comprar pipa, solta pipa, pede vídeo game e, caso ela se recusa ele a chantageia perguntando se ela prefere que ele vá para rua usar drogas. A chantagem parece ser a forma preferencial dessa mãe e esse filho se relacionarem.

Perguntada sobre como se sentiu quando estava grávida, disse que cada gravidez foi de um jeito, mas só fala sobre a gravidez do Dimas. Repetiu que o pai duvidou da paternidade e, ainda que, seu próprio pai queria que ela entregasse o filho para adoção quando ele nascesse.

Ela retomou a questão de estar se sentindo presa aos filhos e ao marido, que tem tido vontade de separar-se dele e ficar sozinha, está esperando Dimas completar 18 anos (já está próximo) e também quer que eles cuidem de suas vidas e questiona sobre o fato

de ela se separar.

Passou a dizer que gostaria de ser enfermeira, que já começou a fazer curso, mas teve que interromper devido seus compromissos com a família. No início da entrevista, disse que está tentando se aposentar por ser diabética. Relatou também que ela tinha um bom emprego, onde trabalhou por sete anos, mas com os problemas dos filhos, não conseguiu mantê-lo. O encontro com ela foi fechado, pontuando que a decisão de separar-se ou não era dela, mas que, para ela poder cobrar dos filhos qual era o projeto de vida deles, era bom ela se perguntar sobre isso, primeiro, para ela mesma.

Nessa entrevista, o discurso foi mais fragmentado, mas sempre feito em tom de queixa, como se ela, na verdade estivesse dizendo “ajude essa pobre mulher vitimizada” e ao que parece, a pesquisadora acabou ocupando esse lugar de salvadora. O ponto central do encontro, foi o sentimento, demonstrado por ela, de aprisionamento em uma situação e acreditar que estar só seria a única solução para poder ir em direção aos seus próprios projetos, que por sua vez são confusos e inconsistentes. São amarrações criadas por ela mesma, de maneira inconsciente, que a mantêm neste lugar de vítima e que “solicita” do outro, cuidados e até ser “salva”. Neste sentido cuidar da família torna-se muito difícil.

No terceiro encontro, relatou que, no momento, os filhos estão mais tranquilos, principalmente no que se refere ao Dimas, inclusive só está esperando ele completar 18 anos para começar a cuidar de sua própria vida. O filho tem dito à mãe que, vai sair de casa quando começar a trabalhar, e ela disse que parou de se preocupar com isso e falou para ele ir mesmo, pois a vida o ensinará melhor do que ela, mas acentuou que, caso ele fique em casa, terá que colaborar com as despesas, como já faz o irmão.

Nesta conversa, fica evidente a falta de hierarquia entre mãe e filho, eles

discutem no mesmo nível: ele faz chantagens, diz que vai embora de casa e ela inicia o relato dizendo que "vai embora da vida do filho" quando ele tiver 18 anos.

Questionou-se como ela percebeu que seus filhos estavam tendo problemas de comportamento e ela disse que, em ambos os casos, ela começou a ser chamada na escola com frequência. Afonso tinha comportamentos mais agressivos, como brigas, já Dimas era desconcentrado, faltava às aulas e, por três vezes, foi detido pela Polícia pegando produtos em Supermercado e nas Lojas Americanas. Ela voltou a dizer como Dimas regrediu, quer apenas soltar pipa, porém tem saído pouco e ela começou a dar roupas para ele, mas dá uma peça de cada vez, dando outra apenas quando ele mantém a peça dada, já que antes as roupas eram trocadas por droga.

Disse ter ficado muito chateada com o promotor da Vara da Infância, pois ele a responsabilizou pelos comportamentos do filho. Perguntada se Rubens a ajudava disse que sim, que ele ia até a Delegacia buscar Dimas, mas por ele teria deixado o menino sem tanta assistência para ele sofrer as consequências de seus atos. Ela pontua que estes sofrimentos acabaram com seu relacionamento com o marido e que inclusive só voltou a morar com ele pelos filhos, deixando claro que não havia um desejo pessoal nesta decisão, mas só de mãe.

Atualmente, ela não se preocupa com o filho Afonso ela observa que ele está sendo exemplo até para o próprio pai, pois resolveu parar de beber até socialmente, já que a bebida lhe faz mal. Ela faz questão de lembrar que seu marido não estava tendo limite com a bebida, apesar de ser uma pessoa muito religiosa, e sobre isso relata que sua mãe a questionou, dizendo que não tinha lógica, Rubens sair no domingo com a Bíblia debaixo do braço, depois de ter ficado nas festas bebendo.

Quando sua mãe disse isso, ela ficou chateada, mas "engoliu" e não falou nada.

Mas pensou: quem é ela para falar, se meu pai bebeu a vida inteira? Vale lembrar os relatos de Luna quando ela disse que tinha que “engolir as palavras” ditas pelo pai, quando ele estava bêbado e, nesse momento, com a mãe, fez a mesma coisa, indicando assim que mantém, com os pais o mesmo padrão de relacionamento da infância, ou seja, uma menina comportada que não argumenta com eles, ocupando o lugar da vítima.

Ao ser questionada sobre sua infância, demonstrou, mais uma vez, resistência para falar do assunto, disse ter poucas lembranças, explicou que, por vezes tinha que ir dormir cedo para não ver o pai bêbado, já que, quando chegava, ficava agredindo verbalmente a família toda. Atualmente não bebe, em função de seu quadro de diabetes, mas fica chateada, pois ele se comporta como se nada tivesse acontecido, não demonstra crítica sobre seus atos.

Ela sempre se refere à mãe como se precisasse se defender dela. Disse que a mãe é muito crítica e costuma dizer que tudo que aconteceu com seus netos, ocorreram por falta de limites da filha. Diante disso, é possível perceber como a mãe de Luna adota uma postura de reprovação sobre a filha em todos os âmbitos: como esposa e como mãe, deixando-a insegura quanto ao amor de seus pais por ela.

Ela é a única filha que mora lá. Apesar de demonstrar distanciamento afetivo dos pais, demonstrou muita dependência, por exemplo, seu pai começou a levar Dimas para trabalhar com ele e lhe deu umas roupas, porém, numa saída ele voltou sem elas, de acordo com o próprio adolescente, era uma dívida antiga e ela esclareceu que isso não voltou a ocorrer.

Luna temia dizer isso ao pai, dizendo apenas para a mãe, pois acredita que, se ele souber, não vai mais confiar, nem ajudar Dimas, portanto aqui, dá outra justificativa para não dizer ao pai o que seu filho fez, não mais o fato de ser diabético, mas na

verdade o fato de temer que pai não a ajude mais. Além disso, parece que a desconfiança de Dimas implica também na desconfiança dela na condição de mãe. Parece que ela não quis correr esse risco.

Da infância, relata que sua bisavó gostava mais de sua irmã que era, por sua vez, mais peralta, fazia as coisas erradas colocava a culpa nela, portanto por diversas vezes apanhou por atitudes da irmã. Já sua avó gostava muito dela e ela acredita que, se ela não tivesse morrido tão cedo, ela talvez tivesse conduzido sua vida de forma diferente. Ela se refere à avó como uma pessoa protetora.

Ela contou a pesquisadora que, aos 14 anos saiu de casa para trabalhar como empregada doméstica e se apaixonou por um rapaz e queria casar, mas não deixaram. Neste momento, fica bem acentuado o tom poliqueixoso e muito regredido, como se isso tivesse ocorrido há pouco tempo.

Vale esclarecer que, Luna apesar de ter a própria casa, a propriedade está construída em terreno da família e nesse, mesmo local, existem mais três casas: duas das famílias de dois tios maternos e a casa, onde moram os pais dela.

Essa família se reúne com certa frequência e geralmente, nesses encontros festivos, há uma grande quantidade de bebida e ela disse que não tem tido vontade de participar destes momentos, preferindo ficar quieta e só. A esse relato acrescenta que tem tido insônias e vendo vultos, às vezes acha que está só impressionada, pois sua casa tem sido invadida por ratos. Parece o relato de alguns sintomas de depressão.

Luna é diabética e faz acompanhamento médico frequente, essa doença teve início após um aborto espontâneo, oriundo de um relacionamento que teve com uma pessoa, quando estava separada. Em uma dessas consultas, sua médica lhe receitou Diazepan, questionada sobre porque lhe foi prescrito este medicamento, ela explicou

que sua diabetes é emocional, mas ela mesma nunca tomou esse remédio, pois costuma ter efeito contrário para ela, deixa-a mais agitada. Na verdade, acabou ministrando esse remédio para Afonso e Dimas, no primeiro caso por que ele tinha episódios de insônia e no segundo, como contenção, para mantê-lo em casa e não usar droga na rua.

A partir desse comportamento, ela autoriza o uso de drogas lícitas dentro de casa, como forma de suprir a falta da Lei, como forma de contenção, de anestesiamento da situação, anestesiando assim a sua dor de se ver impotente diante das questões do filho.

Ela esclareceu que, não tem desejo sexual por Rubens, acrescentou que só se relaciona sexualmente com ele por obrigação. Explicou ainda que, apesar de sentir culpada, sente-se atraída sexualmente por outros homens. Refletimos com ela que, se esses desejos ocorrem é porque ela não se sente realizada, em sua relação conjugal. Passamos a falar desta relação e sobre o fato de morar tão próxima de sua família já que as interferências familiares já foram motivadoras de sua separação.

Ela esclareceu que ela e Rubens estão em dúvida sobre o que fazer quanto a casa, pois não sabem se a reformam ou se mudam para outra. Essa casa é da família toda, quando sua mãe e seus tios morrerem haverá modificações, ela corre o risco de ter que se mudar. Porém ir para uma casa que esteja no nome do marido a prende mais ainda a ele. Ela já se inscreveu em alguns programas da Prefeitura e se conseguir uma casa em seu nome ela se muda. Disse que é bom viver como sua filha fez, longe da mãe (elas moram em bairros distantes).

Nesse momento é possível perceber como ela não tem um projeto de vida em comum com o marido, ou ainda que não quer se comprometer com ninguém, mas também não consegue criar uma via autônoma de viver, deixando escapar seu desejo de

trair, ou seja, viver o seu erotismo sem perder o status da mulher de família.

Ela relatou que tem medo de morrer e tem tido sonhos e fantasias de que isso está próximo de ocorrer. Além de pesadelos tem tido insônias e quando fala com as pessoas sobre isso, dizem que é psicológico, por isso quer atendimento. Outra questão que a deixa tensa é o fato de sentir-se presa as suas questões familiares.

Nesse encontro, ela foi avisada que, no próximo contato, estaríamos encerrando os atendimentos e que faríamos um encaminhamento dela para ser atendida naquele local mesmo, mas por outra pessoa, ela relutou com essa idéia.

Vale dizer que foi difícil encerrar os encontros com esta paciente, ela resistiu, pois a forma de ela se relacionar com o outro é de uma maneira dependente que aprisiona a pessoa na relação.

Um dia antes do último encontro ela desmarcou, pois, de acordo com ela, tinha uma consulta médica na mesma semana e não teria dinheiro para o passe. Trata-se de uma justificativa curiosa, já que no contrato estava claro que o pesquisador estaria arcando com as despesas do passe. Quando ela ligou, a pesquisadora se sentiu culpada, pois parecia uma reação revanchista ao anúncio, sobre o término dos encontros. Dessa forma, ela adia o fim deles, prolongando o contato com a pesquisadora e assume o controle da data final das entrevistas.

Luna iniciou o último encontro relatando que, ela estava chateada com o filho Dimas, pois ele parece ter voltado a sair e ficar até tarde na rua, sumiu com o controle remoto do vídeo game, sendo que este era seu único lazer. Esclareceu que, ela e Rubens se sacrificaram para dar a ele esse vídeo game para tentar fazê-lo ficar mais em casa. Por vezes, a família ficava sem ver televisão, pois ele queria jogar. Vale esclarecer que, este adolescente não vai à escola, não procura trabalho, pois, como está próximo da data

de se apresentar no quartel acredita que ninguém lhe dará emprego.

A entrevistada disse que ela está próxima de completar 40 anos e acredita que Dimas lhe dará como “presente” apresentar-se drogado no quartel. Ao ser perguntado a ela se tinha certeza de que seu filho seria dispensado do quartel, ela respondeu que talvez fosse bom ele não ser dispensado para ele criar juízo. Nesse momento, falou sobre suas fantasias de ter 40 anos, que achava que quando completa esse essa idade poderia começar cuidar de sua vida, buscar a felicidade, mas o filho frustrou seus planos. Tudo que ela disse até aqui está no plano das suposições, das fantasias, mais especificamente das fantasias frustradas.

Diz que voltou a ficar com medo de sair de casa e ao voltar não encontrar suas coisas. Rubens já disse para Dimas que vai vender o vídeo game e ela diz que não vai deixá-lo vender por qualquer preço, diz isso na frente de adolescente. Pontuamos com ela, como esta atitude desautoriza Rubens Ela disse que seu filho Afonso chamou a atenção para a necessidade de Dimas começar a sofrer as consequências de seus atos, ele diz “Se ele pegou as coisas em casa, para isso tem lei” (mas ela repete a frase do filho, sem se dar conta do conteúdo)

Foi feita a ela a pergunta se ela já tinha feito algum B.O., quando sumiu algo em sua casa e ela disse que só quando sumiu o aparelho de pressão que era da Prefeitura e diz “a gente que é mãe não quer acreditar, fica esperando para fazer algo, ele nunca assaltou, roubou os outros, tem muita gente pior que o Dimas, vejo o Programa Chumbo Grosso, mas eu fico com medo de acontecer alguma coisa com ele”. Pontuamos que ele não roubou outras pessoas, mas roubou sua própria casa. Mas quanto a isso, apenas Afonso parece perceber a gravidade da situação e a necessidade de remeter o irmão à Lei.

Acrescentou que não vai dar mais dinheiro para ele, terá que trabalhar para consegui-lo. Continua dizendo que ele vivia pedindo dinheiro para Rubens, dizia que era para comprar jogos de vídeo game e até comprou alguns. O avô também lhe dava algumas coisas, pois ele lhe ajudava no trabalho.

Rubens não assume uma postura de pai, ele até colabora com ela, mas as decisões sobre Dimas ficam na mão dela, ele diz “Dimas está, em suas mãos”, diz ainda que não faz nada, pois depois ela pode achar ruim com ele, já que o filho é dela. Ela não dorme a noite, preocupada com o filho. Enquanto ele não chega, ela não sossega. Na noite que antecedeu nosso encontro, Rubens acordou à 1:30h e perguntou se Dimas já havia chegado e ela, que já estava acordada preocupada com o filho, respondeu que não. O casal fica em função do adolescente. Normalmente, ela não conta para ele sobre as atitudes de Dimas, neste momento ela, admite que talvez precisasse impor mais limites ao filho.

Quando Afonso teve problemas, Rubens quis colocá-lo para fora de casa, mas ela não deixou, mas assinala que nem nos piores momentos de Afonso, este pegou as coisas em casa. Perguntamos se Dimas tem medo ou respeito por alguém, ela disse que o único lugar que ele não pega coisas é na casa de sua mãe, pois ela é muito autoritária, até a recrimina, dizendo que seu filho é assim, pois ela não lhe forneceu limites. Continuamos questionando sobre o que ela acha que está efetivamente ocorrendo com o menino, pois até o presente momento ela só insinua a questão, ela desconversa e diz que no dia seguinte vai ter uma conversa séria com ele, para saber o que de fato está ocorrendo.

A mãe relatou que já disse tudo que tinha que dizer para o filho, agora vai aguardar ele completar 18 anos, pois assim a vida vai ensiná-lo, ela já tentou falar com o

Juiz, mas ele não a recebe, quando foi falar com o promotor ele a culpabilizou pelo que está ocorrendo com o filho. Acrescentou que, não concorda com essa lei do adolescente precisar consentir com o atendimento. Ela foi até o CAPS do Bairro Tibery e eles disseram que não podiam atendê-lo, pois ele não queria ser atendido, quisemos saber se lá não existe atendimento para as mães dos usuários de droga, ela disse que não sabe, pois foi muito mal atendida e nem quer voltar mais naquela instituição.

Na medida em que a menoridade se finda, legalmente, aos 18 anos, parece haver uma crença do senso comum de que nesse momento cessam os deveres parentais com o filho e pais que possuem filhos problemáticos costumam lançar mão desse argumento para se desincumbirem da responsabilidade, ou para sentir uma possibilidade de escape sem culpa. Além disso, já que ela não possui ninguém para dividir esta responsabilidade, já que Dimas é só filho da mãe a promessa/ameaça de que a VIDA vai ensinar pode ser lido: O Outro vai lhe ensinar. Talvez se fosse feito de outra forma, poderia ser uma forma de remeter o menino ao Nome do Pai, mas assim só o torna mais preso a mãe.

Foram feitas algumas orientações quanto o que ela, junto de Rubens deveria dizer para Dimas, alertá-lo sobre o fato de que caso suma alguma coisa em casa eles farão um B.O. Ela concorda, mas acredita-se que ela não terá coragem de fazê-lo. Na verdade, essa pontuação parece mais a uma tentativa desesperada de fazer com que essa mãe remeta o filho à lei, como seu filho Afonso tentou, sem êxito. Quanto a esse filho vale lembrar que, por ter tido alguma referência paterna conseguiu sair do domínio materno, por intermédio do budismo.

De forma a fechar os encontros, foi pontuado com ela como seria importante ela dar continuidade aos atendimentos, pois percebeu-se que ela está em dúvida sobre

muitas questões de sua vida e sobre muitas decisões que tomou até hoje. Ela não sabe se quer estar com seu marido, não sabe se vai continuar morando nessa casa. Pediu-se a ela para refletir sobre os motivos que têm levado Rubens sentir necessidade de beber. Ela mesma, em alguns momentos, dos encontros, sugere que ele também não deve estar feliz nesse relacionamento (Ela disse que ou ele bebe ou fica muitas horas na casa da irmã). Ela aceitou o encaminhamento.

4.2.1. Dimensões do Feminino da Família2: Filha, Esposa, Mãe e Mulher

Como filha, Luna se percebe como uma criança triste, já que os pais preferiam a irmã, chegando a fazê-la assumir a culpa por peraltices cometidas por aquela. Além disso, teria sido vítima de violência psicológica, em função do alcoolismo paterno que, quando estava bêbado, costumava agredir verbalmente a todos da família. Era vítima também da rigidez da mãe. A única pessoa que teria lhe dado alguma sensação de ser protegida em sua infância, era sua avó.

Outra questão a se destacar mais interessante diz respeito ao fato que até os dias de hoje sua forma de ser filha nada mudou. A forma como teme os questionamentos que sua mãe faz sobre todos os aspectos de sua vida, a dependência que parece ter do pai, inclusive para ajudá-la a cuidar de seu filho mais “problemático”. Essa dependência pode ser percebida concretamente, pois a casa onde mora fica no mesmo terreno da de seus pais e é de propriedade deles.

O discurso dessa mulher teve, ao longo de todos os encontros, esse tom poliqueixoso, de uma criança carente, que se torna dependente de quem lhe dá alguma atenção.

A vivência edípica dessa mulher demonstrou ter sido conturbada e, se para a

mulher a passagem, a mudança de objeto amoroso da mãe para o pai, torna essa vivência mais complexa; para ela em particular, esse momento foi mais difícil ainda. Poder-se-ia dizer que ela se perdeu nesse “caminho”, pois percebe a mãe como hostil, mas não pode eleger o pai como objeto de amor, dado seu alcoolismo e sua agressividade verbal. Diante disso, ela ficou presa nesse lugar e como filha agüenta tudo calada, ou seja, não se defende, ocupando um lugar de menina comportada, obediente, de vítima e, já que não se defende, precisa de outro para defendê-la, salvá-la é uma vida depositada no desejo do outro. É como se ela ainda se perguntasse: “O que meus pais querem de mim?” Existe uma dificuldade de formular o próprio desejo.

A dimensão da esposa torna-se prejudicada pelo fato de estar ainda muito aprisionada à condição de filha, ela não sabe como eleger um objeto de amor, já que possui dificuldades de formular o próprio desejo, ela não sabe se quer esse homem de carne e osso, com quem convive ou se quer outros, talvez as duas coisas ao mesmo tempo.

Um outro aspecto que evidencia a dificuldade de viver seu casamento são as dúvidas que apresenta sobre o que fazer quanto ao local que reside: não sabe se reforma a casa onde mora, uma casa que não é dela, mas de seus pais. Atualmente fixou residência “no lugar de filha”, mas ela intui que esse lugar não é garantido e nem seguro. Ela diz que, quando seus pais falecerem, poderá haver uma nova divisão de bens e ela ser despejada (“despejada do lugar de filha”). Outra saída seria mudar-se, mas, para isso, precisa assumir um projeto de vida com seu atual companheiro por quem diz não ter mais desejos. Mas aqui, parece importante ressaltar, que a sua dificuldade de amadurecer e construir um relacionamento conjugal. Ela propõe também uma terceira saída, talvez a mais saudável, mas ainda assim idealizada: morar com os filhos na casa

que poderá ganhar da Prefeitura e que ficaria no nome dela. Aqui se delineia um esboço do próprio desejo.

Como ocupar o lugar de mãe, estando aprisionada à condição de filha e assumindo tão precariamente a condição de esposa, com dificuldades para viver a sua sexualidade de forma adulta, talvez por isso demonstre tanto distanciamento afetivo em relação à filha e mantém com ela uma relação horizontalizada, por exemplo: “eu queria morar longe da minha mãe, assim como a minha filha mora de mim”. De uma forma diferenciada, ela também possui um relacionamento distante dos homens de sua casa, ela diz que não é uma pessoa de beijos e abraços, ou seja, de demonstração de carinho. Sua palavra para os filhos é uma palavra vazia, parecido a um texto decorado, o que ela acredita ser o mais adequado ao seu papel, pois de fato ela não está integrada a ele

Quanto à filha e ao filho mais velho, ainda tiveram alguma referência paterna, mas Dimas não, ele ficou sendo apenas filho da mãe, o “problemático”, que cumpriu Medida Sócio-Educativa e é usuário de drogas, cujo pai biológico não assumiu a paternidade e seu companheiro se responsabiliza apenas em parte.

A relação dessa mãe com Dimas não parece ser entre mãe e filho, mas entre iguais, não há hierarquia, parece ser uma relação geradora de culpa, de sensação de aprisionamento. Sendo assim, existe uma grande dificuldade dessa mãe dar algum limite para o filho, já que o limite pressupõe a referida hierarquia. Na verdade, ela parece presa a uma armadilha da qual ela necessitaria de um terceiro que viesse ao seu socorro, mas ela não permite a entrada do Nome do Pai de forma alguma, ela nem comenta sobre o processo de cumprimento da Medida Sócio-Educativa ou é lacônica a este respeito. Ela se refere à Justiça dizendo que o Juiz foi indiferente aos seus apelos, o promotor a culpou pelos problemas do filho e no CAPS não foi bem atendida. Ao longo dos

encontros, mesmo quando fala de sua família o faz de forma auto-referente.

Poder-se-ia fazer uma analogia em que Juiz /papai foi indiferente aos meus apelos, o promotor/mamãe me culpou e o CAPS/ homens não me satisfazem, não me salvam.

A forma como essa mulher é remetida ao Nome do Pai parece frágil, ela passou a infância engolindo as palavras destrutivas do pai e aguentando, calada, as constantes críticas da mãe, desse modo, não teve como contestar seus objetos primordiais, eles ainda a determinam, aprisionam-na. Suas possibilidades de realização pessoal ficam no terreno da fantasia: desejar, de fato, um homem que não seja seu marido, ter uma profissão (enfermeiro- cuidar de alguém de forma voluntária e remunerada, e não de graça e obrigatória, como faz uma mãe), morar em sua própria casa, sozinha.

4.3. Família 3: Uma Disputa Conjugal

No primeiro encontro, Vitória iniciou seu relato esclarecendo que seu filho, Hécio (16 anos) cumpriu medida sócio- educativa de Liberdade Assistida, pois foi pego com drogas. Esclareceu também que, ele não era usuário, apenas vendia. De acordo com ela, ele sempre foi um bom filho, eles (ela e ele) sempre tiveram muito diálogo e se ele caiu nesse mundo, não foi por falta de orientação, mas acabou se aproximando de pessoas pouco idôneas e acabou se envolvendo nesse mundo. Ela ficou sabendo que o grupo do qual seu filho fazia parte foi acusado de ter cometido um homicídio, mas ele nega ter participado.

Quanto a isso, ela tem uma atitude ambígua, ao mesmo tempo em que, acha que ele participou do homicídio, como mãe reluta em admitir essa hipótese, pois, como ela diz, é difícil para uma mãe saber dessas coisas de um filho. Ela esclareceu que o menino

fica chateado quando ela demonstra dúvidas.

Diante desses acontecimentos, optou por mandar o jovem para outra cidade, para viver com o avô paterno que, por sua vez, mora ao lado da filha, tia paterna de Hércio, que se dispôs a acompanhar o sobrinho na escola e orientá-lo no que fosse necessário. Mas, Hércio não se adaptou à convivência com o avô e mudou-se para a casa da avó materna que também reside na mesma cidade. A genitora explicou que preferia que ele ficasse com o avô, pois avó “estraga” os netos. Em contrapartida, compreende o menino, pois, quando ele era mais novo, a família morava na casa desta avó, portanto ele tem maior afinidade com a família materna.

Atualmente o menino está bem, eles se falam todos os dias. Está fazendo um curso compacto do Ensino Médio, pois perdeu três anos de escola, está frequentando a Igreja, junto com os familiares.

Ela aparentou ser uma pessoa jovem, relatou as situações de forma clara, sem rodeios, mas tem dificuldade de manter o olhar na pesquisadora. Apesar de demonstrar sua angústia diante das situações, não se coloca em posição de vítima, mas demonstra o peso que carregou com esse filho, até o momento em que optou por dividir o fardo com os familiares, coloca-se como uma mulher só. Tudo é dito de forma educada e doce, demonstrando ser uma pessoa sensível.

Ela é mãe de cinco filhos, todos do sexo masculino (Marcelo tem 18 anos; Hércio, 16, Egídio, 12, Renan, 11, Augusto, 10). Todos são filhos de José, com quem ela convive até hoje. Perguntamos se o pai de Hércio participou dessa decisão de retirar o filho da cidade e ela esclareceu que não, pois ele bebe e há um distanciamento dele em relação à família. Explicou ainda que, está casada há 19 anos e nos primeiros nove anos do seu casamento, ele era um bom marido, um pai carinhoso e dedicado. No entanto,

após a mudança do tio paterno para o mesmo bairro onde moram, iniciou o uso da bebida alcoólica e bebe até hoje. Quando isso ocorreu, ela estava em sua quinta e última gravidez.. Ela analisou que, para esses familiares, beber era sinônimo de masculinidade, mas agora, para ela, seu marido deixou de ser homem, por ter este vício.

Ao que tudo indica, essa mudança no comportamento de José alterou toda a dinâmica familiar e a Lei se fragilizou. A mãe assumiu os filhos e, quando um deles teve problemas, tentou dividi-lo com o avô paterno, numa tentativa de reenviá-lo para Lei Paterna, mas ele não conseguiu se colocar nesse lugar, e Hércio passa a ser cuidado pela família materna, a pedido do próprio menino.

Quando José começou a beber, Hércio tinha seis anos, ele era fascinado pelo pai, tinha uma relação diferenciada com ele, inclusive queria chamar-se José como o pai. Após ter iniciado o uso de bebida alcoólica, deixou de ser carinhoso com o filho e passou a rejeitá-lo e mesmo, sem estar bêbado, sempre se dirige a ele de forma agressiva ou denegrindo-o, chamando-o de marginal. Quando ele se envolveu nessas situações de conflito com a lei, ao invés de ajudar o filho, o chama de marginal e o culpa por qualquer coisa que ocorre dentro de casa. Portanto, a solução de enviar Hércio para fora de casa tornou-se útil para manutenção do “equilíbrio” dessa dinâmica, trata-se de uma decisão que atende mais ao marido.

Sua família queria que ela fosse morar lá com eles, mas ela disse que seu filho mais novo precisa de uma cirurgia (está numa fila de espera no Hospital das Clínicas da UFU) e que vai esperar isso ocorrer para se mudar.

Começamos a falar de seu relacionamento com José, nesse momento, a ambigüidade se mostra mais evidente. Ela diz que já brigou muito com ele por causa da bebida, mas hoje se distanciou, mas, às vezes, fica preocupada, pois acha que ele pode

estar sofrendo com isso, posteriormente, diz que não sabe se ele ainda gosta de sua família. Ele não tem crítica sobre seu vício, portanto não há possibilidade, no momento de encaminhá-lo para atendimento

Vitória parece ficar dividida, pois a descrição que faz do marido antes de iniciar o uso de bebida é o de uma pessoa e depois que começou a beber passou a ser outra que não se compromete com seu lugar de pai e marido. Neste primeiro encontro ao falar de José, ela passa a impressão de que seu marido mudou muito entre o momento que bebia e o que não bebia, mas essa impressão foi se desmontando, à medida que, fomos adentrando na história dessa mulher.

No segundo encontro, Vitória nos informou que é merendeira numa creche da Prefeitura, possui 32 anos. Quando ela conheceu José, tinha por volta de 13 anos, namoraram uns oito meses e ela fugiu para morar com ele, disse aos pais que iria para uma cidade próxima trabalhar em casa de família. Eles moraram seis meses com a família do rapaz, mas foram tempos difíceis para ela, pois sua sogra não queria que o filho se casasse com ela, pelo fato de Vitória ser negra, inclusive, atualmente ela rejeita os netos advindos dessa relação. A sogra a xingava, mas o marido não sabia de nada, pois ela não contava nada a ele e a mãe mudava de atitude com a nora quando o filho estava em casa.

A situação com a sogra ficara insustentável, ela já estava grávida, voltou para a casa dos pais, os quais a receberam e acolheram-na. Ela disse que sua mãe era bastante severa, mas na medida certa. No entanto, acredita que se ela tivesse tido mais informações não teria engravidado tão cedo. Ela passou muito mal, após o nascimento do primeiro filho, tinha desmaios e sua mãe dizia, nesses momentos, que, se ela não

tivesse ficado grávida, não precisaria estar passando por aquilo. Assim, apesar de ter se sentido acolhida pelos pais, ela se sentia injustamente cobrada.

José foi morar com Vitória, na casa da família de sua companheira, assim que o filho nasceu e, posteriormente, o casal foi morar na zona rural assumindo, sozinhos, a vida familiar. Durante os oito primeiros anos de seu casamento, ela não trabalhou, cuidava dos filhos e se responsabilizava pelas questões domésticas, pela vida privada da família e o marido era o responsável pelo sustento da casa. Eles moravam em uma fazenda em que José era caseiro, e lá ela teve dois filhos. Por fim, eles se mudaram para a cidade e ela estava grávida do último filho.

A última mudança da família da zona rural para a cidade, ocorreu, pois, de acordo com Vitória, seu marido estava tentando seduzir uma menina daquela região, por isso ela quis sair de lá. Ela conta essa história menosprezando José, diz que ele escrevia umas cartas para a garota, que, por sua vez, não correspondia. Vitória relatou essa história esboçando um sorriso jocoso. Ela esclareceu também que, o marido sempre foi uma pessoa mentirosa e que ela nunca teve muita confiança nele, sempre foi “mulherengo”, esclarece ainda que, ele foi seduzido pelas tentações da cidade, por exemplo, a bebida. Sobre seu marido, explicou que ele sempre viveu na roça, ao contrário dela, que sempre viveu na cidade e já conhecia essa vida, disse que já ofereceram para ela vários tipos de drogas e bebida, mas ela nunca aceitou.

No momento do discurso, em que ela ressaltou as fragilidades do companheiro vai começando a ficar claro que seu companheiro não mudou muito. Ela explica que, José era um pai melhor antes de beber, mas, como marido, sempre foi distante. Acrescentou que antes, tudo que ele ganhava, gastava com a manutenção da família e, principalmente para os filhos, hoje deixa cortar a energia elétrica e não se esforça para

pagá-la, gasta todo seu dinheiro com bebida e jogo com os amigos.

Ela possui uma boa relação com os irmãos, eles a aconselham a separar-se do companheiro e mudar-se para perto deles. José, por sua vez, não possui uma boa relação com seus familiares, seus pais são separados, não existe um vínculo de confiança entre eles. Ela explicou ainda que a família dele não os incomoda, porque eles não têm dinheiro, quando alguém da família tem, eles tentam tirar vantagens. O pai de José é uma boa pessoa, dá conselhos para o filho parar de beber, mas, por vezes, vem até Uberlândia vai à casa dos outros filhos e não o visita.

A família de Vitória frequenta o espiritismo, mas ela e sua irmã optaram pelo catolicismo. Ela costuma levar os filhos à Igreja, inclusive Hélcio os acompanhava até se envolver com aquela “turma”. Quando os problemas com o filho se avolumaram redundando na Medida Sócio Educativa, ela perguntou a ele o que poderia fazer para ajudá-lo e ele disse que a solução seria ele voltar a morar na zona rural ou mudar-se de cidade, por isso ela optou por mandá-lo para junto dos familiares.

Atualmente, Hélcio tem frequentado a Igreja Crente e tem feito parte do grupo de jovens daquela religião, ele passou a frequentar, por intermédio de um rapaz que conheceu e tornou-se seu amigo.

Foi-lhe questionado se ela percebe alguma semelhança entre Hélcio e José e ela disse que sim. Na fisionomia, e principalmente, no fato de ambos gostarem e sentirem atração pelo que é errado, por exemplo, fumar, jogar sinuca, ficar em porta de bar. Ela esclareceu que sempre vigiou muito Hélcio, por perceber nele essas tendências, sempre conversou muito com ele e mais uma vez disse que, se ele entrou nesta vida não foi por falta de orientação. Portanto, o que esse pai e esse filho parecem ter de semelhante, de acordo com o olhar dessa mãe, são os vícios, a “vida de pecado”, a vida que tangencia o

conflito com a Lei.

Quando José bebe implica, principalmente com ela e com os filhos Hércio e Egídio. Ele manda a família ir embora e já colocou todos para fora de casa e os filhos pedem para a mãe separar-se dele, pois além destes comportamentos ele é distante da família. Ela fica aliviada por saber que seus filhos a apoiariam caso ela resolva se separar de José.

Parece interessante esse “alívio” que ela sente sobre a aprovação dos filhos caso ela se separe do marido: primeiro, ela demonstra ter toda liderança sobre os filhos, de forma a não necessitar dessa aprovação; segundo, ela fala como se estivesse ficando com ele pelos filhos, mas isso também não é verdade, pois ela tem condições financeiras para mantê-los, bem como o apoio de sua família.

Tudo isso nos leva a formular outra hipótese, a de que inconscientemente ela se sintam bem com o fato de seus filhos preferirem ficar com ela e desvalorizarem tanto o pai, já que o que está na base dessa relação é o jogo “para eu existir você tem que ser destruído”.

Ela relatou que, quando Hércio foi preso, ela estava no trabalho e José teve que acompanhar o filho quanto às providências legais. Ele fez tudo em silêncio, mas em casa, qualquer coisa que acontece chama o menino de marginal. A partir dessa situação fica claro como pai e filho não possuem mais um relacionamento, como se fossem estranhos.

Para ela, a pior coisa de sua vida foi chegar ao fórum e ver seu filho algemado e, neste momento, pensou que se tivesse se separado de José, talvez seu filho não tivesse se envolvido com aquelas coisas. Sente-se muito culpada pelo que ocorreu com Hércio, ela não devia ter confiado tanto nos vizinhos, local onde ele ficava quase o dia todo e

foi, com essas pessoas, que ele começou a fazer coisas erradas, mas também acredita que o filho tem sua parcela de culpa.

Ela disse que já decidiu que, ao final desse ano, irá se mudar de Uberlândia. De acordo com ela, vai aguardar até essa data, para ver se a cirurgia do filho mais novo sai e é também a data que se dá o término do seu contrato com a prefeitura. Ela quer se mudar para uma cidade que tenha uma Universidade, pois tem planos de fazer um curso superior na área da Pedagogia ou Serviço Social. Além disso, quer voltar a morar com todos os filhos. Perguntou-se se esses planos incluem José, ela disse que não e explica que o relacionamento entre pai e filho é impossível, admitindo ainda que, depois que Hércio foi embora, a convivência familiar melhorou.

Quando questionada sobre esta decisão de separar-se de José, ela disse que ainda está pensando sobre o assunto. Ela teme tomar uma decisão e se arrepender depois, ela não sabe o que a prende a esse relacionamento, acredita que possa ser dó, ela teme que caso ela se separe, ele se torne um mendigo. A pesquisadora perguntou-se se ela se acha responsável por José e ela demonstrou dúvida

Sobre essa questão, vale lembrar que ao longo de todo o discurso desta mãe, ela não assume a culpa toda dos atos do filho, que recebeu medida sócio-educativa, percebendo-o como uma pessoa capaz de tomar suas próprias decisões, mas, quando diz respeito ao marido, ela se coloca na posição da salvadora.

No último contato com a pesquisadora, era período de férias de Vitória e, naquela semana, Hércio estava passando alguns dias com a família. Ela chegou contando que o filho estava bem e havia descoberto sua vocação para a música e gostaria de ser cantor profissional, relatou que sua turma ganhou um concurso na Igreja

graças a uma música que ele fez e ela demonstrou estar surpresa com a vocação filho.

Neste semestre, o jovem irá morar com os avôs maternos, pois não se acostumou com o avô paterno, visto que, na casa, além do avô, mora também o irmão dele, ou seja, duas pessoas mais velhas, com limitações físicas e que não possuem nenhuma noção de higiene e Hélcio não suportou, tendo inclusive passado fome, pois a única hora que comia era no almoço, na casa da tia paterna.

Foi retomado com ela o assunto sobre sua vida conjugal, mais especificamente se quando se casaram, o casal possuía algum projeto comum e ela disse que nunca tiveram nada em comum. Ela gosta da cidade e ele gosta de fazenda, ela quer ter casa própria e ele não acha necessário. Mas ela gostava muito dele e não queria perdê-lo, essas diferenças não importavam, porém ela admite que a recíproca não era verdadeira, que só agora ela percebe que ele nunca se envolveu com ela.

Mas ela quer pensar bem quando for separar, porque ela gosta de fazer as coisas certas e acrescentou que, apesar de hoje analisar que o casamento com José não foi a coisa certa, na época, por estar grávida, acreditou que esta era melhor solução, achava que ele deveria assumir o filho.

Neste momento, deu-se o seguinte diálogo:

Pesquisadora: Para você fazer a coisa certa você **pediu** para ele se casar com você?

Vitória: Pedi não, **exigi**.

Ela explicou que o marido é uma pessoa sem opinião e que ele foi se deixando levar pela vida, ela foi tendo filhos e eles foram ficando juntos.

Vitória: Até que eu levei um susto

Pesquisadora: Susto?

Vitória: Sim, quando vi eu já estava na quinta gravidez. Mas, agora eu tomo injeção para não ficar grávida.

Ela disse que gostava dele, mas depois que ele começou a beber tudo foi se destruindo, ele não possui crítica de seu comportamento destrutivo, do seu vício, ele pega todo o dinheiro que ganha e gasta no bar, quando ela o adverte, dizendo que com este dinheiro, poderiam comprar uma casa e ter uma vida melhor. Ele retruca dizendo que a vida deles será sempre desse jeito, que nunca terão casa própria e que ela nunca vai conseguir fazer faculdade, pois ela não tem inteligência para isso. Finaliza esclarecendo que a única coisa boa da vida é passar o final de semana com os amigos bebendo e jogando, evidenciando a forma como José tenta destruir a companheira, colocando suas capacidades em dúvida e diante disso, também ela percebe que se ela não conquistar esta casa sozinha; ela e seus filhos nunca terão nada.

Atualmente o casal, faz, de acordo com ela, um jogo de “empurra, empurra” para pagar as contas, quando ela percebe que o proprietário da casa está chegando para cobrar o aluguel, ela se esconde e deixa o marido recebê-lo, pois assim terá que pagar a ele. A única coisa que ela não deixa faltar para os filhos é comida e água, mas já ficaram vários dias sem energia elétrica.

Foi apenas no término de todos os encontros que se percebeu como essa mulher adotou uma atitude fálica em relação a José, que ao que tudo indica, por sua vez teve uma mãe também dominadora que se sentia no direito de fazer as escolhas para o filho, por exemplo, escolher a melhor esposa para ele.

Vale lembrar que, a relação que ela manteve com a pesquisadora foi de extrema amabilidade, demonstrou ser uma pessoa educada, inteligente, que possui ambições, um projeto de vida delineado, se expressa de forma suave o que contrasta com o tipo de

relação que possui com o companheiro.

Na verdade o que une esse casal hoje é a luta pelo poder. Ele vive dizendo para ela que ela não possui inteligência suficiente para fazer faculdade e desmerece todas as ambições que ela tem e ela, em contrapartida, expõe-no aos filhos, quando evidencia a negligência paterna, ao pai, evidenciando sua incapacidade de assumir suas responsabilidades paternas, quando manda o filho para o avô paterno cuidar. Enfim, o poder de um exige a destruição do outro. Portanto é a violência que permeia essa relação.

4.3.1. Dimensões do Feminino da Família 3: Filha, Esposa, Mãe e Mulher

Enquanto filha, ela demonstrou ter um bom vínculo com sua família de origem, por mais que tenham divergências, existe um clima familiar que favorece o crescimento dos filhos e a permanência de um espírito solidário entre eles, até os dias de hoje. Trata-se de uma família simples, com vários filhos, e, ali, a sobrevivência é o mais importante, dessa forma as questões são resolvidas de forma objetiva. Um exemplo disso foi quando disse aos pais que ia trabalhar em casa de família, e na verdade, foi morar com o atual companheiro e lá ficou até decidir-se a voltar para casa. A partir dessa situação, é possível perceber que o sustento financeiro está em primeiro lugar, pois, apesar de ainda ser muito jovem, seus pais não se preocuparam em verificar em quais condições de trabalho estava submetida.

Como esposa, desde o início do relacionamento, ela sabe como é o companheiro, uma pessoa sem opinião, mentiroso, “mulherengo”, o qual era muito dependente da

figura materna e já, nesse momento, sogra e nora “lutam pela posse deste homem”. Mas essa faceta vai se mostrando muito devagar, pois ela fala desse parceiro como se ele tivesse sido uma pessoa no começo do relacionamento e outra após a bebida.

Ao que parece apenas uma coisa mudou, ela perdeu o controle sobre ele e ele próprio perdeu o pouco de controle que ele tinha por si mesmo. Em suas explosões alcoólicas, expressa sua profunda necessidade de se libertar, mas deixa evidente sua fragilidade. A relação conjugal que ela estabeleceu foi baseada no poder. Foi tendo o primeiro filho que ela “amarrou” esse homem e, igualmente, tendo outros, ela o manteve. Até que, na quinta gestação esse formato deixou de ser eficiente. Como é possível perceber em sua história, essa é a data para diversas modificações em sua vida.

Nesse relacionamento, o traço marcante é a disputa entre os cônjuges e quando ela diz que teme separar-se dele e o marido tornar-se um mendigo, fica evidente como ela acredita que o José depende dela para viver e como ela é responsável por sua “salvação”

Ela se descreve como sendo uma mãe que promove o diálogo com os filhos, ela os educa para vida e, apesar de ser uma mãe atenta e cuidadosa, não demonstrou necessidade de fazê-los dependentes dela, tanto que abriu mão da convivência com Hélcio, por compreender que a mudança de cidade e distanciamento da família seria bom para o seu adequado desenvolvimento. Além de deixar evidente a hierarquia entre ela e os filhos

Porém, a outra face dessa decisão está na opção pela manutenção de seu relacionamento conjugal, na medida em que, a presença daquele filho promovia um desequilíbrio na dinâmica familiar e estar fora de casa já aparecia como uma forma de resolver a questão. Nos últimos tempos, era comum esse jovem passar boa parte do dia

na casa dos vizinhos, e ela não se preocupava em saber em quais condições se dava essa relação. Esse foi o único momento em que se sentiu responsável pelo comportamento transgressor do adolescente.

Quando expõe os filhos ao jogo de poder entre ela e o cônjuge, que ela chama de “empurra empurra”, ela reafirma para os eles, como esse pai não se importa com eles, como ele não os ama. Mas vale dizer que a manutenção dessa dinâmica familiar, nesse molde, configura-se numa violência psicológica para as crianças, pois todos os dias recebem a mensagem, contida no discurso materno, de que não são amadas pelo pai. Tal situação suscita, estimula um clima de violência e, ao que tudo indica, Hécio captou isso primeiro que os irmãos.

4.4. Família 4: O Filhinho da Mamãe e da Vovó

Desde o 1º contato por telefone, Rita se mostrou disposta a participar das entrevistas, que ficaram agendadas para após o horário de trabalho dela, mas, nesse primeiro encontro, ela não compareceu, ligou para a clínica para avisar e solicitou horário para o dia posterior. Em contato telefônico com a pesquisadora, ela pediu desculpas, justificou a ausência no fato de ter tido tonturas, que ela acredita estarem relacionadas ao stress. Foi agendamos o horário solicitado.

Como sempre foi feito com as outras mulheres entrevistadas, esclarecemos o objetivo da pesquisa e Rita iniciou seus relatos informando que já havia sido atendida naquele local onde estava ocorrendo nossos encontros, por seis meses (Clínica de Psicologia da UFU) e que seu filho Júnior também havia sido atendido lá, quando ele estava com 7 anos. Ele também passou por atendimento psicológico no UAI, mas não aderiu e na NOSSA CLÍNICA, onde também não quis continuar o atendimento.

Atualmente, ele está sendo atendido no CAPs Infantil e parece que está gostando, de acordo com ela, ele tem conseguido falar dele, pois, normalmente, ele é muito fechado.

Os relatos são feitos de forma teatral, são olhares, caras e bocas, movimentos da cabeça e do cabelo, expressões faciais bem demarcadas e o relato não ocorre de forma linear ou objetiva, normalmente ela cria um suspense, como se estivesse contando uma história de ficção.

Quanto à passagem de Júnior pelo Programa de Liberdade Assistida, ela inicia o relato de uma forma confusa dizendo que “eles” não poderiam ter deixado aquilo chegar aonde chegou; “eles” deveriam ter impedido, foi um trauma, ela disse.

Rita relatou que ela e a mãe sempre cuidaram de Júnior, pois ele é um menino com problemas, por isso já passou por tantos atendimentos. Certa vez, elas ficaram com pena de três crianças da vizinhança, que permaneciam sozinhas, na rua, a maior parte do dia e acrescentou que a mãe deles era prostituta. Em função disso, Rita e sua mãe passaram a cuidar daquelas crianças. Certo dia, seu filho, que pela imaturidade mental faz xixi em qualquer lugar, tirou o short e o menino pequeno vendo aquilo fez a mesma coisa, mas a mãe das crianças, ao ver a cena, fez outra interpretação, acusando Júnior de ter abusado sexualmente de seu filho. Posteriormente, chegou ao Conselho Tutelar uma denúncia dessa questão feita pela escola.

A mãe de Junior, admite que é difícil acreditar que um filho tenha feito algo errado, mas, no caso de seu filho, de fato, não ocorreu nada, ele apenas não sabe se defender e acabou assumindo algo, em função da pressão que sofreu do promotor que o atendeu, o qual o ameaçou em audiência, dizendo para ele confessar o ocorrido se não seria internado no CESEU (local de aplicação de Medida de Privação de Liberdade). Nesse momento, o menino confirmou a acusação para desespero dela que tentou

interferir, mas o próprio menino disse para ela ficar quieta. A partir daí, a Juíza deu a sentença de Liberdade Assistida.

Nesse momento da audiência, é comum o Juiz explicar no que consiste essa medida, ou seja, que é de responsabilidade dos pais não permitir que o adolescente permaneça fora de casa depois das 22h00min, não durma fora de casa, podendo os responsáveis ser penalizados caso isso ocorra. Não sabemos qual o tom empregado pela juíza para dizer isso, mas ela tomou como se a Justiça a estivesse responsabilizando pelos atos do filho, mais precisamente culpabilizando-a.

Outra questão complicadora é que tudo ocorreu quando Júnior tinha nove anos, dessa forma, de acordo com o ECA, os encaminhamentos ocorreriam via Conselho Tutelar e caberiam ao menino e seus familiares apenas as chamadas Medidas de Proteção, quais sejam, encaminhamentos dos pais ou da criança para atendimentos psicológico, médico ou pedagógico e coisas afins. Mas, pela morosidade da Justiça, ele acabou se tornando adolescente, já que a questão só foi julgada três anos depois, por isso a sentença de Medida Sócio- Educativa, que não caberia anteriormente.

Para ela, foi horrível estar inserida nesse Programa, ela chegou a participar de uma reunião do Grupo de Pais, mas não conseguiu continuar indo, pois, quando escutava o relato de outras mães, ficava muito assustada como ela diz “com as coisas horríveis que estão acontecendo no mundo”. Entretanto, assustou-se também com alguns relatos como o de umas mães que contavam que os filhos as agrediam e a forma como elas reagem, não se colocavam como mães, mas só se preocupavam com elas mesmas e não com os filhos, ou ainda, falavam de atos gravíssimos cometidos pelos filhos sem emoção, ela chamou essas mães de “petrificadas”. Na verdade, ela faz uma descrição perfeita da forma como algumas mães se comportam nesses grupos ou diante

dos atos dos filhos que estão em conflito com a lei.

Mas, outra questão a impediu de fazer parte deste grupo, temia revelar o motivo pelo qual seu filho estava cumprindo a medida, as pessoas iriam estigmatizá-lo como o estuprador. Nesse momento, vários sentimentos se misturam: o medo de expor o filho e a sensação de estar sendo injustiçada, pois Junior era inocente, então ela diz que ficava se perguntando: “o que estamos fazendo aqui?”. Conseguiu que ele fosse lá o menos possível, livrando-o de participar das oficinas de informática, alegando que ele fazia nataçãõ, que de fato fazia. Ela se colocou no meio entre o cumprimento da medida e o filho.

Ela analisa que o trabalho realizado, pelo Programa de Liberdade Assistida é bom e talvez, se não estivesse naquela situação, teria gostado, até acredita que seu marido mudou um pouco no trato com o filho depois do cumprimento da medida, pois ele foi praticamente forçado a comparecer lá e ficava nervoso com as pessoas que o atendiam, mas elas conseguiram mostrar para ele as dificuldades de Júnior. Nenhum outro profissional havia chamado o pai, quando estavam atendendo Junior.

É interessante notar que o cumprimento dessa medida foi mais importante e válido para o pai do que para o menino, já que ele foi poucas vezes atendido pelos profissionais do Programa e não fez parte da Oficina de Informática, que é o local onde o adolescente permanece a maior parte do tempo. Aqui esse pai começou a ter acesso ao seu filho real e, por mais que tenha suas limitações e questões pessoais começou a reconhecê-lo. Pela primeira vez, o pai é lembrado nessa história e ela foi estimulada a falar sobre ele.

Júnior nasceu sem problemas, mas era um pouco lento e o pai dizia que ele era preguiçoso, mole. O menino sempre deu problemas na escola e tinha dificuldades na

aprendizagem. Os primeiros anos, ele ficou em escola particular, mas depois o pai não queria ter gastos com a educação do filho, e o menino passou a frequentar a escola pública. Ela disse que, se espantou, mas, apesar de ser uma escola pública, o menino passou o segundo e o terceiro ano muito bem, até que, na quarta série, pegou uma professora muito ruim e ele foi reprovado. Teria sido reprovado novamente, quando cursou a quarta série pela segunda vez, porém ela interferiu, pediu para a escola aprová-lo, pois, seria melhor para a auto estima dele. A aprovação acabou ocorrendo, já que a escola, por sua vez, se preocupava com a diferença de idade entre ele e as outras crianças.

Com essa atitude, ela se colocou entre a instituição e o menino. Posteriormente, relatou que Júnior, em seus dois primeiros anos escolares, antes de entrar no ensino regulamentado, foi vítima de maus tratos e eles só descobriram quando um parente deles começou a trabalhar nessa creche. Eram maus tratos psicológicos, empurrões, por vezes, o menino chegava com pequenas marcas, mas dizia que tinha caído, a professora dizia para ele não contar nada à família e o ameaçava.

O adolescente, em questão, já foi levado em diversos médicos, nenhum havia diagnosticado nada, mas sempre receitavam alguma coisa para cuidar dos problemas de comportamento que o menino apresentava; até que um neurologista de Uberaba diagnosticou uma imaturidade do lóbulo frontal e a psicóloga que trabalha nessa equipe diagnosticou um leve retardo mental. O menino já tomou Depacote, Ritalina, Amitril, todos sem eficácia. Esse diagnóstico concretizou o sintoma para esta mãe.

A família de Rita possui um terreno, onde estão construídas três casas: em uma casa residem ela, o marido e Júnior, em outra a mãe dela, o pai, a cunhada e o irmão que, por sua vez, sofre de depressão e por fim, na terceira ainda reside outro irmão que é

divorciado, porém ela não se relaciona bem com ele e, praticamente não se falam.

Conforme ela esclareceu, o médico do irmão, com diagnóstico de depressão, sugeriu que o rapaz fosse morar na zona rural, pois, talvez lá, ele se sentisse melhor. Assim a mãe e o pai dela se mudaram para Monte Carmelo e seu irmão e a esposa foram para a zona rural, mas tal providência não deu o resultado esperado. Atualmente ele está morando na cidade e a mãe e o pai na fazenda. Ela analisa que, apesar de a mãe ajudá-la muito, sua saída foi boa, está se sentindo bem melhor sozinha, acrescentou que, quando chegava do trabalho, seu irmão e sua cunhada ficavam reclamando das coisas que o Júnior tinha feito e acredita que o menino também vivenciava uma violência psicológica nessa convivência. Entretanto, era o tio que conseguia convencer Júnior a tomar os remédios, pois, de acordo com ela, aquele rapaz toma remédios muito parecidos e explicava ao sobrinho sobre a necessidade deles.

Ela disse que Márcio, pai de Júnior, não aceita pagar escola para o filho e ela queria colocar o filho na Escola Batista e acabou conseguindo uma bolsa do valor integral da mensalidade, mas Júnior foi reprovado. Ela disse que o Diretor da escola lhe falou que o menino se acostumou com o fato de que a mãe sempre o “**salva**” das situações e a pesquisadora perguntou como ela percebeu esta fala do diretor. Ela respondeu “tem umas coisas que aconteceram, há tanto tempo, que agente acaba esquecendo” e explica que, desde que Júnior era pequeno, ela **salva** o filho das agressões físicas do pai (bater com cinto, tentou enforcar, levava o menino pelo pescoço) que é uma pessoa bruta e sem educação, acrescentou que quanto as agressões eram psicológicas, não conseguia fazer nada, pois ficava paralisada. Nesse momento, ela compara seu marido com seu pai, disse que ficava estarecida ao ver aquele comportamento dele, pois estava acostumada com o do pai que nunca chegou a falar

alto com ela. Sua mãe era um pouco mais brava.

Márcio era amigo dos irmãos de Rita, e foi assim que eles se conheceram, sobre a pergunta de como ele era na época do namoro, ela diz que já era grosseiro e diz espontaneamente que não terminou tudo, porque ela era uma boba. Na época do casamento, a sogra tentou alertá-la sobre as características do filho, mas ela não lhe escutou. Já no início do relacionamento, ele a traiu. Explica que ele foi criado pela tia que o maltratava, mas é ela que ele tem como mãe. Seus pais tinham problemas com álcool e, por diversas vezes, foi Márcio quem buscou o pai em bares ou jogado na rua, porém, atualmente, eles não bebem mais.

Esse pai sempre foi impaciente no trato com o filho e repetiu com ele os maus tratos sofridos na infância. Ela ressalta que seu marido queria um filho como se fosse um troféu, mas como isso não aconteceu, ele tem dificuldades de admitir as limitações do menino. O marido lhe disse, há poucos dias, que ficou triste quando seu amigo disse que havia percebido que Júnior tem problemas. Mas este tipo de comentário ele só faz agora, depois que o filho cumpriu a Medida Sócio-Educativa, depois desse episódio ele conversou com os profissionais, pois, de certa forma foi obrigado a ir, esse pai nunca tinha ido falar com nenhum profissional que atendeu seu filho e a responsabilidade e as decisões ficavam a cargo de Rita e sua mãe. A primeira se queixa que, às vezes era muito complicado, pois sua mãe não impõe limites ao neto e ela mesma também tem dificuldade. Neste sentido, algumas vezes quem a **salvava** era o marido, pois em alguns momentos, ele consegue ter autoridade sobre o filho sem ser autoritário, quer dizer essa Lei paterna é oscilante no pai e ausente na mãe e, como se não bastasse estar aprisionado por uma mãe, a presença de sua avó materna redobra esse elo.

Esclareceu que tal situação, o tipo de assistência que seu filho exige a deixa

muito cansada e achou melhor começar trabalhar, mas como estava em dúvida, pediu conselho para os profissionais que os atenderam, quando do cumprimento da medida pelo filho e eles a incentivaram. É claro que isso deixa entrever que ela sentiu que poderia estar sendo negligente ao querer trabalhar e precisou que outra pessoa fosse a avalista dessa decisão, pois, na verdade, nesse desejo parece estar implícito certa agressividade dessa mãe em relação a esse filho.

Ela relatou que seu filho tem gostado do atendimento do CAPs, ele é muito “fechado”, mas lá tem conseguido expressar seus sentimentos, como, por exemplo, falar que ficou chateado de ter sido acusado de coisas que não fez, reclamou também do fato de sua mãe xingá-lo muito e que ele não gosta.

No segundo encontro, ela relatou que Júnior estava passando uns dias de suas férias na fazenda com os avós maternos. Eles o levaram, pois o menino gosta muito da zona rural, pelo que ela explica, essa criança é muito agitada, gosta de andar e, quando está em casa, vai muito para a rua e na fazenda tem muito espaço. O menino tem dificuldade de se concentrar em uma atividade, inclusive ele foi com a condição de ajudar o avô na plantação, mas até aquele momento não havia se envolvido com a referida atividade.

Ele já está reprovado na escola, por isso foi encaminhado ao CAPs. A escola exigiu um laudo psiquiátrico para tentar encaminhá-lo para outro tipo de instituição e, ao falar nesse assunto, ela começa analisar que Júnior não tem os mesmos interesses que um adolescente de sua idade, como internet e coisas afins. Apenas uma vez, foi pego na página de sexo e pornografia, mas defendeu-se dizendo que um amigo falou para ele entrar. Ela diz que é, em função dessa forma ingênua do filho, que não acredita que

tenha ocorrido nada daquilo pelo qual foi acusado. Acrescenta ainda que, agora qualquer coisa que acontece, ele teme ser processado, por exemplo, existe outra criança, na escola que, também tem algum comprometimento e os dois brigam muito, ele comenta com a mãe sobre seu medo de ser processado por brigar com ela. Ele sabe que foi processado por abuso sexual, mas essa informação, de acordo com a mãe, parece confusa para ele.

Quando ele estava cumprindo medida, o que ela mais temia era ele ser pego pela Polícia, pois frequentemente isso acontece. Ela explica que ele gosta de ficar na rua e, quando vê a Polícia em ação, fica olhando, deslumbrado. Em função desse comportamento do menino, os policiais desconfiados que ele possa fazer parte da situação tentam revistá-lo e ele resiste. A Juíza havia explicado que se houvesse uma nova ocorrência na vigência do cumprimento da Medida de Liberdade Assistida, seria convertida em Medida de Privação de Liberdade e ela temia pela possibilidade do filho, que tem esses comprometimentos, ter que conviver com outros meninos perigosos.

Ela explicou que, quando Júnior era pequeno, ela sempre trabalhou (foi caixa numa empresa de construção e trabalhou numa grande empresa de cigarros, com um cargo parecido) e era sua mãe quem cuidava da criança.

Rita relatou que Júnior não acredita nela e com o pai, as coisas são ainda piores, portanto as únicas pessoas que ele escuta é seu irmão (aquele que é depressivo) e sua cunhada, esposa dele. Nesses dias, eles estão na casa dela, pois ele está aqui fazendo tratamento. Ela fica muito cansada com a presença do casal, pois, devido a doença dele, eles brigam muito. De acordo com ela, seu irmão sempre foi pessoa muito dependente. Quando ele era pequeno, a família morava na zona rural, portanto as distâncias entre uma coisa e outra eram grandes, ele se recusava ir a pé, tinha de ser carregado no colo,

isso ocorria, mesmo quando ele já possuía uns 9 anos, e ela analisa que ele reproduz essa dependência com a esposa.

Outra coisa que a deixa cansada nessa convivência com esse casal é que eles sempre a acusam por ter demorado a cuidar do filho, e ela não permite a continuidade dos tratamentos. Nesse momento, ela se compara a uma personagem de uma telenovela, que estava sendo exibida na época dos encontros. A referida personagem tinha um filho, cujo diagnóstico é de esquizofrenia, mas ela se recusa a admitir e se utiliza de vários subterfúgios para negar esse diagnóstico. Ela justifica essa demora no fato de ter ficado esperando pelo marido, e, por isso só começou a levar o filho a médicos e psicólogos, academias, quando percebeu que teria que fazer tudo sozinha e sem custos, pois o marido se recusava a pagar qualquer coisa. Além disso, demorou a perceber as limitações do filho.

Nesse momento, ela chega a admitir, utilizando-se de um personagem de TV que ela também não olhou para seu filho como um sujeito, mas sim, como uma criança idealizada, assim como acusa o marido de fazê-lo. Disse ainda que precisou escutar as pessoas dizerem que seu filho tinha problemas para se conscientizar, mas antes não conseguia escutar, precisou do olhar do outro como um espelho, para ver refletida a imagem do menino, evidenciando o tipo de vinculação que mantém com Junior

Aqui, parece importante lembrar que também, nesse momento, Júnior sofria maus tratos na escola, e nem ela nem o marido perceberam, parece que esses pais mantinham, em relação ao filho, um distanciamento importante.

Ela foi a entrevistada que mais se sentiu afetada pelo que diz o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido que assinou, fez questão de fornecer sua análise sobre como a noção de autoridade foi instituída, ou não em sua casa. Ela disse que

acredita que não há autoridade, pois seu marido é grosseiro, e ela é muito mole. Acrescentou que Júnior não tem atração pelo mundo e que isso, por um lado é até bom, ela diz: “agradeço a Deus”, porque como nós iríamos fazer se ele quisesse ficar na rua, já que não há autoridade sobre ele.

Sua família é oriunda da zona rural, mas, quando o pai perdeu uma plantação de café, eles se mudaram para a cidade, onde montou um comércio que também não deu certo. Atualmente seu pai e sua mãe estão vivendo lá, disse que o primeiro está se sentindo renovado. Ela possui dois irmãos do sexo masculino e uma irmã.

Rita acredita que a família nunca se adaptou a essa mudança, por isso, seu irmão que já apresentava fragilidades na infância, quando veio para a cidade não agüentou: usou drogas e hoje é depressivo. Quanto à irmã, quando morava aqui, tinha sintomas de depressão, ela também morava com a mãe, portanto, na mesma casa do irmão que tem depressão. Atualmente está morando com ele e a cunhada em outra cidade menor e próxima à zona rural e demonstrou melhoras no quadro. Ela nunca mais quis vir para cá. Explicou também que a irmã está muito cansada de conviver com o irmão, dado a complicação que é sua relação com a esposa, por isso convocou a mãe para morar na cidade com ela. A pesquisadora lhe perguntou como ficaria seu pai, ao voltar para a cidade já que gosta tanto do local onde está. Ela disse que está feliz, porque, na cidade, ele tem um terreno e vai construir uma casa para eles (ele é pedreiro).

Quanto ao pedido da irmã para que a mãe fosse morar com ela, analisa que ela também poderia “fazer birra para a mãe vir morar com ela”, mas acredita que amadureceu muito nos últimos tempos. Primeiro, em função dos meses que fez terapia e agora, com a saída de sua mãe tem se sentido mais forte. Ela sempre teve muitos problemas, pedimos para ela precisá-los. Ela explica que ficava muito doente, tinha

tonturas (sintoma que ela teve no dia do início de nossos atendimentos), dor de ouvido, além de ter problemas com o casamento

Ao final do encontro, começa dizer que se sente culpada por não ter procurado atendimento mais cedo, que seu marido também a culpa por tudo do filho e ela mesma fica pensando se seu marido não fosse assim, se as coisas não seriam diferentes, o próprio filho diz para ela, quando apanhava: “que pai você foi me arrumar” e ela se cala diante desse comentário. Ela começa a divagar sobre as causas dos problemas do filho, se eles não teriam algum componente genético, esclareceu que ela já tem um pedido no Hospital das Clínicas para uma avaliação genética da criança, explica que na família do Márcio, existem vários casos de doença mental.

Esse casal demonstrou lidar muito mal com as dificuldades do filho, de uma forma narcísica, ficam se acusando, cada um da sua forma, mas ambos são titubeantes na proteção e nos cuidados com o filho.

No terceiro encontro, Rita se mostrou muito interessada em contar para a pesquisadora sua história, mas foi diminuindo a encenação, a forma teatral de falar. Voltou a falar sobre o “erro jurídico” do qual seu filho foi vítima, criticou a Delegacia da Mulher, pois, o oficial que escutou Júnior garantiu que ele não precisava de advogado e disse que no fórum, ele foi julgado e sentenciado sem advogado, criticou a postura do promotor e do Juiz, sentiu-se mal com suas palavras. Esclareceu que, no dia da sentença, Márcio foi com ela. Questionada sobre como ele se sentiu em relação às palavras da Juíza, ela demonstrou surpresa diante da nossa pergunta e não soube dizer, disse apenas que ele fez uma pergunta para a Juíza, a respeito do que ela estava explicando, mas não se lembra o que foi. Quando ele saiu de lá não demonstrou nada

sobre a audiência.

Ela retoma a questão da Juíza culpar as mães pelo ocorrido e diz que Márcio a culpa também pelo filho ter tido que cumprir medida sócio-educativa. Explicou ainda que, atualmente, Júnior diz que não molestou o menino. De acordo com ela, o filho deu depoimento quatro vezes na Delegacia e nunca se contradisse, acredita mesmo que as ameaças do promotor o forçaram a confessar.

No intuito de afastar Junior da polícia, ela costuma dizer que um dia ele será algemado por eles, como forma de fazer o filho se sentir intimidado, mas foi essa a ameaça que o promotor fez ao menino, disse que caso não confessasse sairia de lá algemado e esse fato faz com que ela se sinta mais culpada ainda. Ela acredita que talvez seu filho até tivesse a intenção de fazer algo, mas não fez. Questionamos se ela chegou a dizer para o promotor sobre as dificuldades de Júnior, por exemplo: os problemas de aprendizagem, a imaturidade e ela disse que, já foi para a audiência com o promotor disposta a não dizer, pois achava que isso complicaria ainda mais a vida de seu filho e hoje se sente culpada por ter omitido essa informação

É importante ressaltar, como essa mãe faz questão de deixar claro que é constantemente vítima de equívocos por parte da lei e, quando seu filho se interessa por algum tipo de Lei, como no caso de ele se interessar pela Polícia, ao invés de esclarecer o filho, ela o deixa com medo. A palavra dessa mãe para o filho é sempre ambígua.

Foi aquele irmão com quem ela não conversa, atualmente, quem apresentou Márcio para ela, mas tanto ele quanto a família não queriam o casamento, todos o achavam nervoso, grosseiro, e até hoje não gostam muito dele, apenas o pai dela tem bom relacionamento com Márcio.

No início do casamento, seu marido trabalhava como caminhoneiro e nesta

época, conforme foi dito no início dos relatos, ele a traiu e desse relacionamento nasceu uma menina que possui, hoje, a idade de Júnior, mas Márcio não conseguiu se vincular à filha. Rita disse ter tentado ajudar, eles visitaram a menina algumas vezes, mas não deu certo. Houve algumas traições posteriores. Quando falou sobre esse assunto demonstrou mais angústia do que quando fala da forma como ele a trata. Mas ela não admite, diz que ambas as coisas a incomodam e explica que isso não ocorre mais, ele quase não viaja. Disse que só o perdoou daquele episódio após um encontro de casais da Igreja em que havia o Dia do Perdão.

Ao final deste encontro, volta a divagar sobre a dificuldade que teve para aceitar as limitações do filho, passou a contar com mais detalhes sobre os primeiros médicos que o atenderam. Explicou que a primeira médica não diagnosticou nada e disse que o menino apresentaria melhoras apenas mediante acompanhamento psicoterápico e psicopedagógico, pois, de acordo com essa profissional, “faltava aguçar a vontade dele pelas coisas e pelo estudo”. Posteriormente, passou a falar sobre a dificuldade de arrumar profissionais da área pedagógica no âmbito Público, acrescentou que até em fonoaudiólogo ele foi, por encaminhamento da escola, já que, de acordo com eles, o menino falava muito baixo e era muito tímido. Depois alguns outros médicos disseram a mesma coisa. Mas ela só admitiu o problema quando o médico de Uberaba deu o diagnóstico de Imaturidade do Lóbulo Frontal e prescreveu uma medicação.

Por fim, relatou que, na semana seguinte, teria uma consulta no CAPs e apesar de ter dito, anteriormente que o filho estava gostando, ele estaria resistente em voltar aos atendimentos (a equipe do Caps estava de férias, por isso os atendimentos estavam, temporariamente, interrompidos), pois não queria mais faltar a aula por esse motivo. Indagada se ele tinha conhecimento dos motivos pelos quais ele tinha sido encaminhado

para esse tratamento e por quem, ela disse que ele não sabe. Insistiu-se, novamente, na pergunta, mas você nunca tinha esclarecido isso a ele, e ela disse que não.

Apenas para lembrar, esse menino não estava produzindo nada na escola e essa instituição, por sua vez, não tem visto sentido e formas de mantê-lo lá, mas a mãe diz para Júnior que ele não está indo à escola, pois tem de ir para os atendimentos. Diante disso, ela cria um “mal entendido” gerando um hiato para a criança, assim como contou que fez em relação à Polícia, deixando o menino com medo de algemas.

Do começo até o fim de seus relatos, deparamo-nos com alguns importantes “mal-entendidos”: a mãe da criança, supostamente abusada por Júnior, viu uma cena que na verdade era outra; o promotor força um discurso, levando a uma confissão de um fato que não teria ocorrido, e a criança tem deixado de ir para a escola por que tem de ir à psicoterapia e não porque a escola condicionou a sua estadia lá a esse tratamento. Entre essa mãe e a criança não se fala sobre a dificuldade de aprendizagem dele.

Para a pesquisadora é impossível a criança ter acesso ao ensino formal, se ela é frequentemente colocada nesse lugar do “não saber”, do “mal entendido” “do equívoco”

Termina nosso encontro falando sobre como as escolas não têm conseguido colocar em prática a proposta de inclusão de crianças especiais.

4.4.1. Dimensões do Feminino da Família 4: Filha, Esposa, Mãe e Mulher

Essa mulher demonstrou grande dependência da figura materna e sua mãe parece estimular essa dependência com todos os filhos, tendo, a entrevistada, inclusive, um irmão depressivo, que, de acordo com ela, mantém com a mãe um vínculo simbiótico desde sua tenra idade, quando se mostrava mais frágil do que de fato o era, inclusive hoje apresenta um quadro de depressão. Nas poucas vezes que se referiu ao pai, diz que

ele é uma pessoa doce, depois fala que ele foi vítima, por ter perdido umas plantações, por de problemas climáticos e ainda não ter conseguido se recuperar dessa situação nem emocionalmente, nem financeiramente. O pai ocupa um lugar figurativo, sem importância, do coitadinho

Em função dos atendimentos do filho, também se submeteu a alguns processos terapêuticos e, atualmente, começa a fazer um movimento de separação de sua própria mãe, mas de maneira tênue.

Na condição de esposa, o lugar que ocupa é o da submissão e dependência emocional. Ela sempre soube, desde o namoro, que o marido era uma pessoa nervosa e grosseira, mas continuou com o projeto de viver com ele. Mas não demonstrou sentir-se afetada pessoalmente com o jeito rude dele, o único momento em que cogitou a possibilidade de uma separação foi quando soube que ele a traiu. É chamada pela família como aquela que não fez um bom casamento.

No início do relato, parece que se está falando de uma criança sem pai que tem como cuidadores a mãe e a avó, como se essa criança fosse fruto desse relacionamento, elas fossem o “casal” que gerou aquela criança.

Quanto a esse item, esta-se falando, aqui, da segunda geração de “mães polvo”, as quais enrolam seus tentáculos na presa, que nesse caso, são os filhos, elas praticamente desconhecem a figura paterna, desconsiderando sua presença. Em seu casamento, “optou” por alguém que serve bem para que ela possa seguir esses desígnios familiares: um homem que foi vítima de abandono pelos pais e vitimizações por parte da pessoa que assumiu sua responsabilidade, portanto, com dificuldades para o exercício adequado da função paterna, já que a tendência, nesse caso, é repetir ativamente o que sofreu passivamente, é esse, o ciclo da violência doméstica. Por mais

que ela não soubesse de tudo isso conscientemente, houve uma eleição inconsciente desse marido. Ela diz que sempre SALVOU o filho do pai. De fato, dado os exageros dele, por um lado isso é verdade, mas, por outro, ela não cumpre sua função materna de permitir a entrada de um terceiro na relação.

Além de não permitir a entrada do pai na relação com o filho, ela própria, por vezes, se ausenta do lugar de mãe e entrega o filho para que sua mãe cuide dele, distanciando-o ainda mais do pai. Foi possível perceber esse, comportamento, quando disse que foi praticamente sua mãe quem criou o seu filho, já que trabalhava. O pai era convocado apenas quando ela e sua mãe se enrolavam nos cuidados com a criança e, porque não dizer, quando seus tentáculos se enrolavam e a crianças escorria por eles.

Apesar de se propagandear uma mãe zelosa, o que o seu discurso vai desvelando é a necessidade de não permitir intervenções que possibilitem grandes modificações no tipo de vinculação que mantém com o filho, por isso, fica muito chateada quando seus familiares lhe cobram uma postura mais eficaz em relação a Júnior. Ela se sente culpada, já que passa a impressão de ser negligente. Mas o que está implícito é a dificuldade de olhar o menino como algo fora dela mesma. Isso fica evidente pelo fato do menino ter sido vítima de maus tratos na escola por tanto tempo, e isso só ter sido descoberto por um terceiro que teve acesso à concretude da situação.

Tanto ela, quanto o marido possuem uma relação utilitária com o filho, pois o idealizavam como um objeto precioso e quando ele se mostrou um objeto defeituoso ele foi negado.

Essa relação desses pais com essa criança gerou um empobrecimento dos processos de simbolização do garoto. Ele tem dificuldades de se relacionar com um Outro, como a Escola, com o saber formal e, tendo em vista, não aprende seu quadro de

deficiência vai aumentando.

Quando o médico fez o diagnóstico de deficiência mental, ele deu a mãe um dado concreto, algo para ela poder nomear seu filho.

Quanto ao pai, este precisou da intervenção dos profissionais do Programa de Liberdade Assistida para nomear seu filho, já que a mãe não havia lhe dado acesso a ele.

Apesar de ter feito uma escolha heterossexual, ter casado, e ter tido filhos, a construção dessa identidade feminina vai ocorrendo de maneira *sui generis*: casa-se com alguém que já sabe de antemão que não conseguirá assumir grandes responsabilidades. Não se distancia da figura materna, chegando a levar a mãe dela para dentro de seu casamento; como quem, de maneira simbiótica, cuida de um filho, que é percebido por ela mais como um objeto do que como sujeito. Ela demonstrou que durante muitos anos, percebia sua mãe como a detentora do falo, ou seja, não conseguiu se afastar dela em direção ao pai, visto por ela como alguém frágil, assim como seu marido, que não tem condições de assumir responsabilidades. Atualmente, após ter se submetido a terapias em função dos problemas com o filho, ela começou a se movimentar desse lugar, de forma muito lenta.

5. DISCUSSÃO DOS RESULTADOS

Conforme visto anteriormente, para a realização da pesquisa de campo dessa dissertação, quatro mães residentes na cidade de Uberlândia-MG foram entrevistadas e o critério para a escolha foi o fato de seus filhos terem passado pelo Programa de Liberdade Assistida, uma das medidas sócio-educativas previstas no Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA).

Essas mulheres não vivem em situação de miséria. Elas e suas famílias estão acima da linha da pobreza, integrando o segmento assalariado da população. Sobre isso, vale esclarecer que, normalmente a justiça brasileira não atinge os segmentos sociais de maior nível de renda, restringindo o escopo social de programas públicos como o Programa de Liberdade Assistida. Entretanto, faz-se necessário ressaltar que questões como as relatadas por tais mulheres, e aqui analisadas, não são específicas de mulheres que fazem parte dos segmentos sociais de menor renda, mas envolvem angústias e dúvidas que permeiam as relações contemporâneas, independentemente da inserção social das famílias.

Tendo por referência os aportes teóricos presentes nos capítulos 1 e 2 dessa dissertação, foi possível constatar que, na análise da identidade masculina e feminina, houve sempre uma tendência a fazê-lo a partir de uma hierarquização entre os sexos, sob a égide do sexo masculino, como assinalou Birman (2001). Nessa perspectiva, foi reservado à mulher, como única forma de acesso a uma identidade saudável, a maternidade. Em outros termos, a questão da diferença sexual na modernidade atrela fortemente a identidade feminina à maternidade.

Ocorre, porém, que os condicionantes histórico-culturais consolidados ao final

do século XX - sobretudo o declínio da função paterna e o feminismo - levaram a um rearranjo dos lugares simbólicos ocupados por homens e mulheres, resultando em uma realocação das funções paternas e maternas. No tocante, às mulheres, elas, passam a não conceberem a maternidade como única forma de felicidade, à medida que a contemporaneidade oferece outras alternativas e outras exigências sociais se impõem, por exemplo, manter-se jovem, intensificação do consumo de objetos, entre outros. Essas mudanças, não só criaram novas demandas e novos objetos de completude, mas ainda alteram a forma e o objetivo de as mulheres elegerem seus companheiros, enquanto “*objetos de amor*”.

A expressão *objetos de amor* foi colocada no plural, o que significa não apenas modificações na quantidade de parceiros eleitos, mas também na qualidade dessas relações, que sofrem alterações significativas, pois tanto o homem/marido, quanto os filhos podem ter importância para uma mulher, mas já não ocupam uma posição central na vida dela.

Nesse último cenário, na medida em que outros objetos e situações se oferecem como desejáveis pela mulher nesse momento, faz-se necessário refletir de que forma estaria ocorrendo a equivalência descrita por Freud, em que a mulher procuraria a completude em um homem detentor do *falo*, permitindo assim a geração de um filho com o qual se obtém um resultado de ilusão máxima de completude.

A partir dessas reflexões, é possível traçar dois padrões na análise das histórias e dos casos das mulheres entrevistadas na pesquisa dessa dissertação: As dimensões do feminino na construção do Outro Primordial e Função materna e o Nome do Pai.

5.1. As dimensões do feminino na construção do Outro Primordial

De maneira a compreender a forma como ocorreu a operação da função materna, no que tange à atribuição do Nome do Pai, tornar-se-ão como base os pressupostos lacanianos. Neles, o primeiro Outro/outro que acolhe o *infans* em seu desamparo original e que cuida das necessidades básicas da criança, nomeando-as e, assim inserindo-a no mundo simbólico, da linguagem, é o agente materno, um ser desejante, chamado Outro Primordial, o qual supõe uma pessoa que o opere.

A partir das teorizações de Freud e Lacan, para analisar a pessoa que opera a função materna nas situações aqui descritas, realizou-se a análise da dimensão do feminino. Teve como referência quatro subdivisões que auxiliariam no sentido de se observar algumas questões como: na dimensão de filha, a forma como ocorreu ou não a elaboração do Complexo de Castração, bem como o Complexo de Édipo; na de esposa, verificou-se a forma como se deu a escolha do objeto de amor; na de mulher, analisou-se de que forma ela se constituiu como ser desejante e, na dimensão de mãe, qual o lugar a maternidade ocupa na subjetividade das mulheres analisadas.

Ao analisar as 3 primeiras famílias, que possuem características em comum, verificou-se um *modus operandi* que leva à fragilização no exercício da função materna.

Na primeira família, a vida de Branca é marcada pelo não reconhecimento de sua existência por parte de seu pai, por ela ser mulher, ou seja, por ser a representante do não fálico. Ao final da adolescência, após ter tentado de diversas formas esse reconhecimento, elegeu um homem e graças a ele conseguiu em algum grau tal reconhecimento.

Aquele relacionamento e o casamento de Branca continham um determinado

sentido: ser reconhecida por seu pai e, a partir daí, obter sua sustentação como sujeito. Evidentemente, isso foi inviabilizado pela morte do marido, resultando também na perda de parte de sua identidade feminina. A partir desse acontecimento, seus relacionamentos amorosos ficaram comprometidos, tanto que mantém com seu atual companheiro um relacionamento distante, quase “burocrático”, pois eles se vêem pouco, e quando estão juntos, já estabeleceram algumas regras tácitas, como a de ele se afastar, se ela estiver ansiosa. Esse afastamento lhe dá segurança (seu companheiro trabalha para uma empresa de segurança), o contato com ele é pouco, ele a sustenta financeiramente e é uma pessoa tolerante. Com isso, o sustento (desejo) de Branca, que depende do outro, fica garantido.

Ainda nesse sentido, o marido a preenchia integralmente e seu investimento libidinal estava totalmente direcionado para ele. O casamento foi a forma que essa mulher encontrou para se sustentar subjetivamente. A maneira, a forma como relatou a chegada dos filhos deixou transparecer como ela não tinha a maternidade como objetivo e, apesar de não ter sido uma mãe negligente, no registro do real, nos cuidados do dia a dia, parece existir uma fragilidade da mãe simbólica, conforme conceituação de Carneiro e Pontes (2008), também foi possível perceber esse distanciamento simbólico na relação entre essa mulher e sua família de origem, o qual se perpetua até os dias de hoje.

Atualmente, seu filho tem um sentido de *prótese* à vivência dessa mulher, já que ele é o representante do fruto da relação com aquele homem que lhe propiciou sua subjetivação, ainda que temporariamente. A morte desse marido não é representada nessa família pela ausência, mas pela presença de uma ausência, uma falta mortífera, que não se abre para novas buscas de realização. A vida emocional de Branca é um

hiato, inclusive sexualmente, visto que possui um relacionamento tão distante com o companheiro e, quando ele está com ela, tem crises de ansiedade que o afasta recorrentemente.

O gozo dela está fixado nessa passagem do tornar-se mulher, o que moldou sua forma de exercer a função materna, limitando o investimento libidinal que pode fazer em relação a eles, evidenciando, ainda uma diferença acentuada no modo de relacionamento com os filhos, a partir dos gêneros. Conseqüentemente, sustentar-se como mulher, como sujeito é um fardo pesado que fragiliza o exercício da função materna.

Na segunda família, a entrevistada foi uma mulher fixada em sua condição de filha que ainda necessita do reconhecimento dos pais, não conseguindo ocupar lugares reservados para os adultos, como ser esposa, mediante a eleição de um objeto sexual e afetivo, ser mãe e realizar-se profissionalmente. Essa mulher não tem desejo pelo homem com quem está casada. Apesar de ser pai de seus dois primeiros filhos, não possui um projeto comum com ele, ao contrário, foge dessa possibilidade, assim como da questão de terem uma casa em nome do casal, prefere morar na casa de propriedade da família dela.

Ao longo de seus relatos, ela afirmou que voltou a residir com o marido porque ele era pai de seus filhos, significando isso que ela foi morar com um pai e não com um marido. Desta forma, redobrou sua condição de filha e seu desejo sexual só pode ocorrer fora da relação conjugal, mas, ainda assim, é carregado de culpa. Ela faz uma cisão homem/marido (pai de família) e o homem para se relacionar sexualmente. Sendo assim, ela não deseja o homem que tem, mas deseja o homem que não tem. Quando afirma se interessar por outros homens, deixa transparecer um desejo de trair o marido,

indicando que seu desejo de traição está ligado ao desejo de exercer sua sexualidade.

Luna demonstrou estar mais preocupada com suas questões afetivo-sexuais, percebendo a maternidade como algo complexo, um fardo difícil de suportar e é oportuno explicitar seu desejo profissional em ser enfermeira, pois tal profissão tem como principal característica os cuidados com o outro.

É possível traçar dois eixos por onde caminha o discurso de Luna: no primeiro, que versa sobre uma mãe desesperada para salvar o filho, nota-se a presença de uma forte teatralidade; no segundo, o que se evidencia é sua insatisfação afetivo-sexual que a faz não estar presente integralmente na família, demonstrando uma dificuldade de se integrar nessa instituição, com parte dela fora do “corpo” familiar. Portanto, apesar da encenação que faz do exercício da maternidade, seu investimento libidinal é maior em relação à eleição de seus objetos de amor, não tendo condições, ainda, de lidar de maneira integral com as questões inerentes à função materna.

Refere-se à figura paterna em seu discurso de forma borrada e esfumada. A partir disso, o primeiro filho necessita suprir esse Nome do Pai na religião budista, já no segundo filho, essa carência da figura paterna, no discurso da mãe, mostra-se mais intensa, pois aqui ocorreu um apagamento do pai, com uma ilusória substituição pela figura do padrasto. Nesse caso, o comprometimento do adolescente parece ser maior: preso ao uso de droga e demonstrando, de acordo com a mãe, certa regressão mental.

Apesar de ter sido sentenciado pela Justiça devido ao uso de substância química ilegal, o fato de roubar a própria família, como o objetivo de obter dinheiro para sustentar seu vício, demonstrou ter uma importância fundamental, perceptível por meio de uma equivalência fálica que conduz diretamente à Lei do Interdito do Incesto: Roubar a Própria Mãe→Violar a Própria Mãe.

Na terceira família, não existe um casal, mas apenas dois parceiros de um jogo em que o vencedor deve destruir o perdedor. Também não há um projeto de vida do casal em função da absoluta falta de desejos comuns e vínculos. Nesse contexto, eles vivem juntos, mas separados. Entretanto, na ótica dessa mulher, o marido é sua prioridade e, ao longo de seu relato, vai deixando transparecer que o filho rejeitado pelo pai permanecia a maior parte do tempo na casa dos vizinhos, com quem acabou se envolvendo em delitos.

Posteriormente, ao ser sentenciado pela Justiça e tendo cumprido a medida sócio-educativa, a mãe de maneira consciente delega o filho a terceiros - enviando-o para outra cidade - já que sua prioridade demonstrou ser a manutenção do seu vínculo conjugal numa tentativa obsessiva de garantir uma condição fálica, rejeitando lidar com a falta. Por essa razão, o que se apresenta em seu discurso é um homem impotente que exerce a paternidade de forma precária.

Nessa terceira família, observou-se que a subjetividade dessa mulher está mais direcionada ao seu relacionamento afetivo-sexual com o marido do que ao exercício da maternidade e cuidado com os filhos, e seu desejo tem como escopo a competição com o marido. Ela acredita que, caso se separe dele, ele se tornará um mendigo, colocando-se assim no lugar daquela que tem o poder de sustentar o cônjuge, subjetivamente.

A relação entre a história de vida dessa mulher e a função materna está condicionada às exigências sociais que lhes foram impostas desde uma tenra idade, em que a sobrevivência era a prioridade. Nesse caso, o investimento libidinal que recebeu de seus próprios pais, parece ocorrer de forma apressada, não havendo tempo para a constituição dos objetos primordiais, restando apenas “lutar” por um falo imaginário, precavendo-se contra a falta.

Finalmente, na quarta família, a mulher exerce o reconhecimento do marido, porém não o nomeia como o pai de seu filho, e escolhe sua mãe como sua parceira na criação do menino, prolongando para ele a indiferenciação que tem com sua própria mãe.

A aproximação com a Justiça formal (Promotores e Juizes) e a própria inserção no Programa de Liberdade Assistida trouxeram algumas mudanças importantes na dinâmica dessa quarta família. O marido é nomeado pai e começa a ocupar esse lugar, ainda que precariamente, na medida em que reconheceu seu filho como real e não como ideal. Não obstante, tal reconhecimento paterno tardio não produziu modificações para a vida afetiva e a saúde mental do adolescente, pois a nomeação paterna não tem como ponto de partida a mãe, sendo atribuída externamente pelas instituições do Estado.

Foi possível observar que todas as mulheres analisadas caminharam para o casamento como forma de instituir a sua subjetividade, para nomearem-se, fazendo, assim, suplência ao Nome do Pai precário. Os filhos adolescentes do sexo masculino demonstraram que procuram no ato transgressor realizar essa suplência: na família um o relacionamento conjugal era a condição da subjetividade daquela mulher; dois, por mais que a busca por um objeto de amor ocorra de forma titubeante, essa é a questão principal para ela. Enquanto os dois filhos de Luna tornaram-se adictos, a filha “resolveu” suas questões pela via do casamento. Ainda na família três é possível perceber como é no casamento, na relação com um homem, que os determinantes inconscientes se expressam.

A partir da dimensão de filha, foi possível analisar como ocorreu a resolução edípica de cada uma das mulheres, e a maneira com que elas encontraram, ou não, uma ancoragem para suas identidades, como se instituíram como ser vivo nesse lugar de

nominações, utilizando o Princípio Genealógico de Legendre (1995 *apud* Hurstel, 1999) e ainda como se deu o resultado do Édipo visto por Freud como inserção no mundo da cultura e para Lacan, inserção no mundo da linguagem. Mas antes disso, verifica-se, a partir dessa dimensão a forma como cada uma lidou com a própria castração, com a falta, como se instituiu a lei do interdito, aquela que designa com quem a aliança conjugal é possível, como assinala Ceccarelli (2007), sendo também determinante para a nomeação da função paterna.

É a partir desse lugar de filha, na tentativa de achar um lugar no mundo, uma identidade, que elas percebem no casamento uma forma de sair da “prisão” do triângulo edípico, mas, não se trata aqui de uma eleição de objeto/sujeito de amor, o desejo que está em questão, é o de arrumar próteses que as ajudem a se defenderem dessas angústias. Neste sentido, a equivalência descrita por Freud, em que a mulher vai em busca de um homem detentor do *falo*, permitindo, assim, a geração de um filho com o qual se obtém como resultado a ilusão de completude, não ocorre exatamente assim, visto que, o casamento ou a eleição do objeto de amor é, em si, o fim, e os filhos não são intensamente investidos libinalmente. Enfim, trata-se de uma construção familiar em que a lei se institui de forma precária. .

A forma como essas mulheres se refugiam em seus casamentos/prótese circunscreve seu desejo inconsciente. Presas, em uma teia, assim como seus filhos adolescentes que transgridem a lei para fazer suplência ao Nome do Pai, elas se casam para fazer suplência a esse nome faltoso, como forma de tentarem se instituir como sujeito.

Nesse sentido, o exercício da função materna não está no centro da vida dessas mulheres, ou ainda elas não possuem recursos para poder ocupar esse lugar por estarem

muito “ocupadas” com a própria sobrevivência subjetiva.

5.2. Função Materna e o Nome do Pai

Como já foi discutido anteriormente, o exercício da função materna supõe a mãe como sujeito dividido, barrado pela própria castração, pela Lei da Interdição do Incesto. É o significante da falta que permite que o sujeito seja representado por outro significante: a metáfora paterna e é ela que produz o significante da falta. Essa função é estruturante, pois limitando o gozo da mãe, propicia a separação dessa com o bebê, permitindo, então a entrada da lei, inserindo o sujeito na cultura e no mundo simbólico, retirando-o da relação dual.

Para o exercício da função materna ser analisado, nos casos de adolescentes em conflito com a lei, precisamos compreender as possíveis relações entre a elaboração do Complexo de Castração e do Édipo da mulher que encarnou essa função, já que, conforme lembra Faria (1998), apenas uma mulher atravessada pela Castração conteria o Nome do Pai.

O declínio da função paterna e as novas configurações familiares exigem uma atenção sobre como está ocorrendo o exercício da função materna na contemporaneidade, enquanto mediadora da lei, função que nomeia e coloca a criança numa via de acesso à identidade sexual e numa ordem de filiação, conforme esclarece Legendre (1995). Dessa forma, essa nomeação dará à criança um lugar na família e na sociedade em termos de registro simbólico.

Como discutido no capítulo 1, Iaconelli (2008), apoiada em reflexões de Aulagnier, ressalta a importância da forma como a mãe, enquanto Outro Primordial,

investe libidinalmente seu bebê esclarecendo ainda que suas projeções são a condição para a constituição do sujeito, bem como para suas posteriores patologias. O agente materno deve vestir o outro de significantes, dando a ele a ilusão de ser preenchido pela mãe e de preenchê-la. Este processo dará consistência ao seu enunciado e em sua enunciação.

Na adolescência, a mãe, na qualidade de Outro Primordial, aquela que deu lugar a outras encarnações possíveis do Outro no Estádio do Espelho, será novamente interrogada e, se houve neste percurso algo que tornou essa nomeação precária, as consequências disso poderão aparecer neste momento, nessa reedição das primeiras relações infantis. Neste sentido, Benhaim (2008) diz que é esse o momento da reorganização do sintoma, mas, para que isso ocorra, há que se ter um sintoma sustentando o sujeito adolescente, ou seja, saber o que foi feito do objeto de amor, a mãe, como elaborou a suposta potência do pai. Enfim, como lidou com a castração, com a renúncia ao objeto. No caso do adolescente em conflito com a lei, parece haver uma dificuldade de renunciar a este objeto, tentando buscá-lo de forma desesperada, de forma repetitiva, visto que não o constituiu, tendo em vista que a “mãe simbólica” se ausentou cedo demais da relação com seu filho.

Por conseguinte, o problema do adolescente infrator repousaria não sobre uma intolerável desilusão, mas sobre uma falta de ilusão, como se houvesse uma falha na nomeação do lugar que aquele ser ocupa no mundo. A adolescência seria uma fase de validação da operação simbólica para além da metáfora paterna. Na falta da linguagem, viria o ato.

Os aspectos supracitados, que nortearão a análise dos casos entrevistados, envolvem a problematização dos diversos tipos de configurações familiares, de cada

história, tomando como referência as dimensões do feminino discutidas no item anterior e a maneira como influenciam a forma como ocorre o exercício da função materna, no que tange, especificamente, à instituição do Nome do Pai.

5.2.1. Família 1: Uma ordem de filiação instável

A dinâmica atual da família 1 pode ser entendida como uma acomodação de tempos difíceis vivenciados por seus membros, pois de forma repentina, eles perderam a pessoa que ocupava o lugar de “chefe de família”. O casamento servia de sustentação subjetiva de Branca e a morte do marido a desestruturou, visto que essa relação cumpria tal função, por intermédio dela, que conseguiu ser reconhecida como sujeito por seu pai, pois, apenas na condição de mulher, não havia ainda obtido esse reconhecimento. Isso significa que, para assumir uma identidade feminina, precisou trilhar um longo caminho, onde o marido ocupava o centro de sua vida e a maternidade nunca fora uma prioridade para ela, sendo que a perda do marido tornou isso evidente, passando a negligenciar os filhos e, adicionalmente, tornou-se alcoolista.

Os pais de Branca eram pessoas simples que acreditavam que cuidar de um filho se resumia em sustentá-lo financeiramente e impor-lhe regras bastante rígidas. Desta forma, Branca não desenvolveu uma grande capacidade afetiva e não construiu laços estreitos com sua mãe (o pai já faleceu!) e nem com seu irmão. Apesar de afirmar gostar deles, não há, por parte dela, nenhuma iniciativa no sentido de estar com eles, de compartilhar sua vida com eles ou pelo menos alguns momentos de lazer, optando geralmente, estar sozinha.

Atualmente, essa família é composta pelo companheiro de Branca e os dois filhos e o tipo de relacionamento conjugal e parental presente nessa configuração

também é digno de nota, porquanto o casal se encontra com pouca frequência e seus membros possuem um distanciamento afetivo entre si. Neste sentido, parece não existir nem uma verticalidade, nem horizontalidade, como pontua Kammers (2006), Melmam *apud* Miguelez (2007) nas relações, mas “cada um cuida de si” e o Estado, por meio de suas instituições como a Polícia, a Justiça, o Programa de Liberdade Assistida, “cuida de todos” os seus componentes, talvez funcionando mais como uma rede, como pontua Sarti (1994). Branca normalmente se reporta a algumas delas quando necessita impor algum limite para o filho, constituindo-se em um único momento de verticalidade entre mãe e filho, ou seja, o exercício da autoridade baseia-se numa rede entre mãe e instituições. Tanto é assim que, quando o filho foi acusado de roubo, a própria mãe chamou a polícia, não só com o objetivo de impor limites ao filho, mas também para protegê-lo, já que os meninos da escola ficaram revoltados com ele e o ameaçavam. Não obstante, a presença de instituições estatais, o centro gravitacional em que circulam as pessoas desta família continua sendo essa mulher.

Tal forma de funcionamento em rede trás como consequência formas alternativas para eleição do Nome do Pai, na medida em que esta mãe elege instâncias distantes como uma referência à Lei. Isso ficou claro quando chamou a Polícia no momento em que o filho foi acusado de roubo e fez valer a palavra dessa mesma instituição quando o menino foi pego no Camaru (conforme relatado no capítulo 3). É oportuno notar que ela não elege o atual companheiro como alguém que pudesse ocupar esse lugar, buscando, na Polícia, sua grande parceira para cuidar do filho e exercendo autoridade sobre ele.

Vale ressaltar que, esse jovem é a única pessoa que a faz demonstrar suas emoções, sendo o símbolo do relacionamento dela com aquele homem que lhe deu

sustentação subjetiva e é, por essa via, que ela mantém alguma relação vertical com ele, pela qual consegue ser mãe e remetê-lo às instituições estatais.

Branca comentou que já teve convulsões e toma remédios controlados, pois tem crises de ansiedade e sente necessidade de afastar-se das pessoas, sendo o seu filho a única pessoa que a acalma, ocorrendo nesses momentos uma inversão de lugares: é o filho quem cuida da mãe. Além disso, esse sintoma é a expressão de uma necessidade de se “ausentar” do mundo e da vida, fazendo uma aproximação com a morte.

A partir do exposto é possível perceber que o adolescente em tela foi colocado em uma ordem de filiação instável, como diz Legendre: o pai morreu e a mãe, em suas crises de ansiedade, se afasta dele, atribuindo às instituições estatais o exercício cotidiano da função paterna, estamos assim diante de uma situação em que a nomeação ocorreu de forma precária e o ato vem em suplência a isso

Finalmente, uma dimensão da história dessa mulher é caracterizada pela forma como seu pai se vinculava a ela, ou seja, pela via da indiferença e também é, por esta via, que essa mãe se relaciona com a filha, deixando transparecer sua falta de envolvimento emocional com ela e reproduzindo assim a relação com seu pai.

Portanto, essa família 1 caracteriza-se por um padrão no qual a forma de relacionamento entre Branca e seu pai influenciou de maneira diferenciada a função materna: de um lado, o filho adolescente foi percebido como símbolo da relação que possibilitou sua subjetivação, à medida que, mesmo precariamente, remete-o ao Nome do Pai; já com a filha, repete integralmente o tipo de relação que possuía com seu próprio pai, baseada na indiferença.

5.2.2. Família 2: Uma filha inacabada

A família 2, ao contrário da 1, possui uma estreita relação entre as gerações, sendo que as casas são construídas no mesmo terreno da família materna, caracterizando uma ausência de diferenciação entre as gerações. Isso leva à seguinte consideração, apesar de existirem, nesse núcleo habitacional três gerações, apenas duas são percebidas: a mãe e o pai da entrevistada comandando as outras pessoas que lá residem, funcionando como uma grande família. Desta forma, de acordo com O Princípio Genealógico (Legendre, 1995) a idéia do lugar de pai e de mãe é precária, ocasionando um apagamento da autoridade paterna e materna levando, por sua vez, à horizontalização das relações entre Luna, seu marido e seus filhos, pois, apenas os avôs maternos se insinuam como autoridade, significando que existe apenas uma relação vertical entre avós e netos.

Inicialmente é necessário esclarecer que Luna manteve um relacionamento conjugal com o pai de seus dois primeiros filhos por um determinado período, separando-se, em seguida, e mantendo relacionamentos com outros homens, sendo que um deles, inclusive, é o pai de seu terceiro filho. Posteriormente, voltou a viver com o pai de seus dois primeiros filhos.

Ao saber que estava grávida, pela terceira vez, de um homem com quem não estava casada, seu pai queria que ela abortasse. Ou seja, apesar de estar na plenitude da maioridade e já ter dois filhos, requer constantemente a aprovação do pai como se ainda fosse uma adolescente. Por sua vez, o pai de Luna ocupa o lugar do pai da criança e não de avô materno.

A necessidade de reconhecimento paterno já se evidencia nas primeiras palavras da entrevistada, durante a primeira entrevista, quando ela afirma que teme contar tudo

que está acontecendo com seu filho a seu pai. Reiterando a existência de uma fragilidade nessa ordem de filiação.

Diante da constatação do apagamento da autoridade paterna e materna, cada filho dessa família 2 elaborou tal ausência de forma diferenciada e idiossincrática. Senão vejamos.

Quanto aos filhos do primeiro relacionamento, a filha mais velha foi a única integrante desse núcleo familiar que conseguiu se projetar para fora, construindo a própria família por meio do casamento e da maternidade. O segundo filho envolveu-se com o uso de drogas e só conseguiu se recuperar quando “encontrou” o budismo como referência para sua vida. Nessa situação, a adicção funcionou como uma via para instituir o Nome do Pai.

Em relação ao filho mais novo, filho de outro pai, não só o apagamento da figura paterna é redobrado como também o problema da ordem de filiação. Seu pai biológico o desconsidera como filho, remetendo-o à mãe e ao padrasto, que se mostram confusos no desempenho de suas funções, tornando difícil a subjetivação desse adolescente e sua busca pela identidade e autonomia e, conseqüentemente, resultando em um aprisionamento desse jovem ao núcleo familiar original. Destaca-se ainda que a principal transgressão cometida pelo terceiro filho não é o uso ilícito de drogas, mas sim o furto à própria família. Mais do que ser usuário de drogas e colocar-se em situação de risco é a partir desse ato que o adolescente tenta instituir-se como sujeito, mas a sua subjetividade está comprometida, pois não se projeta para fora do núcleo familiar, inclusive a própria transgressão é endógena.

Portanto, a forma como essa mulher se posiciona em relação ao seu pai e sua mãe, demonstrando uma grande dependência em relação a eles, levaram-na a uma

dificuldade na construção de sua própria família. Ela, o marido e os filhos não possuem uma dinâmica autônoma e isso trouxe conseqüências importantes ao exercício da função materna, causando uma fragilização na lei. Não é o pai quem preenche a experiência da falta materna, visto que Luna ainda está fixada nesse momento de se haver com os próprios objetos primordiais, num movimento endógeno.

5.2.3. Família 3: A Condição de Vitória

Na família 3, Vitória não fala muito de seus pais e, quando se refere a eles, o faz com tranqüilidade, parecendo haver uma relação de respeito e, talvez por serem de origem humilde, a sobrevivência é a prioridade e a independência tem que ser conquistada rapidamente. Nessas circunstâncias, logo que os filhos atingem certa idade já precisam cuidar de suas próprias vidas, encontrando formas de se sustentarem financeira e emocionalmente. Com isso, o tempo de ser filho parece ser menor do que é necessário para um bom desenvolvimento psíquico, não vivenciando inteiramente a fase da adolescência, passando diretamente para a assunção da vida adulta.

Essa precocidade fica clara, quando o casal necessita residir com a mãe de seu marido no início da vida conjugal, sendo que a sogra era uma mulher possessiva em relação ao filho José e Vitória passa a disputá-lo com ela, vencendo-a no momento de sua primeira gravidez, quando exige que José assuma a paternidade. Eles se casam e passam a morar com a família dela, mas, logo se mudam para um sítio, onde assumem pela primeira vez uma vida autônoma.

Não obstante, a experiência de uma vivência autônoma, Vitória critica freqüentemente o seu marido de forma discreta e sutil, afirmando que ele sempre foi mentiroso, seduzindo outras mulheres, embora sem êxito, pois nenhuma aceitava seus

galanteios. Num primeiro momento das entrevistas, Vitória dizia que, antes de tornar-se um alcoólatra, ele era um bom marido e um bom pai. Devido ao alcoolismo, tornou-se agressivo e distante da família, colocando-os, por vezes, para fora de casa.

Com a justificativa de proteger os filhos, Vitória se coloca entre eles e o pai, centralizando todas as decisões familiares, priorizando manter sua relação com o marido, pois, como foi possível perceber, quando José começou a se desentender muito com um dos filhos, esse adolescente passou a viver a maior parte do tempo na casa do vizinho e ela pouco se movimentou para alterar essa situação. O menino se envolveu com membros dessa família e começou a praticar atos ilícitos, foi denunciado e recebeu uma sentença judicial. Após o cumprimento da medida sócio-educativa, a mãe enviou-o para outra cidade.

Assim, pode-se dizer que a prioridade dessa mulher é no sentido de manter o “equilíbrio” da relação dela com o marido e, nessa perspectiva, se existe alguma verticalidade nessa relação, ela ocorre entre mãe e filhos e há um apagamento da figura paterna. Quanto ao adolescente especificamente, a mãe permite que o filho se ausente da convivência familiar, abandonando e desamparando-o.

Adicionalmente, o que sustenta a relação desse casal é um processo de competição, em que o marido desdenha a esposa permanentemente, por meio de afirmações de que é mais prazeroso a convivência com amigos, fazendo uso de bebidas alcoólicas e jogando, do que estar com ela. A mãe, por sua vez, sente-se fortalecida nessa correlação de forças com o marido, quando percebe que os filhos a preferem em relação ao pai, ou ainda, quando ela se coloca como a interlocutora entre os filhos e o pai.

A mãe deixou transparecer alguma responsabilização pelo abandono somente no

momento em que constatou e presenciou seu filho algemado pela polícia, demonstrando que poderia ter evitado a exposição e prisão do filho, se tivesse separado do meu marido previamente. Em outros termos, no momento em que seu filho sofreu as consequências legais por seus atos de transgressão, a mãe também sentiu seu gozo barrado, associando a prisão do filho a sua vida conjugal com o pai do adolescente.

Nesta família 3, o ato infracional ocorreu após uma “expulsão” psíquica desse adolescente de seu núcleo familiar, em que foi obrigado a viver a maior parte do tempo à margem de sua casa, praticamente residindo na casa do vizinho, envolvendo-se em atividades marginais para garantir seu sustento psíquico e financeiro, após ter sido abandonado. Essa foi a forma que este adolescente encontrou para garantir sua integridade subjetiva, cabendo registrar que ele não era usuário de droga, apenas a comercializava.

5.2.4. Família 4: Um filho sem Pai

Na família 4, encontrou-se uma mãe presa a sua própria mãe e ambas (mãe e avó materna) são responsáveis pelo aprisionamento simbólico do adolescente Junior. Enquanto a família 2 mostrava uma proximidade, uma dependência entre a mãe e seus pais, existindo um sentimento de frustração em relação a eles, o qual resultava em um contorno nessa relação que impedia uma indiferenciação, na família 4 constatou-se uma simbiose entre avó materna, mãe e adolescente e uma exclusão absoluta da figura paterna.

Nas três primeiras famílias analisadas nessa dissertação, é possível observar que os pais entram e saem da vida familiar e, apesar de haver uma volatilidade dessas figuras paternas, há uma insinuação de sua presença em algum momento, pois mesmo

que de forma sutil e precária, há uma referência à figura paterna.

No entanto, na família 4 tanto o avô materno quanto o pai do adolescente em questão são excluídos simbolicamente do núcleo familiar. Mesmo quando a mãe relata os conflitos que tem com o marido, isso ocorre paralelamente a sua relação com seu filho, pois a mãe nomeia a sua própria mãe como referência para dividir os cuidados maternos, relegando o pai a uma posição inferior, não instituindo, assim, a nomeação paterna.

Consequentemente, na quarta família o adolescente está inteiramente preso e amarrado à dualidade materna e, se houve algum ato infracional de que se pode acusá-lo, tal fato relaciona-se mais a uma brincadeira sexual e a uma curiosidade sexual entre crianças, do que a uma transgressão. Enfim, este adolescente da família 4 é totalmente assujeitado ao desejo do outro em que todos falam por ele.

A partir da análise das famílias que foram objetos de investigação nessa dissertação é possível verificar que todas as configurações possuem a presença de uma mulher, um marido e filhos, conformando uma família comum. Porém, um olhar mais crítico e detalhado, tendo como referência o método psicanalítico, revela que, para além dessas *cenas*, encontram-se mulheres e mães aprisionadas na não resolutividade de seus próprios complexos edípicos e de castração. Em decorrência disso, nas configurações familiares analisadas a nomeação da função paterna por parte das mães é absolutamente frágil e precária nos três primeiros casos e inexistente no quarto caso.

Na mesma perspectiva, em todas as configurações familiares analisadas as

mulheres estavam presas a esses condicionantes inconscientes, como o de se sustentarem como sujeito. No primeiro caso, a complexa busca pela identidade feminina, na segunda, a fixação na condição de filha, no terceiro caso, a dificuldade de lidar com a falta, no quarto, a relação simbiótica com a própria mãe, dificultando e fragilizando a função materna, no que tange ao investimento libidinal em seus filhos e a posterior mediação e envio à lei paterna. Portanto, há uma fragilidade da mãe simbólica, que sai muito cedo da relação com o filho.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Quando se trabalha com adolescentes que cometem atos infracionais, seja no âmbito do Poder Executivo, onde se cumprem as Medidas Sócio-Educativas, ou ainda no âmbito do Poder Judiciário, onde esses jovens são julgados e sentenciados, a figura materna está sempre em evidência. Ela é sempre vista pelos Juízes, Promotores, Coordenadores dos Programas das Medidas Sócio-Educativas como uma mulher sofredora ou negligente, sem meio termo. Do lado das mulheres, por sua vez, sempre existe uma demanda para serem notadas e atendidas.

A partir da pesquisa efetuada foi possível perceber que foi reservado às mulheres esse lugar de reprodução social e biológica, com o intuito de preservação da espécie e dos costumes, criando, portanto, um imaginário social em que são elas que salvam a humanidade da extinção. Não obstante, também observou-se que, ao se colocar no lugar daquela que mantém e prolonga a vida, a mulher nega a própria castração, tornando-se onipotente. Sendo assim, ser uma mãe salvadora não só atende as expectativas sociais mas também, às psíquicas, como a de lidar com a falta, com a finitude do ser, segundo disse Freud em sua terceira teorização sobre a castração.

Mas, quando elas chegam com seus filhos infratores até as instituições de contenção é como se este véu caísse e tudo isso se desvelasse, deixando transparecer que é impossível negar o mal-estar a que o ser humano é submetido para fazer parte da cultura e quantas renúncias pulsionais precisam ocorrer para que se possa viver de forma civilizada. O que se percebe, por parte de juízes e promotores, é uma dificuldade de analisar a questão sob a perspectiva sócio histórico-cultural, e logo elegem as mães como as únicas culpadas pelo mal que seus filhos causaram a sociedade. Raramente

questiona-se sobre a função paterna presente nessa questão, seja sobre o declínio dessa função, seja sobre a omissão do Estado, que, por meio de suas diversas instituições, vem cumprindo o lugar da lei.

Pelo lado materno, especificamente, ocupar o lugar das mães salvadoras, mesmo que isso implique em não remeter seus filhos integralmente para a lei, serve como uma forma de cumprir o papel social reservado às mulheres, podendo viver seu gozo. Isso foi perceptível, claramente, nas famílias dois e três e, no caso da família quatro, esse estado é mais acentuado, ocasionando uma fusão maior entre mãe e filho, tornando-o mais preso a ela sem direito de se instituir como sujeito. Quanto à família 1, não há encenação, pois ela não possui o recurso à fantasia como as outras mães, sua prioridade é sustentar-se subjetivamente como mulher e não é pela via da maternidade que isso ocorre.

Um resultado importante dessa pesquisa e que propiciou um entendimento crítico da investigação inicial, foram as razões pelas quais essas mães deixavam transparecer aos olhos dessa pesquisadora que havia mais uma encenação do que sofrimento quando elas viam seus filhos pegos em transgressões. A partir da análise dos casos, essas mães em função de seus condicionantes inconscientes e histórico de vida estavam ainda fixadas em sua relação conjugal, vendo no companheiro seu objeto de completude imaginária e a maternidade ainda não podia ser vivenciada, integralmente.

Se o ato infracional é um sintoma endereçado ao Outro, ele contém, em si, um discurso, e essa letra necessita ser decifrada e compreendida pelos profissionais que atendem esses adolescentes, naquilo que eles possuem de geral, mas, principalmente, no que eles possuem de específico, e a pesquisa em psicanálise propicia esse entendimento. Como foi possível perceber, cada ato de cada adolescente se relacionava às questões que

perpassavam a dinâmica da respectiva família. O ato ocorre como aquilo que denuncia a impossibilidade da linguagem, a impossibilidade de simbolizar uma determinada angústia.

Outra questão, a ser considerada em um atendimento de adolescentes em conflito com a lei, diz respeito ao fato de que a transgressão pela qual o adolescente está cumprindo uma medida, nem sempre é o único ato ilícito dele, naquele momento, faz-se necessário compreender por intermédio de qual deles está tentando fundar o Nome do Pai. Para isso, é necessário compreender a configuração familiar do adolescente e a forma específica da nomeação do Nome do Pai pela mãe, levando-se em conta a pluralização desses Nomes do Pai. Se a adolescência é um momento, em si, de “vacilação” diante da lei instituída e também de “validação” dela como forma de se obter a própria identidade, esse confronto torna-se mais difícil diante da pluralização das Leis da contemporaneidade. Faz-se necessário, portanto, compreender que o ato tem sido uma saída comum na contemporaneidade em que o “Outro” não existe.

BIBLIOGRAFIA

Barros, F. O. (2001). Prefácio: Desenlaces paternos no Arquétipo Familiar. In: *Do Direito ao Pai*. Coleção Escritos em Psicanálise e Direito. Editora Del Rey, Belo Horizonte.

Benhaim, M. (2008). O materno e a delinquência. *Revista Ágora: Estudos em Teoria Psicanalítica*. Rio de Janeiro, vol. 11, Jan/Jun.

Birman, J. (2001). *Gramáticas do erotismo: a feminilidade e as suas formas de subjetivação em psicanálise*. Rio de Janeiro, Ed. Civilização Brasileira.

_____(2003). Reviravoltas na Soberania. In: Arán, M. (org.). *Soberanias*. Ed. Contra Capa Livraria, Rio de Janeiro.

_____(2006). *Arquivos do Mal-Estar e da Resistência*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira.

Carneiro, H. F. e Pontes, L. L. (2008). Violência Simbólica: Possíveis Lugares da Criança Diante da Escolha Materna. Trabalho/Congresso.

Ceccarelli, P.C. (2007). Novas Configurações Familiares: Mitos e Verdades. *Jornal de Psicanálise*, São Paulo, 40(72): 89-102.

_____(2002). Configurações Edípicas da Contemporaneidade: Reflexões sobre as Novas Formas de Filiação in *Pulsional Revista de Psicanálise*, São Paulo, ano XV, 161, 88-98, set.

De Paoli, C. (2001). Tu És Teu Sinthome. *Tempo Psicanalítico*, vol. 33, p19-35, Rio de Janeiro.

Dor, J. (1991). *Introdução à Leitura de Lacan*. Artes Médicas. Porto Alegre.

_____ (1993). *Estruturas e Clínica Psicanalítica*. Taurus editora, Rio de Janeiro.

Faria, M. R. (1998). *Introdução à psicanálise de crianças: O lugar dos pais*. São Paulo.

Feffermann, M. (1997). *Na Fronteira da Lei e do Fora da Lei - Um estudo sobre o discurso de crianças e adolescentes da periferia do município de São Paulo (Tese de doutorado)*.

Freud, S (1996). Edição standard brasileira das obras psicológicas completas de Sigmund Freud. Rio de Janeiro. Imago.

_____ (1921) “Psicologia de grupo e análise do ego”, v.XVIII, p. 81-154.

Goldemberg, G.W. (1991). *Psicologia Jurídica da Criança e do Adolescente*. Rio de Janeiro: Forense. Hacker; Cespuc; FAPESP.

Herrmann, F. (1997). *Psicanálise do Quotidiano*. Artes Médicas, Porto Alegre.

Hurstel, F. (1999). *As novas fronteiras da paternidade*. Campinas, SP: Papyrus.

Iaconelli, V. (2008). Do infanticídio à função materna. In: III Congresso Internacional de Psicopatologia Fundamental, 2008, Niterói. III Congresso Internacional de Psicopatologia Fundamental.

Kamers, M.(2006). *As Novas Configurações da Família e o Estatuto Simbólico das Funções Parentais*.

Kodato, S. (2000). Homicídios de adolescentes: refletindo sobre alguns fatores associados. In: *Revista Psicologia: Reflexão e Crítica*, 13 (3).

Lacan, J. (1986). *Os Escritos Técnicos de Freud*. Seminário 1.3ª edição, Rio de Janeiro,

Jorge Zahar Editor.

Lang, C. (2004). O Pai em Winnicott e em Lacan <http://www.joseouteiral.com/textos/CharlesLangWinnicott>. Acessado em 20/10/2008.

Levisky, D. L. (1998). *Adolescência: reflexões psicanalíticas* 2ª ed. ver. e atual. São Paulo: Casa do Psicólogo.

Mannoni, M. (1981). *A primeira entrevista em psicanálise*. Rio de Janeiro: Campus.

_____ (1986). *De um impossível ao outro*. Rio de Janeiro: Zahar.

Mariotto, R. M. M. (2005). *Interpretação e hermenêutica no surgimento do sujeito*. An. Col. franco-brasileiro sobre a clínica com bebês Jan.

Migueliz, N.B.S.(2007). *Complexo de Édipo: Novas Psicopatologias, Novas Mulheres, Novos Homens*. Casa do Psicólogo.

Násio, J. D. (2007). *Édipo: O complexo do qual nenhuma criança escapa*. Jorge Zahar Editor.

Rassial, J.J. (1999). *O adolescente e o psicanalista*. Tradução Leda Maria Fischer Bernardino Companhia de Freud Ed., Rio de Janeiro.

Rezende, A. M.(2000). *Ciência da Psicanálise, Psicanálise da Ciência*. In: *O paradoxo da ciência: uma ciência pós- paradgmática*. São Paulo: Via Lettera.

Ribeiro, P. M. C. M. (2006). *Um Real em Jogo. A função do Pai e o Sujeito na Clínica*. Tese de Doutorado – Programa de Pós Graduação em Psicologia Clínica PUC Rio.

Rocha, Z. (2002). *Feminilidade e Castração seus impasses no discurso freudiano sobre a sexualidade feminina*. Revista Latinoamericana.Psicopatologia Fund., V. 1.p.128-151, março.

Rosa, M. D. (2004). A pesquisa psicanalítica dos fenômenos sociais e políticos: metodologia e fundamentação teórica. *Revista Mal-Estar e Subjetividade*. Fortaleza V VI, n.2,p. 329-348,set.

Rosenberg, A. M. S. (2002). *O lugar dos pais na psicanálise de crianças* (2ª ed.). São Paulo: Escuta.

Roudinesco E. e Plon, M.(1998). *Dicionário de Psicanálise* Jorge Zahar Editor Rio de Janeiro

Prata M. R. (2004) *Da Norma Disciplinar a Iniciativa: Os processos Subjetivos e os Parâmetros Normativos Contemporâneos*. In: Peixoto Jr. C. A. (org.), *Formas de Subjetivação*. Contra Capa Livraria Rio de Janeiro

Sarti, C. A. (1994). *A Família como espelho. Um estudo sobre a moral dos pobres na periferia de São Paulo*. Faculdade de Filosofia, Letras e ciências Humanas. São Paulo (tese de doutorado).

Soler, C. (2003). *O que Lacan dizia das mulheres*. Jorge Zahar Editor, Rio de Janeiro.

Szymansky, H (2004). *A entrevista na pesquisa em educação: a prática reflexiva*, Líber Livro Ed, Brasília.

Teixeira, M. C. (2008). *Versões do Pai entre modelo e identificação*. *Afreudite*, Ano7/8, pp. 39-53.

Valença, M.C.A. (2003). *Feminilidade em Freud e na Contemporaneidade, Repercussões e Impasses*. Universidade Católica de Pernambuco (Dissertação de Mestrado), março, Recife.

Winnicott, D. W. (1982). *A criança e o seu mundo*, (6ª ed.). Rio de Janeiro: LTC Editora.

Livros Grátis

(<http://www.livrosgratis.com.br>)

Milhares de Livros para Download:

[Baixar livros de Administração](#)

[Baixar livros de Agronomia](#)

[Baixar livros de Arquitetura](#)

[Baixar livros de Artes](#)

[Baixar livros de Astronomia](#)

[Baixar livros de Biologia Geral](#)

[Baixar livros de Ciência da Computação](#)

[Baixar livros de Ciência da Informação](#)

[Baixar livros de Ciência Política](#)

[Baixar livros de Ciências da Saúde](#)

[Baixar livros de Comunicação](#)

[Baixar livros do Conselho Nacional de Educação - CNE](#)

[Baixar livros de Defesa civil](#)

[Baixar livros de Direito](#)

[Baixar livros de Direitos humanos](#)

[Baixar livros de Economia](#)

[Baixar livros de Economia Doméstica](#)

[Baixar livros de Educação](#)

[Baixar livros de Educação - Trânsito](#)

[Baixar livros de Educação Física](#)

[Baixar livros de Engenharia Aeroespacial](#)

[Baixar livros de Farmácia](#)

[Baixar livros de Filosofia](#)

[Baixar livros de Física](#)

[Baixar livros de Geociências](#)

[Baixar livros de Geografia](#)

[Baixar livros de História](#)

[Baixar livros de Línguas](#)

[Baixar livros de Literatura](#)
[Baixar livros de Literatura de Cordel](#)
[Baixar livros de Literatura Infantil](#)
[Baixar livros de Matemática](#)
[Baixar livros de Medicina](#)
[Baixar livros de Medicina Veterinária](#)
[Baixar livros de Meio Ambiente](#)
[Baixar livros de Meteorologia](#)
[Baixar Monografias e TCC](#)
[Baixar livros Multidisciplinar](#)
[Baixar livros de Música](#)
[Baixar livros de Psicologia](#)
[Baixar livros de Química](#)
[Baixar livros de Saúde Coletiva](#)
[Baixar livros de Serviço Social](#)
[Baixar livros de Sociologia](#)
[Baixar livros de Teologia](#)
[Baixar livros de Trabalho](#)
[Baixar livros de Turismo](#)